

Revista  
**Geografia**  
e Pesquisa

volume

**14**

n° 1

ISSN 1806-8553



© 2020 Curso de Geografia do Campus Experimental de Ourinhos

**CAPA**

Nicole de Abreu | Tikinet

**FOTO DE CAPA**

Fotografia da chegada do primeiro trem a Ourinho, em 31 de dezembro de 1908.  
Autor desconhecido. Disponível no museu da cidade.

**PROJETO GRÁFICO**

Maurício Marcelo | Tikinet

**DIAGRAMAÇÃO**

Nicole de Abreu | Tikinet

**REVISÃO**

Tikinet

**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Tikinet

---

R4546

Revista Geografia e Pesquisa / Universidade Estadual Paulista. Câmpus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia – Ourinhos: Curso de Geografia, 2020.

74p.; 21cm.

Semestral  
v.14, n.1, jan./jun.

ISSN 1806-8553

1. Geografia. 2. História. I. Universidade Estadual Paulista. Câmpus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia.  
II. Título.

CDD: 910.05

---

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.  
Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.  
Solicita-se permuta – Se solicita intercâmbio – We ask for Exchange

# EXPEDIENTE

## ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Câmpus Experimental de Ourinhos – Curso de Geografia

Av. Renato da Costa Lima, 451 – Ville de France – Ourinhos/SP – CEP 19903-302

Telefone: (14) 3302-9500

Home Page: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa>

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Fabiana Lopes da Cunha

E-mail: [fabiana.cunha@unesp.br](mailto:fabiana.cunha@unesp.br)

Luciene Cristina Risso

E-mail: [luciene.risso@unesp.br](mailto:luciene.risso@unesp.br)

## UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Sandro Roberto Valentini

*Reitor*

Sergio Roberto Nobre

*Vice-Reitor*

Leonardo Theodoro Büll

*Pró-Reitor de Administração – PRAD*

Cleopatra da Silva Planeta

*Pró-Reitora de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários – PROEX*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Telma Teresinha Berchielli

*Pró-Reitora de Pós-Graduação – PROPG*

Carlos Frederico de Oliveira Graeff

*Pró-Reitor de Pesquisa – PROPE*

Gladis Massini-Cagliari

*Pró-Reitora de Graduação – PROGRAD*

## CÂMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS

Edson Luis Piroli

*Coordenador Executivo*

Marcelo Dornelis Carvalho  
*Vice-Coordenador Executivo*

Luciene Cristina Risso  
*Coordenadora do Curso de Geografia*

Fabiana Lopes da Cunha  
*Vice-Coordenadora do Curso de Geografia*

## **REVISTA GEOGRAFIA E PESQUISA**

### **COMISSÃO EDITORIAL**

Fabiana Lopes da Cunha – UNESP/Ourinhos/Assis  
Luciene Cristina Risso – UNESP/Ourinhos/Rio Claro

### **CONSELHO CIENTÍFICO**

Ailton Luchiari – FFLCH/USP/SP  
André Munhoz Argollo Ferrão – UNICAMP/SP  
Andrea Aparecida Zacharias – UNESP/Ourinhos  
Angelita Matos Souza – UNESP/Rio Claro  
Antonio Nivaldo Hespanhol – UNESP/Presidente Prudente  
Antonio Thomáz Junior – UNESP/Presidente Prudente  
Bernadete A. C. Castro – UNESP/Rio Claro  
Cenira Lupinacci – UNESP/Rio Claro  
David Treece – King's College London/Londres/Inglaterra  
Eliseu Severio Sposito – UNESP/Presidente Prudente  
João Lima Sant'Anna Neto – UNESP/Presidente Prudente  
José Flávio Moraes Castro – PUC/MG  
Lisandra Pereira Lamoso – UFGD  
Marcelo José Lopes de Souza – UFRJ  
Marcelo Martinelli – USP/SP  
Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP/Presidente Prudente  
Maria Inez Machado Borges Pinto – FFLCH/USP/SP  
Ricardo Antonio Tena Nuñez – UNAM/Cidade do México/México  
Zeny Rosendahl – UERJ/RJ

---

# Editorial

## *Ourinhos: 100 anos em imagens*

---

### *In memoriam*

Nossos sinceros sentimentos à família e amigos de José Carlos Neves Lopes, autor do artigo “Francisco de Almeida Lopes e o mundo da fotografia em Ourinhos” e Felipe Chamorro (ex-secretário da Cultura), que infelizmente faleceram em decorrência da covid-19 em 2021.

*As cidades se reconhecem pelo andar, como as pessoas.*

*Robert Musil*

Este número especial apresenta um dossiê em homenagem aos 100 anos de Ourinhos, completados em dezembro de 2018, retratando a história da cidade, suas memórias, histórias, espacialidades e lugares. Inicialmente a ideia era produzir um livro, que seria lançado em comemoração ao centenário da cidade, mas isso acabou não dando certo e, como o material produzido é de grande qualidade, o convite das editoras da revista *Geografia e Pesquisa*, professora doutora Luciene Cristina Rizzo e Fabiana Lopes da Cunha, viabilizou a publicação desse material extremamente relevante para quem quer conhecer um pouco mais sobre a cidade de Ourinhos.

Ourinhos registrou seus 100 anos de história oficialmente em 13 de dezembro de 2018. Seu centenário é a efeméride de uma cidade que, comprometida com o bem-estar de sua população e com o êxito de sua economia, segue resoluta e preserva, em sua essência, o suor do trabalho e o amor visceral de milhares de pessoas, homens e mulheres, cidadãos e cidadãs, que fizeram e dedicaram, cada um em seu tempo, cada um de seu modo, o melhor de si por sua terra natal.

Ourinhos é fruto da intrepidez de um povo criativo e empreendedor, povo valente, que não teme dizer seu nome nem ao que veio, que não foge à labuta e não se esquiva dos desafios que acompanham seu projeto de desenvolvimento e permanência nos “trilhos do progresso”. Ourinhos é locus promitente de vida e prosperidade. É terra de esperanças. Lugar de sonhos.

O percurso existencial de Ourinhos, à semelhança de algumas cidades vizinhas, vincula-se ao fenômeno da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), ao tempo dos ciclos do café e do algodão e ao período do fluxo de imigração pela região. De 1908, ano em que se inaugurou a primeira estação da EFS no perímetro da fazenda de Jacinto Ferreira de Sá, em cujo âmbito a cidade se constituía, até a década de 1940, Ourinhos viveu uma “primeira fase” histórica, rural, com economia e vida firmados no cultivo do café, na ferrovia, na atividade dos imigrantes – mineiros, japoneses, italianos, espanhóis, etc. –, no fazer ceramista da comunidade de olarias da Vila Odilon, no comércio de subsistência, nos armazéns de ferragem e na agricultura familiar.

O Decreto nº 1.484, de 13 de dezembro de 1915, que designava Ourinhos como distrito da comarca de Salto Grande do Paranapanema, foi substituído pela Lei nº 618, de 13 de dezembro de 1918, assinada pelo então governador Altino Arantes, elevando-a à categoria de município. A sequência de aniversários da cidade é contada, portanto, a partir desse ato.

Dos anos 1950 em diante, Ourinhos passaria por uma “segunda fase”. O ciclo do café seria substituído pelo cultivo da cana-de-açúcar e a atividade ferroviária entraria em decadência, dando lugar ao transporte rodoviário. Apareceriam as primeiras fábricas, estimuladas pelo fluxo de industrialização no estado, dando à cidade aspectos mais modernos. *Pari passu*, comércios, escolas, bancos, empresas de comunicação, transporte e lojas automotivas surgiriam. O negócio imobiliário e os loteamentos configuravam um novo espaço urbano, originando novos bairros. Nos extremos da cidade, entre as décadas de 1980 e 2010, em áreas demarcadas pela Prefeitura, instalaram-se três distritos industriais, compondo o cenário econômico local, constituído praticamente por quatro eixos: comércio, agronegócio (sucroalcooleiro), serviços e indústria.

Em seus 100 anos de história, Ourinhos foi marcada por inúmeros fenômenos – estéticos, econômicos, políticos, arquitetônicos, demográficos,

ambientais etc. –, que hoje representam sua singularidade e constituem sua identidade, sua paisagem urbana e seu patrimônio cultural. A preocupação do poder público com a constituição de um sentimento de pertencimento histórico no imaginário da população e com a preservação da memória do município tem início na década de 1960, no âmbito da citada segunda fase. Com as tendências urbanísticas e modernizadoras da vida política naquela época, via-se a hora de promover, por meio de legislações específicas, a invenção dos primeiros símbolos oficiais ao povo ourinhense. Assim, brasão (Lei nº 679, de 21 de maio de 1965), bandeira (Lei nº 761, de 4 de julho de 1966) e hino (Lei nº 749, de 12 de maio de 1966, e Lei nº 3.185, de 5 de setembro de 1990), simbolicamente fundidos, figuraram como as primeiras representações de uma identidade municipal oficial.

Na década de 1990, em parceria com a Ferrovia Paulista S/A (Fepasa) e o governo do estado, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico (IPH) e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), a prefeitura intensificaria, de forma mais efetiva, as políticas públicas de preservação da memória e do patrimônio cultural da cidade. Com os trabalhos de revitalização do centro histórico, no perímetro da antiga estação ferroviária, viria a surgir o Centro de Convivência Jornalista Benedicto da Silva Eloy (Lei nº 3.920, de 18 de março de 1996), composto por um conjunto de imóveis da antiga ferrovia.

O Centro de Convivência, nos termos da lei de sua criação, teria por objetivo “iniciar um processo informal de conscientização da comunidade sobre a importância da preservação da memória e dos bens arquitetônicos e culturais” e, assim, “preservar a região das imediações da Estação Ferroviária, em função de sua importância histórica enquanto marco inicial do povoamento de Ourinhos”. Além das seis “casinhas ferroviárias”, o conjunto é formado pelos prédios que hoje abrigam o Museu Histórico e Pedagógico, o Núcleo de Arte Popular e o Lanchódromo Municipal. O Museu, vale afirmar, é um caso especial, pois representa um dos principais “lugares de memória oficial” da cidade. Remanescente do antigo Museu Histórico e Pedagógico Antônio Carlos de Abreu Sodré – criado pelo Decreto nº 52.034, de 12 de junho de 1969, durante o governo estadual de Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971) –, que funcionou até o final dos

anos 1980, o atual Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos (MHPO) foi refundado em 1993 e, dois anos depois, oficializado como “projeto de memória” pelo Decreto nº 4.204, de 8 de fevereiro de 1995, e pela Lei nº 3.845, de 9 de junho de 1995.

Em 2006/2007, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) iniciou um trabalho no Museu Histórico de Ourinhos. Apesar de mais 200 projetos concorrerem ao edital de políticas públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)/Vitae, o projeto intitulado “Nos trilhos da memória e a memória dos trilhos: expansão e revitalização do Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos”, coordenado pelas professoras doutoras Fabiana Lopes da Cunha e Maria Inez Machado Borges Pinto (Universidade de São Paulo – USP), foi aprovado e deu início à revitalização e à organização do acervo do MHPO e um estudo sobre o Centro de Convivência Jornalista Benedicto da Silva Eloy.

Em 2010, usando uma das “casinhas ferroviárias” do Centro de Convivência Jornalista Benedicto da Silva Eloy, a prefeitura criaria, também, um dos mais relevantes instrumentos de preservação da memória presentes na cidade, chamado Casinha da Memória, que lançaria, no ano seguinte, em 2011, o projeto “Arquivo de Lembranças”, constituído por relatos de vida de moradores locais e depoimentos de trabalhadores da cidade, especialmente ligados à memória ferroviária. Hoje, a Casinha da Memória administra um acervo considerável de documentos antigos (revistas, jornais, fotografias, registros audiovisuais, microfilmagens etc.), disponível à consulta pública e à visitação por escolas, estudantes e pesquisadores da memória local.

Em 2014, nascia também o projeto “Ourinhos: memória em movimento”, iniciativa conjunta entre a Associação dos Amigos da Biblioteca Pública (Aabip) e a prefeitura municipal, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), órgão ligado ao Ministério da Cultura (MinC). A proposta trazia a público reproduções de importantes jornais que circularam em Ourinhos e região durante o século XX, dentre eles *Correio do Sertão*, *O Contemporâneo*, *A Voz do Povo*, *O Progresso*, *Diário da Sorocabana*, *Debate*; filmes produzidos no âmbito do projeto “Arquivo de Lembranças [da ‘Casinha da Memória’]”, com depoimentos de ex-trabalhadores da ferrovia; bem como acervo de fotografias de Francisco de Almeida

Lopes – e seu filho, José Carlos Neves Lopes –, que documentam antigas paisagens e personalidades do município. O “Memória e Movimento” fez parte de um escopo de projetos financiados pela prefeitura, todos voltados à difusão da memória local, dentre eles a publicação de livros produzidos por memorialistas, escritores, pesquisadores e historiadores da cidade.

Este “inventário” de iniciativas do poder público municipal, com legislações e políticas de salvaguarda, feito aqui de maneira breve e resumida, nos mostra como a temática da memória e do patrimônio histórico tornou-se crucial na pauta de gestão cultural na cidade. Contudo, nesse ínterim, cabe ainda destacar alguns fenômenos, talvez os mais relevantes dentro da prática formal de salvaguarda, que indicam o avanço da prefeitura na defesa do patrimônio cultural.

Em 2003, concretizando o que já se havia almejado com promulgação da lei de criação do Centro de Convivência Cultural Jornalista Benedicto da Silva Eloy, criou-se a Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico (CMPPH), por meio da Lei nº 4.813, de 8 de dezembro de 2003. Esse órgão, composto por membros da administração pública e entidades da sociedade civil, passava a representar, pela primeira vez na história de Ourinhos, o principal instrumento de tombamento e de chancela oficial de cultura, tendo como “dever” a preservação da memória social, dos bens culturais e do patrimônio ambiental e paisagístico no município.

A missão da CMPPH deveria ser, teórica e praticamente, semelhante à do Condephaat paulista. Em 2010, por meio do Processo nº 64201/2010, o Condephaat tombou uma vasta área do centro histórico de Ourinhos, abrangendo o complexo ferroviário e a antiga estação, incluindo as casinhas do Centro de Convivência e os prédios do Museu e do Núcleo de Arte Popular. O processo, ainda em tramitação no conselho, sinalizou um entendimento favorável ao tombamento e um reconhecimento, por parte do Governo do Estado, da importância histórica desses bens ferroviários. A decisão pró-tombamento foi publicada no *Diário Oficial do Estado* (DOE) em junho de 2014. Isso foi um importante fenômeno no contexto cultural da cidade. Hoje, pelo menos legalmente, essa área é salvaguardada e reconhecida também pelo poder público estadual.

Nesse sentido, em 2008, a CMPPH daria início, por meio do Processo nº 17.813-1/2008, ao primeiro ato

formal de tombamento na cidade. O objeto seriam alguns prédios administrativos da antiga Ferrovia São Paulo-Paraná (FS-P), construídos na avenida Rodrigues Alves, dentre eles o imóvel hoje chamado Casa dos Ingleses, que abriga a Secretaria de Cultura e remete à presença dos “engenheiros ingleses” no município. O processo findou-se com a deliberação da CMPPH pelo tombamento, em 2010, sendo essa decisão publicada em 12 de janeiro, no *Diário Oficial*. A ideia do tombamento dos imóveis, enquanto “símbolo de cultura histórica” e “lugar de memória” da cidade, pôs em prática a Lei nº 4.813/2003 e trouxe efetividade à CMPPH.

A Casa dos Ingleses, como “aparelho cultural” da prefeitura, seria concretizada apenas em 2013. Naquele ano, deu-se início aos trabalhos de revitalização/restauração necessários para que o prédio tivesse as condições estéticas nas quais se encontra hoje. A inauguração do espaço ocorreu em 6 de dezembro de 2013, recebendo o nome “Espaço Cultural Luiz Carlos Eloy Junior: Casa dos Ingleses”. A partir de 2014, os prédios da Biblioteca Municipal Tristão de Athayde, em frente à Casa dos Ingleses, e do antigo Clube Ferroviário, igualmente próximo, compõem o citado conjunto de imóveis da extinta ferrovia, que hoje são objeto da intervenção da prefeitura e de seu esforço no movimento comunitário de preservação da memória local.

Em 2018, ano em que Ourinhos completou dez décadas de existência, ainda havia muito o que ser feito no campo da preservação do patrimônio cultural/ambiental e da construção da identidade histórica da cidade. De forma especial, falta muito para que a CMPPH – ou um conselho verdadeiramente efetivo em defesa da memória local –, passe a existir, de fato, como instrumento seguro e democrático de salvaguarda da cultura ourinhense e desempenhe essa empreita, conflituosa e indispensável, de fazer de Ourinhos uma cidade comprometida com as experiências de seu passado, a compreensão de seu presente e as projeções para seu futuro. Há um horizonte imenso, instigante e plural, de bens culturais a serem (re)conhecidos, protegidos e difundidos através das práticas de educação patrimonial e dos projetos culturais promovidos pela Secretaria de Cultura e pelo poder público municipal.

O livro teria o título de *Ourinhos: 100 anos em imagens*, seria organizado por André Rodrigues da Silva e produzido com base em fotografias antigas

extraídas do acervo da Casinha da Memória, constituído pelo vínculo com a comunidade, com o MHPO e com a Secretaria Municipal de Cultura. Esse acervo representa o esforço, contínuo e corajoso, da busca por identidade e por uma cidade historicamente consciente, amante de sua herança cultural. Dessa forma, em grande parte desse dossiê, somos apresentados com a apresentação de uma coleção de fotografias, organizada nos textos “Ourinhos: 100 anos em imagens: de 1908 a 1980” e “Ourinhos: 100 anos em imagens: de 1980 a atualidade”, por André Rodrigues da Silva, com a intenção de fazer as pessoas divagarem e navegarem pelas memórias compartilhadas de uma comunidade imaginada ainda em construção.

O acervo é composto de várias fotos oriundas de diferentes famílias e pessoas, que retratam Ourinhos em diferentes fases de sua trajetória. Também há imagens de acervo de ex-prefeitos e ex-funcionários da Prefeitura Municipal de Ourinhos e até do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Muitas dessas imagens poderão despertar o interesse no leitor ou na leitora em conhecer mais sobre a cidade, abrindo uma oportunidade de olhá-la com outras perspectivas, identificando continuidades e rupturas na paisagem urbana.

Cabe ressaltar que vários locais, empresas, ruas e pessoas não estarão no dossiê, não por falta de importância, mas por não constarem no acervo da instituição, situação que no futuro, e em outras publicações, poderá ser alterada.

A cronologia utilizada aqui foi baseada em publicações de Márcio Rogério Silveira e Renan Amabile Boscarol, mas, no geral, seguiu o ritmo da memória, com as suas dúvidas, nebulosidades, parcialidades e paixões, e não o da história, de cientificidade e razão, pois datar as fotografias é um trabalho hercúleo e de extrema dificuldade, embora não seja impossível, se aceitarmos as limitações dessa tarefa.

Para a identificação das fotos, contamos com informações de José Carlos Neves Lopes, autor do artigo intitulado “Francisco de Almeida Lopes e o Mundo da Fotografia de Ourinhos”, por meio do seu importante blog *Memórias Ourinhenses*, e de Carlos Lopes Baía, Bija da funerária, Domingos Perino Neto, Wilson Monteiro, José Luís Martins e Antônio Carlos Gregório. Dificilmente um trabalho como este poderia ser feito sem o apoio e envolvimento da comunidade. Em uma época de tantos antagonismos e disputas

marcadas pelo ódio, entregamos este presente aos 100 anos de Ourinhos: cooperação, respeito e comprometimento com a sociedade.

A proposta deste dossiê é conduzir o pensamento, a imaginação e o olhar do leitor, por intermédio de instigantes fotografias, a um “passeio” pelos diversos cenários e momentos históricos de Ourinhos, transformados e ressignificados ao longo dos seus 100 anos de existência. Esse passeio, apresentado por Silva, Prado e Cunha, é introduzido por uma entrevista conduzida por André Rodrigues da Silva com o jornalista Jefferson Del Rios Vieira Neves, ourinhense e autor do livro *Ourinhos: memórias de uma cidade paulista*. Na sequência, temos os textos de Fabiana Lopes da Cunha sobre a ocupação da região e a história de Ourinhos em fins do século XIX e início do XX, intitulado “Memórias dos trilhos e minhas memórias: uma história sobre Ourinhos”; o de Luciene Risso (com o conceito de “paisagem cultural”) cujo título é “Paisagens de Ourinhos (SP) e a presentificação indígena”, que enfatiza o passado indígena de Ourinhos e região e o processo de ocupação do oeste paulista no final dos anos do século XIX e início do século XX; e o de André Pires do Prado, “Leis e políticas para a preservação da memória e do patrimônio cultural em Ourinhos: um breve inventário”, que apresenta uma análise sobre os símbolos da cidade e um inventário sobre legislações e políticas públicas relacionadas à preservação da memória e do patrimônio cultural em Ourinhos.

Francisco de Almeida Lopes (acerca do “universo da fotografia), possui, no criterioso conjunto de imagens, antigas e contemporâneas, o “elo de significado” e condução imaginária. As fotos seletas que retratam a primeira fase de Ourinhos (1908-1950), seguidas daquelas que remetam à segunda fase (1950-1980 e 1980 aos dias atuais), ilustram de forma extremamente didática (e estimulante) a maneira como a cidade se constituiu, se transformou e se reinventou no percurso de um século. O dossiê é um convite ao espírito para “rememorar”.

No fim do “passeio”, o leitor é capaz de perceber os diferentes aspectos da vida da cidade e as temáticas das fotografias que entrelaçam os cenários. Numa síntese, veremos que os temas giram entorno de: “atividade ferroviária” – primeira estação Sorocabana, Ponte Férrea, casas de engenheiros da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná –; “educação” – primeiro colégio/grupo escolar, Grupo Escolar Jacinto Ferreira



de Sá, Ginásio da Rua Dom Pedro I, Ginásio Santo Antônio, Escola de Corte e Costura de Ourinhos, Colégio Técnico, Caic, Sesi, Fatec, Faeso, Unesp e Senai –; “saúde” – Clínica Ovídio Portugal, Farmácia Drogasil, Santa Casa de Misericórdia, Hospital Psiquiátrico, Ambulatório Médico, UPA –; “transporte” – Loja Ford, Aeroporto Municipal, Terminal Rodoviário, Terminal de Ônibus –; “comércio” – Casa de Foices, Casas Pernambucanas, Casa Nortista, Casa Secos e Molhados Misato, Mercado Municipal –; “hotelaria” – Hotel Comercial –; “comunicação” – Companhia Telefônica de Ourinhos (de Odair Alves da Silva), Edifício da Telesp –; “religiosidade” – Antiga Igreja do Senhor Bom Jesus (em frente à Praça Melo Peixoto), Nova Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus, Seminário Nossa Senhora de Guadalupe, Templo da Igreja Metodista –; “órgãos públicos” – Primeiro Fórum de Ourinhos (esquina da Rua Arlindo Luz), Superintendência de Água e Esgoto (SAE), Prefeitura Velha, Corpo de Bombeiros de Ourinhos e Caixa D’água, Atual Fórum de Ourinhos, INPS, Centro de Serviços da Prefeitura (Pátio da Prefeitura), Câmara Municipal –; “espaços culturais” – Filarmônica Municipal “Lira Carlos Gomes”, Cine Cassino (primeiro cinema da cidade), Cine Ourinhos, Fapi (no Ginásio Municipal), Teatro Municipal Miguel Cury, Centro Cultural Tom Jobim]; “indústria” – Fundação Irmãos Migliari, Moinhos Santistas ou Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil (Sanbra), TNL-Tecnal, Distrito Industrial I, II e III (Jardim Guaporé) –; “lugares

naturais” – Trilha Verde, Parque Ecológico –; “ruas, edifícios e imóveis importantes” – Rua Paraná em esquina com a Praça Melo Peixoto, Rua Antônio Prado, Rua Altino Arantes, Sobrado da Avenida Altino Arantes (da Família Ferreira de Sá), Avenida Jacinto Sá, Pontes e Rodovias (Raposos Tavares) –; “clubes e esporte” – Campo Operário (Esporte Clube Operário), Grêmio Recreativo de Ourinhos, Ginásio Municipal de Esportes (Monstrinho), Centro Social Urbano (CSU)]; “praça central” – Praça Central Melo Peixoto (em 1930), Praça Melo Peixoto (modernizada e com primeiros edifícios ao redor) –; “bancos” – Banco Comercial do Estado de São Paulo, Edifício da Caixa Econômica Federal, Edifício Bradesco, Banco de Minas Gerais S/A –; e “cidade vista do alto” – Aerofotos, Panorâmicas, Bairros, cidade em crescimento.

Assim, ao atingir a comunidade ourinhense, esperamos que este dossiê sirva de estímulo à formação do pensamento histórico e circule como “manifesto” remetido a todos os cidadãos, cidadãs e instituições comprometidos com a educação das futuras gerações e com nossa cultura, para que juntos somemos esforços na luta pela defesa de nossa memória e pela construção de um patrimônio cultural mais democrático e amplamente representativo.

André Rodrigues da Silva<sup>1</sup>  
André Pires do Prado<sup>2</sup>  
Fabiana Lopes da Cunha<sup>3</sup>

1 Historiador, especialista em gestão pública municipal e cultural e gerente de Patrimônio e Memória da Secretaria Municipal de Cultura de Ourinhos.

2 Professor doutor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Jacarezinho.

3 Professora doutora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com pós-doutorado pelo King’s College London.

# Memórias do Carvoeiro: entrevista com Jefferson Del Rios

*Memories of Carvoeiro: interview with Jefferson Del Rios*

ENTREVISTADO: JEFFERSON DEL RIOS VIEIRA NEVES<sup>A</sup>

ENTREVISTADOR: ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA<sup>B</sup>

<sup>a</sup> Crítico teatral. Membro da Associação Paulista de Críticos de Artes (APCA).

<sup>b</sup> Gerente de Patrimônio e Memória na Secretaria Municipal de Cultura de Ourinhos (SMC), licenciado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Especialista em Gestão Pública Municipal (UEPG) e Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo (Senac-SP).  
E-mail: praxiscomtelos@gmail.com

Jefferson Del Rios Vieira Neves nasceu em Ourinhos, em 1943. Sua trajetória está ligada ao jornalismo cultural e de política internacional.

Jornalista e escritor, foi aluno do Centre de Formation des Journalistes, em Paris (1971-1973) e frequentou, na Universidade Sorbonne, cursos do teórico e crítico Bernard Dort, autor de *O teatro e sua realidade*, publicado no Brasil. Jefferson é casado com a jornalista e pesquisadora em arquitetura Beatriz Albuquerque.

Trabalhou nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, nas revistas *IstoÉ*, *Novos Estudos Cebrap* e *Bravo!*. Lecionou teatro brasileiro no Conservatório Nacional de Lisboa, dirigiu a Divisão de Artes Cênicas do Centro Cultural São Paulo (CCSP), projetos especiais no Memorial da América Latina e foi curador de exposições teatrais no Brasil, Argentina, Portugal e Espanha.

É autor dos livros *Ourinhos: memórias de uma cidade paulista* (Prefeitura Municipal de Ourinhos), *Bananas ao vento: meia década de cultura e política em São Paulo* (Editora Senac), *O teatro de Victor Garcia: a vida sempre em jogo* (Edições Sesc) e *Teatro, literatura, pessoas* (Edições Sesc), com críticas, entrevistas e perfis de escritores, jornalistas e personalidades das artes. Sua atividade no meio teatral, desde 1969, está reunida nos dois volumes de *Críticas de Jefferson Del Rios* (Coleção Aplauso, da Imprensa Oficial do Estado). Atualmente, é membro do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (TV e Rádio Cultura).

## 1) Jefferson, conte-nos um pouco da sua infância na cidade de Ourinhos. O que havia de entretenimento/atividade cultural naquela época?

A minha infância e adolescência teve como base a esquina das ruas Nove de Julho e Rio de Janeiro, minha casa e, em frente, a de meus avós. Ali, meu pai foi proprietário da Casa dos Lavradores, armazém de secos e molhados. Ruas de terra onde passava boiada. Minhas andanças de menino incluíam o pátio da Rede Viação Paraná Santa Catarina com meus amigos, filhos de ferroviários. Ainda parece que sinto a fumaça das enormes locomotivas Mallet, a vapor, com rodas enormes que faziam o chão tremer. Nos fins de tarde, ia com um amigo ao “carvoeiro”, um ramal da ferrovia que terminava onde se despejava o que fora usado. Dali se descortinava toda a vista da Barra Funda, o caminho para a Vila São Luiz com suas paineiras floridas. Quando se iniciou o calçamento, a diversão era brincar na areia usada para assentar os paralelepípedos. Na esquina de cima, Rio de Janeiro com Sergipe (atual Antônio Carlos Mori), havia um terreno vago onde se instalavam os circos, maravilha dessa fase da vida. Evidentemente, eu andava pelo centro, isso quando a praça Melo Peixoto era realmente o coração de Ourinhos: lugar de passeio e onde havia as Casas Pernambucanas, a Foto Machado, as óticas Paris e Lisboa, a joalheria Fiorillo, as alfaiatarias Silva e

Casseta, a agência de automóveis Cury, a loja de tecidos Ao Preço Fixo, os bancos, a farmácia, o Bar e Restaurante Central, o Café Paulista, os jornaleiros Chico e Baiano, o Café Paratodos, a Livraria do J. C. Thomé, os armazéns Amaral e Zanotto e a Igreja Matriz. Nas proximidades, o ponto de taxistas (que chamávamos de “chofer de praça”), a Casa Alberto (calçados), a Sorveteria Cinelândia, o Cine Ourinhos, a papelaria Chiaradia, o Foto Sakai. Na rua Paraná, o Bar e Restaurante do Tide Salgueiro, outras farmácias, a Padaria Oriente, o Açougue União, comércio variado e, perto da Estação da Sorocabana, o Bar-padaria e restaurante Brizola, a banca de jornal e o ponto de ônibus intermunicipal. O centro social, festivo, político (os comícios eleitorais) e de negócios. Na esquina das ruas São Paulo e Rio de Janeiro, o terreno dos parques de diversões itinerantes (balanços, roda gigante, barracas de tiro ao alvo, apresentação de ventríloquos). No coreto da praça, o serviço de alto-falante tocava Glenn Miller e Francisco Canaro. Cresci nadando no rio Pardo. Tivemos um sítio próximo ao Paranapanema onde a mata ciliar era larga, protegendo o rio. Enfim, uma infância olhando a poderosa cachoeira que batizou o Salto Grande e desapareceu com a represa.

**2) Você permaneceu em Ourinhos até 1963, período bastante tenso politicamente falando e, ao mesmo tempo, de efervescência cultural. Você se lembra de algum grupo teatral ourinhense?**

A mais remota notícia desta atividade está em uma pequena nota, dos anos 1930, no jornal *A Voz do Povo*, publicação que durou anos. Lá está o anúncio de um grupo teatral de Congregados Marianos. Embora meu tio Sebastião Neves estivesse entre os integrantes, não encontrei mais informações. Tempos depois, existiu o Gato (Grupo de Amadores Teatrais de Ourinhos) que encenou *Morre um gato na China*, comédia de Pedro Bloch. Outra ocasião, anos 1950, um jovem, salvo engano, o Jairo Ribeiro, interpretou no teatro seu monólogo dramático *Serenata de Schubert*. Mais ou menos na mesma época, houve a representação do texto infantil *Pluft, o fantasminha* por Ary Christoni de Toledo, que se consagraria como ator e comediante. Ary Toledo é da família do pioneiro Ângelo Christoni, que estabeleceu a Vila Margarida (nome de sua mulher). No começo dos anos 1960, o médico Octavio Morales Moreno encenou *Paol velho*, de Abílio Pereira de Almeida. Do elenco fazia parte Benedito da Silva Eloy, que fundaria o *Jornal da*

*Divisa*. É neste período que Sérgio Nunes surge como um jovem interessado em teatro. Da minha parte, me aventurei a iniciar o Teatro Estudantil de Ourinhos (TEO), de breve duração. Fizemos dois espetáculos locais e outros em Candido Mota e Cornélio Procópio. Um dos textos foi *O escravo*, de Castro Soromenho. Encenamos ainda a dramatização de um júri. Estávamos planejando apresentar *Eles não usam black tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, mas o grupo se dissolveu porque mudamos da cidade.

Reitero que, na Ourinhos daqueles anos, os circos estavam muito presentes sempre com um segundo ato dedicado aos chamados “dramas”. Durante o dia, os artistas, heróis e vilões da noite anterior faziam compras em nosso armazém. Nunca esquecerei *O Circo América*, da família Benelli Dantas. Procurei-a em São Paulo na esperança de rever o palhaço “Linguíça” (Jorge Dantas), engraçadíssimo, e sua irmã Lídia, a loira do número misterioso e sensual de dança, com o palco iluminado de azul. Todos já se foram. “Linguíça”, que sem maquiagem fazia papéis românticos nos dramas, está sepultado em Araraquara, e Lídia em Foz do Iguaçu. Vida de saltimbancos. A cantora Simony descende desta estirpe de artistas populares.

**3) Em Ourinhos, durante o período da ditadura militar (1964-1985), houve um caso de uma peça teatral, exibida no auditório do Conservatório Musical Santa Cecília, interrompida pela polícia. Embora não estivesse mais morando em Ourinhos, como foi esse período para você?**

Tenho uma lembrança distante do incidente, mas não sei qual o motivo e quem esteve envolvido. Acho improvável ter sido um caso de polícia.

**4) O momento atual, para alguns historiadores e sociólogos, tem relembreado a dicotomia do período conhecido como “Guerra Fria” (1945-1989). Inclusive, o próprio presidente da República fala de “ameaça comunista” e chama a ditadura militar brasileira de “ditabranda”, havendo muitas pessoas que enxergam por este mesmo prisma. Você, enquanto testemunha ocular daquele momento e destacado crítico teatral, o que tem a nos dizer? Havia muita repressão aos atores e censura aos críticos**

### teatrais? Como sente e lida com o cenário político encarado no presente?

“Ditabranda” foi um termo equivocadamente de um editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, que posteriormente reconheceu o erro. Como o jornalista Elio Gaspari descreve em seu monumental estudo do período (cinco volumes), a partir do Ato Institucional nº 5, de 1968, que escancarou a ditadura, estabeleceu-se o “Terror de Estado”, com cassação de políticos, prisões arbitrárias, exílios, torturas e mortes – ação livre da repressão militar-policial que, entre outros crimes, assassinou o brilhante jornalista Vladimir Herzog, com quem trabalhei. Vlado, como o chamávamos, tinha apenas 38 anos. A família veio da Europa fugindo do nazismo. A diretora teatral Heleny Guariba, que lançou Sônia Braga, desapareceu aos 30 anos na “casa da morte”, centro de execução em Petrópolis (RJ). Dezenas de peças foram proibidas, artistas presos; os diretores teatrais Augusto Boal e José Celso Martinez Correa se exilaram, assim como o dramaturgo Plínio Marcos e tantos mais. Caetano Veloso e Gilberto Gil estiveram durante meses em um quartel. Geraldo Vandré, Chico Buarque, Marieta Severo, Nara Leão, o cineasta Cacá Diegues e a atriz Norma Bengell saíram do país. Em “Não chore mais”, Gilberto Gil é bem claro: “Amigos presos, amigos sumindo assim/ Pra nunca mais”; e Caetano acrescenta: “Vamos passear nos Estados Unidos do Brasil/ debaixo das bombas/ das bandeiras, debaixo das botas”. Geraldo Vandré, caçado ferozmente, escapou por pouco e foi para o Chile e França. Ao regressar, o autor da obra-prima “Disparada” não voltou a compor e a cantar.

Quanto ao momento atual, na esfera federal, tenta-se destruir a inteligência, basta ver o abandono de algumas instituições: a Cinemateca Brasileira, em São Paulo, a maior da América Latina, que abriga cópias de toda a cinematografia nacional e raridades estrangeiras; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Casa de Rui Barbosa, instituída para a pesquisa em literatura, museologia, arquitetura, urbanismo, arqueologia e educação, com seus cursos, oficinas e projetos culturais.; a Fundação Cultural Palmares, destinada à divulgação e preservação dos valores culturais, históricos, sociais, econômicos e da influência negra na formação da sociedade brasileira; a Fundação Nacional de Artes (Funarte), órgão cuja missão é promover o desenvolvimento e a difusão das Artes no país. A cultura é tratada como a Amazônia, o Pantanal e os indígenas.

**5) Voltando a Ourinhos: Sérgio Nunes, ator e diretor de teatro ourinhense, teve bastante projeção local e regional. Na cidade, há dois equipamentos culturais que levam seu nome: Núcleo de Arte Popular Sérgio Nunes (1996) e Concha Acústica Sérgio Nunes (2016), e anualmente a Secretaria Municipal de Cultura realiza a Mostra Sérgio Nunes de Artes Cênicas. Como você avalia a importância de Sérgio Nunes? O nome dele se restringiu ao âmbito local ou também reverberou pelos rincões de São Paulo e demais capitais?**

Conheci Sérgio bem jovem e entusiasmado pelo teatro; depois, o acompanhei de longe. Ele seguiu em frente, sempre lutando em ações culturais. Por falar em reconhecimento, vamos lembrar também da cantora Vânia Bastos e do maestro e compositor Gil Jardim, diretor artístico e regente titular da Orquestra de Câmara da Universidade de São Paulo (USP); no exterior, Jardim dirigiu orquestras: a Brooklyn Academy of Music Symphony Orchestra (Nova York), a Royal Philharmonic Concert Orchestra (Londres), a Camerata Mexicana (México), a Orquestra Regionale del Lazio (Itália) e a Orquestra de Camara Mayo (Buenos Aires); de Hermelino Neder, professor de música na USP, compositor e arranjador, autor de trilhas sonoras de filmes como *A dama do Cine Shanghai*, com Maitê Proença e Antonio Fagundes, que ganhou o prêmio de melhor trilha sonora no Festival de Gramado – Hermelino foi o primeiro compositor procurado por Cássia Eller quando ela assinou contrato com uma grande gravadora; de Ary Toledo, que foi ator do Teatro de Arena antes de seguir o caminho do humorismo; de Antônio Abujamra, da família de um pioneiro, e um dos maiores diretores teatrais do Brasil; da atriz Mara Carvalho.... Sabemos que a pianista Gisele Nacif, também ourinhense, é aclamada pela crítica de Nova York e vem atuando em recitais no Brasil, Estados Unidos e Europa. E o cineasta Joel Yamaji, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA), realizou o filme *Cartas de Ourinhos*. Talentos que estudaram na Escola Municipal de Bailado de Ourinhos hoje estão na São Paulo Cia de Dança (SPCD) e em outras companhias brasileiras, no Uruguai, Estados Unidos e Europa (esta arte está documentada no livro *Ourinhos cidade da dança*). Entre os pioneiros da dança, nunca é demais aplaudir o trabalho de Lallo de Freitas, Toshie Kobayashi, Vanderley Silva e Terezinha de Paula, a estimada Tiririka.

**6) A cultura, muitas vezes, é considerada um “luxo” ou algo “superficial” por dirigentes políticos e membros da sociedade. Quando o período econômico é favorável, é vista como “gasto”, e no cenário oposto, “desperdício” e “dispensável”. Quais foram as instituições culturais em que você trabalhou e, ao seu ver, qual é o papel delas e das demais organizações do tipo na sociedade?**

Todo país ou cidade de governo civilizado tem a cultura entre suas prioridades. Em 1958, o prefeito de Ribeirão Preto convidou o artista plástico ítalo-brasileiro, Bassano Vaccarini, para restaurar edifícios. Em 1992, o mesmo Bassano, ex-professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), foi chamado pela Prefeitura de Altinópolis para criar a Praça das Esculturas, iniciativa que chamou atenção para a cidade. Ourinhos tem o artista visual Henrique Oliveira, reconhecido no Brasil e internacionalmente. Ele participou de exposições em espaços importantes, como a Bienal Internacional de São Paulo; o Museum of Fine Arts, Gifu, no Japão (2018), onde recebeu um prêmio pelo conjunto de sua obra; a Galeria Van de Weghe, de Nova York (2017); a Galeria Millan, de São Paulo (2016); a Galerie Georges-Philippe & Nathalie Vallois, de Paris (2015); o Museu de Arte Contemporânea da USP; a Arthur Ross Gallery da Universidade da Pensilvânia, Filadélfia (2014); a Palais de Tokyo, de Paris, o Boulder Museum of Contemporary Art, de Boulder (2011), entre outros. Seu irmão, Arthur Oliveira, é arquiteto e proprietário da loja Movelaria, em Ourinhos.

Ao longo de vários anos, Ourinhos estabeleceu uma agenda de festivais de música, dança, teatro, literatura, além de um cineclube, o que não pode parar. Toda esta atividade é favorável à imagem municipal, atrai o turismo cultural com reflexo no comércio e hotelaria. Sobre a questão econômica, Matthias Makowski, diretor do Instituto Goethe, de São Paulo, declarou em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*:

Nós sabemos bem atualmente o quão importante é o fator cultura para o ambiente empresarial. Como centro econômico, a cidade de Munique é atrativa também porque a infraestrutura cultural para empresas, seja de qual for a sua origem, é um fator econômico positivo. Aliás, São Paulo me parece ser um caso semelhante. Está comprovado cientificamente que o fator ‘cultural’ de uma localidade não só gera empregos, como também motiva empresas a investirem e

é, atualmente, um critério fundamental de decisão para a instalação de uma empresa. (Makowski apud Cáceres, 2020)

Há outras iniciativas, como a Festa Literária Internacional da Mantiqueira (Flima), uma iniciativa cultural independente, com sede em Santo Antônio do Pinhal (menos de 10 mil habitantes), que desde 2018 desenvolve atividades de difusão de literatura, formação de leitores e promoção do livro em quatro cidades da Mantiqueira Paulista: Campos do Jordão, Monteiro Lobato, São Bento do Sapucaí e Santo Antônio do Pinhal. As duas primeiras edições da festa, em 2018 e 2019, foram realizadas com recursos obtidos via financiamento coletivo (sem leis de incentivo ou apoio de editais). Foram cerca de 200 atividades e 20 mil participantes. Na cidade histórica de Tiradentes (MG) (cerca de 12 mil habitantes), a Mostra de Cinema de Tiradentes é um evento de vanguarda com programação cultural gratuita. Em nossa região, o Conservatório de Tatuí é uma das mais bem sucedidas ações no setor cultural no estado de São Paulo.

A Ourinhos atual tem poetas, autores de literatura infantil, pintores, atores e atrizes, bailarinos, memorialistas e pesquisadores, como o dr. Clovis Chiaradia, autor do *Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena* (Editora Limiar, 2008). Uma história artístico/cultural que vem de longe. Nos anos 1950, despontou o estudante-poeta Milton Gil, que morreu cedo. Em 1915, três anos antes de Ourinhos se tornar município, já existia a Corporação Musical Sete de Setembro.

**7) Sobre suas viagens profissionais e vínculos com o jornalismo, teatro, literatura e política, você foi correspondente da *Folha de S. Paulo* em Portugal na época da “Revolução dos Cravos”. Gostaria que falasse um pouco sobre essas temáticas e, como um jovem do interior do estado de São Paulo, tenho uma curiosidade: como foi traçar essa trajetória?**

Fui enviado a Portugal com 32 anos, experiente na profissão, uma missão de grande responsabilidade. Vivi em Lisboa entre 1975 e 1977, quando, além de correspondente da *Folha de S. Paulo*, fui convidado a lecionar nossa dramaturgia no Conservatório Nacional de Lisboa. Nesse período, criei fortes laços no país, com diretores e atores, com jornalistas e escritores, como José Saramago e Inês Pedrosa (publicada no Brasil). Sou neto de portugueses, o que está expresso no sobrenome Neves.

Meu avô é da ilha da Madeira e minha avó de Mira, bonita cidadezinha à beira mar, entre Lisboa e Porto. A família de minha mãe, Henriqueta Vieira Neves, é da região de Avaré, São Manuel e Botucatu.

Ir para a capital sempre foi natural para jovens do interior e, chegando a São Paulo, passei a viver com o que ganhava no meu trabalho. O jornalismo e a atividade como crítico teatral me permitiram correr o mundo, de Lisboa a Estocolmo, de Londres a Istambul, de Jerusalém a Tel Aviv. Por minha conta, percorri a América do Sul, da Patagonia até Machu Pichu, no Peru; e a trabalho estive também na Venezuela, Equador (em 1978, nas eleições em que o país se livrava de um período militar), Colômbia e Cuba.

Meu pai, João Neves (1913-1973), foi um comerciante de porte médio até 1959, quando encerrou suas atividades. Meu avô paterno, José das Neves Junior (1890-1955), teve a fazenda Figueira, de café, na região de São Pedro do Turvo (o posto de saúde local tem o nome de um filho dele, meu tio Constantino Neves). Construiu um dos primeiros sobrados da cidade, que ainda existe na mesma esquina da Rio de Janeiro com a Nove de Julho, onde morei durante a infância. Há uma rua com seu nome diante do Fórum. A família Neves era grande e conhecida, mas duas gerações e meia se passaram. Meu pai e seus onze irmãos já se foram. Entre meus primos, José Carlos Neves Lopes, falecido em 1º de abril de 2021, trabalhou na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e teve importância na divulgação da história de Ourinhos através do blog *Ourinhos dos anos 1910 aos anos 1980*, assim como tornou conhecido o extenso trabalho fotográfico de seu pai, Francisco de Almeida Lopes. O tempo passou, mas estou ligado à cidade e aos amigos. Suponho ser dos poucos que foram à Vila Bertioega, na Zona Leste paulistana, só para conhecer a rua Ourinhos.

**8) Como foi a experiência de trabalhar diretamente nas administrações públicas municipal (Mário Covas – PMDB) e estadual (Franco Montoro – PMDB) no período historicamente conhecido como “redemocratização”? Qual era o seu papel?**

Vale lembrar que fui candidato a deputado estadual por Ourinhos, em 1982, quando foram eleitos Esperidião Cury e o dr. Clovis Chiaradia, prefeito e vice-prefeito. André Franco Montoro foi eleito governador neste ano. Todos pelo PMDB, o partido histórico de

oposição à ditadura e ao seu partido, o Arena. Fizemos uma campanha inovadora porque, em vezes anteriores, os candidatos a deputado ficavam em média com 3 mil votos. Tive 10 mil em um eleitorado com por volta de 33 mil; 2 mil votos na capital e mais de mil no estado, muito provavelmente de meus leitores. Um total de 13.845 votos. Não me elegi, mas Franco Montoro e Mário Covas me cumprimentaram pelo desempenho. Nesta campanha, e nas Diretas Já, convivi com ambos e com Ulysses Guimarães, Almino Afonso, Severo Gomes, Roberto Gusmão, Leonel Brizola e Fernando Henrique Cardoso. Já havia trabalhado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), fundado por Fernando Henrique. Quando Montoro organizou sua assessoria de comunicação, foram convocados jornalistas de confiança, claro. A filha dele, a poeta e jornalista Mônica Montoro, foi uma boa amiga. Atuei no cotidiano duro da equipe de imprensa do governo e nas campanhas das Diretas e da eleição indireta de Tancredo Neves. Viajei com Montoro e Tancredo, com quem tive simpáticas conversas sobre literatura, Minas Gerais e o sobrenome comum. Uma noite, Montoro e eu ficamos no Palácio dos Bandeirantes, já vazio, só os dois no gabinete, redigindo textos, e ele me falando de seu pai, tipógrafo italiano, e da mãe espanhola.

**9) Você esteve ligado às articulações políticas para a criação em Ourinhos do Teatro Municipal Miguel Cury, inaugurado em 1988, durante o mandato do então prefeito Esperidião Cury (PMDB). Na época, até o ator Gianfrancesco Guarnieri esteve aqui e sondou-se a possibilidade de homenageá-lo, batizando o teatro com o seu nome. Também houve boatos de que o espaço levaria o nome do “Grande Otelo”, pois segundo Esperidião Cury, este fora seu amigo...**

Gianfrancesco Guarnieri esteve em Ourinhos para apoiar minha campanha, em 1982. Em seu discurso, pediu que Esperidião Cury, se eleito, dotasse a cidade de um teatro, o que se cumpriu. Guarnieri não tinha dessas vaidades e não pediu nada. Eleito, Esperidião me perguntou sobre Grande Otelo – que realmente fora seu colega no Liceu Coração de Jesus, em São Paulo. Argumentei que também se poderia pensar em outros nomes, mas o prefeito acabou por escolher o nome do pai. Miguel Cury foi um homem respeitado, representante da marca Chevrolet, dono da Autoviação Ourinhos-Assis (Avoa),

mas o nome do teatro poderia ser mudado. Santa Cruz do Rio Pardo tem o Palácio da Cultura Umberto Magnani, ótimo ator e filho da terra.

**10) A década de 1980 foi um momento de eclosão cultural, com a instalação de equipamentos culturais em São Paulo e em todo o Brasil e de políticas públicas para essa área, a exemplo da criação do Ministério da Cultura (1985) e da “lei Sarney”, que posteriormente se tornou Lei Rouanet. Localmente, foi o período que Ourinhos ganhou seu teatro e a Diretoria Municipal de Cultura (1987). O cenário recente, porém, é o oposto, com o Ministério da Cultura extinto em 2019 e a Lei Rouanet sofrendo cada vez mais ataques. Na sua opinião, qual é a importância das políticas públicas para a cultura em um país onde se prioriza o curto prazo e a efemeridade, ligados apenas às políticas de governo?**

A cultura é fundamental na formação de um país. Sem cultura e educação para todos, não há progresso. Em Portugal, depois de uma ditadura sinistra de 48 anos, logo que voltou a democracia, em 1974, a cultura imediatamente voltou a ser apoiada. Na França, o presidente general Charles De Gaulle, herói da Segunda Guerra Mundial, chamou para Ministro da Cultura o escritor André Malraux, um dos intelectuais mais importantes do século XX, que restaurou a Paris afetada pela ocupação alemã, escurecida pela pátina do tempo, e criou Casas da Cultura, expandido conhecimento e arte para todo país.

**11) Ourinhos é uma das cidades do estado de São Paulo com mais festivais ligados às artes, além da quantidade significativa de equipamentos culturais (teatro, concha acústica, bibliotecas, escolas de música e bailado, museu, centros de memória e centro cultural). Desde a criação da Diretoria Municipal de Cultura, em 1987, Ourinhos vem investindo no mínimo 1% de seu orçamento em atividades culturais – porcentagem que, para o nível do Brasil, é relativamente alta. Entretanto, ainda não há um Conselho Municipal de Políticas Culturais, uma lei de incentivo cultural e tampouco um Plano Municipal de Cultura. Como você avalia**

**esse cenário e qual é a importância dessas ferramentas para o município?**

Espero que o prefeito (estive no casamento de seus pais), formado em Direito e Jornalismo, com preparo e experiência política, deixe como legado um Plano Municipal de Cultura fixo, definido por um Conselho, se for o caso. Ourinhos hoje é um polo regional universitário e de comércio, indústria, agropecuária e medicina. Merece que o Museu e sua equipe sejam assessorados por especialista em museologia. Além de reunir objetos antigos, precisamos de uma visão histórico-pedagógica, da descrição de cada item do acervo. Enquanto aquele bebedouro de ferro, no largo da Estação, estiver caído de lado, apenas com uma pintura antiferrugem, estará esquecido o período em que as cargas que chegavam pela ferrovia eram transportadas por dezenas de carroceiros que cruzavam a cidade. O bebedouro, uma arte em ferro, fabricado em Sorocaba, deve funcionar ou ser exposto com a devida explicação de sua origem. Falta-nos uma Rua dos Ferroviários, que poderia ser a atual Engenheiro Frontin, paralela aos trilhos. Frontin foi importante em engenharia, mas no Rio de Janeiro, no começo do século XX. Ourinhos teve um numeroso contingente ferroviário (nas oficinas, no reparo das linhas e todo pessoal dos trens), prefeitos e vereadores ligados à administração da antiga Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Contamos com uma das melhores documentações fotográficas do estado sobre o cotidiano, a *Evolução da cidade*, mérito de Francisco de Almeida Lopes – pai do meu primo, o historiador José Carlos Neves Lopes –, que trabalhou nos escritórios da Rede desde quando a ferrovia era inglesa. Este material precisa ser restaurado, catalogado, exposto e editado em livro.

**12) O seu livro *Ourinhos: memórias de uma cidade paulista*, publicado em 1992, no final da gestão do prefeito Clóvis Chiaradia, é considerado um “clássico” para quem quer iniciar os estudos e pesquisas sobre o município. De onde surgiu a ideia para o projeto e como foi o processo de escrita e financiamento? Quais foram os maiores desafios?**

Fiquei gratificado com esta definição porque, sem vanglorias, sei que trouxe uma contribuição. O professor Antonio Candido, crítico literário e estudioso da cultura interiorana, no ensaio *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, disse

que meu livro é “a melhor monografia sobre uma cidade do interior” que havia lido (não pedi que declarasse por escrito). Está incluído nas bibliotecas de história e geografia da USP, Unicamp, Unesp e no setor brasileiro da Biblioteca do Congresso, de Washington. A edição virtual está no site da Universidade Estadual do Norte do Paraná. O livro foi editado pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, na gestão do prefeito Clóvis Chiaradia (1989-1992), com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura e da Imprensa Oficial do Estado. Foram dois anos de pesquisa intensa, que relato no prefácio. O problema é que está esgotado e jamais foi reeditado. Imaginei que estaria em currículos, que motivaria debates. A razão deste silêncio, deixo à consideração da administração pública e às demais pessoas envolvidas com a cultura.

**13) Desde a década de 1980, Ourinhos vem passando por uma expansão urbana contínua que, muitas vezes, sacrifica o patrimônio cultural edificado (aquele de pedra e cal) que por muitos anos compôs a paisagem urbana da cidade e permeou a construção identitária dos que aqui viveram e ainda vivem. Essa não é uma exclusividade de Ourinhos, mas acontece em várias cidades do Brasil: o “velho” ser suplantado pelo “novo”. Sabemos que essa visão faz parte de uma certa mitologia do progresso e que, como disse Walter Benjamin, “por onde ele passa, deixa destruição e muitas vezes sequer olhamos seus escombros pelo retrovisor da história”. Qual é a importância do patrimônio cultural nesse sentido e como você visualiza essa situação em Ourinhos e no Brasil?**

O estudo *Morte e vida de grandes cidades*, da urbanista e ativista social canadense Jane Jacobs (2011), que deveria ser leitura obrigatória dos prefeitos, administradores públicos e agentes culturais, faz essas considerações em sua abertura:

O livro questiona o desenvolvimento do planejamento urbano nas cidades e os princípios de reurbanização em contrapartida às questões de natureza socioeconômicas. O seu foco principal decorre do indispensável conhecimento sobre

o funcionamento e necessidades das cidades para, com isso, acumular informações em prol das diretrizes coerentes para o planejamento urbano. A cidade é um grande cenário de vivências, das relações de poder, diferenças sociais, arquitetônicas, de paisagens e da falta de respeito com o principal personagem, o indivíduo enquanto cidadão. No seu relato, há uma crítica evidente em relação à função, uso e ocupação das construções, atrelado a infraestrutura, que não valoriza a escala humana, com um crescimento urbano indiferente às necessidades de cunho social.

Ourinhos deixou vir abaixo a Igreja Matriz da praça. Independentemente de religião, a capela ou matriz é o ponto inicial das cidades ibéricas e latino-americanas. São Paulo nasceu assim. Nossa “igreja velha” poderia ser transformada em centro comunitário, biblioteca ou museu. O mesmo aconteceu com a praça original, suas alamedas sinuosas e uma vegetação densa, florida, onde ao entardecer assistia-se à revoada das andorinhas. Deixou-se igualmente desaparecer o casarão-jardim do médico e ex-prefeito dr. Hermelino Leão, que daria um centro cultural. A praça antiga teve bancos doados por pessoas – uma delas, meu avô – e firmas ourinhenses que também contam um pouco da nossa história. Sobraram alguns em outras praças. A cidade não pode crescer ao acaso até cair no Paranapanema e no rio Pardo. Planejamento urbano e preservação arquitetônica são vitais.

Em resumo, a cidade precisa se dar conta de que no seu brasão há uma árvore. É o Jaracatiá, originária da mata atlântica, existente de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul. Esteve na praça desde a criação de Ourinhos. Morreu a antiga, foi plantada outra no local. Tem ainda um simbolismo?

## REFERÊNCIAS

CÁCERES, A. Financiar a cultura é um gasto ou investimento? **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3fKi3rV>. Acesso em: 22 jul. 2021.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.



# Memórias dos trilhos e minhas memórias: uma história sobre Ourinhos

*Memories of the tracks and my memories: a history of Ourinhos*

FABIANA LOPES DA CUNHA<sup>A</sup>

<sup>a</sup> Professora doutora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com pós-doutorado pelo King's College London, doutora e mestra em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: [fabiana.cunha@unesp.br](mailto:fabiana.cunha@unesp.br)

---

Nossa proposta visa discutir a relevância da cultura do café e da construção das redes ferroviárias para o desenvolvimento do oeste paulista, mais particularmente do município de Ourinhos. O intuito de nosso trabalho é compreender como se deu a ocupação da terra na região de Ourinhos, sua vinculação com as frentes pioneira e de expansão e com a expulsão de tribos indígenas e como tal processo, por ser muito recente, deu à cidade e a seus habitantes uma feição e anseios, respectivamente, de “modernidade”. Ao mesmo tempo, tais aspectos parecem ter estimulado entre os habitantes um sentimento de negação do passado e de suas origens, que hoje é evidenciado pelo descaso com a preservação do patrimônio cultural material e imaterial do município, constatado por meio de nosso trabalho no Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos e no Centro de Documentação e Memória da Unesp.

Palavras-chave: memória, história, ferrovia, café, Ourinhos.

---

Our proposal discusses the importance of the coffee culture and the construction of railroad networks for the development of the oeste paulista region, and particularly for the municipality of Ourinhos. Our goal is to understand how the land occupation in Ourinhos happened, its connection with the pioneer and expansion fronts and with the expulsion of indigenous tribes, and how such fairly recent process gave the city and its inhabitants, a feature and longing for “modernity.” At the same time, such aspects seem to have imbued the inhabitants with feelings of denial – of the city’s past and their origins – which translates today into the neglect shown in preserving the city’s material and immaterial cultural heritage, which we verified through our work with the Historical and Pedagogical Museum of Ourinhos and the Center of Documentation and Memory of UNESP.

Keywords: memory, history, railroad, coffee, Ourinhos.

---

Então a onça pintada da floresta bruta que contorna o trecho Jataí-Londrina, ao ver-se-lhe roubar o domínio da majestosa mata virgem, ouvindo o silvo das locomotivas fugirá espantada, dizendo de si para consigo:

— Que será isso?! [...]

E o monstro de ferro, impetuoso, fumegante, responderá:

— Progresso, progresso, progresso...

— Deixe eu passá, deixe eu passá, deixe eu passá [...].

(PERTH, 1934)

O teor dessa reportagem e sua exaltação ao progresso, ao dinamismo e ao crescimento do município de Ourinhos e região, característica supostamente empreendida de sua população, típica de um bandeirante, são comuns no decorrer das décadas de 1920 a 1940 e podem ser encontrados em diversos números de seu periódico local intitulado *A Voz do Povo*.

A escrita da história de Ourinhos e, consequentemente, do oeste paulista e de suas fronteiras, é recheada de palavras que se remetem à dicotomia entre atraso e crescimento, moderno/pioneiro e sertão, desbravador/bandeirante versus bárbaro/selvagem/indígena. Para que possamos compreender essas expressões é também necessário que busquemos entender o papel fundamental que a fronteira desempenhou na economia, política e sociedade de Ourinhos, bem como no estado de São Paulo como um todo. Essa é também a história da cultura do café nesse estado, que ao ser estimulada pelo capitalismo favorecido pela Revolução Industrial para adentrar e desbravar fronteiras vai pressionar o ritmo da produção, denotando a clara necessidade de reduzir o tempo e os custos do transporte dessa mercadoria. É também, portanto, a história da expansão dos trilhos e das locomotivas, recortando e modificando a paisagem e trazendo consigo inovações e conflitos pelo interior de nosso país. Como bem afirma Ana Luiza Martins, esse cenário vai pressionar o ritmo dos trens, da produção do café, dos mercados e dos banqueiros. Todos “tinham pressa” (MARTINS, 2008, p. 161), ou quase todos, já que nesse contexto e espaço coexistem tempos distintos.

Segundo Martins, no que tange a aspectos sociológicos, a definição mais relevante de fronteira é a de conflito social. “Nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade” (MARTINS, 1996, p. 27). Num primeiro olhar, parece ser o local de encontro dos que são distintos entre si: índios de um lado e civilizados de outro, ou grandes proprietários de terra de um lado e camponeses pobres de outro. Para o autor, a frente de expansão é compreendida como o momento em que os

posseiros ainda se dedicam à sua própria subsistência e secundariamente à troca. Dessa forma,

[...] as tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista que se faz presente na fronteira econômica e a sociedade tribal à qual se disputa, mediante o empenho dos que estão situados na Frente de Expansão, a terra necessária à preservação desta frente. (MARTINS, 1996, p. 768)

Segundo Lima (1978) e Pinheiro (1992), tais conflitos tornaram-se tão agudos que foram organizadas expedições com o intuito de exterminar as diversas tribos indígenas que habitavam a região.

O conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente, “a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro” (MARTINS, 1996, p. 27). Esse desencontro e conflito são decorrentes não apenas das diferentes visões de mundo dos grupamentos humanos, mas também do fato de que cada um deles está em um tempo distinto da história. Dessa forma, para Martins (1996, p. 27), o “desencontro na fronteira é o desencontro das temporalidades históricas” e, por conta disso, a fronteira somente deixa de existir quando o

conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagonica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou. (MARTINS, 1996, p. 27, grifo do autor)

Os estudiosos do tema da fronteira no Brasil, ainda segundo o autor, se deparam com duas concepções de referência: a dos geógrafos, que desde os anos 1940 importaram e nomearam essa região como zona ou frente pioneira, e a dos antropólogos, que, principalmente a partir dos anos 1950, definiram esses deslocamentos de população e atividades econômicas reguladas pelo mercado como *frentes de expansão*. Darcy Ribeiro (1977, p. 25 apud MARTINS, 1996, p. 27) sugere que elas constituem “fronteiras da civilização”.

Para Love, há ao menos duas fronteiras: a demográfica e a “pioneira”. Segundo o autor, a primeira diz respeito aos desbravadores, à expulsão e à destruição dos indígenas, bem como à posse da terra sem o título legal, por se tratar de um lugar e de um tempo em que a “lei” geralmente dependia da “vontade e

beneplácito de algum poderoso, proprietário *de facto* da terra” (LOVE, 1982, p. 20). Por sua vez, a fronteira pioneira, adiantando as ferrovias em expansão durante o fim do século XIX e início do século XX, teria sido definida pelas necessidades da produção do café e relacionada a determinadas condições climáticas e de solo e à necessidade constante de novas áreas de plantio, devido ao esgotamento do solo que esse tipo de cultura provoca após algumas décadas (HOLLOWAY, 1984; LOVE, 1982).

A posse legal da terra predominou na fronteira pioneira, onde, ainda segundo Love, a “concepção capitalista dos direitos de propriedade acompanhou a integração econômica da área no sistema econômico internacional” (LOVE, 1982, p. 20). Isso fez com que a fronteira caminhasse dentro do estado de São Paulo em direção ao oeste, onde famílias de fazendeiros passaram a adquirir terras virgens, em geral muito distantes de suas propriedades originais, com o intuito de utilizá-las posteriormente como uma garantia da continuidade de sua produção. Assim, a ocupação das terras no Oeste Paulista passa a se vincular com a história de alguns “desbravadores” mineiros, com o cultivo do café e com a expansão da ferrovia.

Se as discussões para a implementação da ferrovia no Brasil tinham se iniciado na década de 1830, será apenas em 1856 que a São Paulo Railway Company vai obter a “concessão para a construção e exploração da ferrovia por 90 anos” (LOVE, 1982, p. 162). Ocorre também na década de 1850 a promulgação da Lei de Terras, que tenta solucionar o problema da ocupação da terra em nosso país. Não é coincidência que em 1845 é aprovada a única lei geral sobre índios do século XIX, o Regulamento das Missões, que aglutinou diretrizes básicas de catequese e civilização dos índios.

O Regimento dispôs sobre a formação e o funcionamento de uma Diretoria Geral dos Índios responsável pelo aldeamento, aforamento de terras e outros procedimentos particulares e localizados, tomados em relação aos indígenas. Em cada Província deveria haver um Diretor Geral dos Índios nomeado pelo Imperador. Ele decidiria, entre outras coisas, o destino das terras indígenas “abandonadas” ou desocupadas por eles, da transferência espacial de populações indígenas inteiras, dos modos e dos critérios de demarcação das terras indígenas, da sua cultura e do seu arrendamento a colonos. (PINHEIRO, 1992, p. 40)

Com a Lei de Terras surge a possibilidade de as terras indígenas serem consideradas devolutas, o que, em conjunto com melhorias no transporte, tornou o café, mais importante cultura do Vale do Paraíba, o principal produto de exportação de São Paulo, em meados do século XIX. A aprovação do Decreto nº 1.318, de 1854, associada à necessidade criada pelo cultivo do café facilitou a regularização das posses de direito e daquelas criadas pelos “grileiros”. Para Love (1982), a Araraquense, a Alta Paulista e a Alta Sorocabana foram as três últimas áreas a serem ocupadas e acabaram tendo que enfrentar os mesmos problemas de violência e títulos instáveis de propriedade já vividos pelas regiões mais antigas. A grilagem precedeu a chegada da ferrovia, e a falta de escrituras definitivas custou ao governo a perda de preciosa renda. Trazendo consigo o império da lei, representado pelos juízes e pela polícia estadual, a estrada de ferro tendeu a reduzir, mas dificilmente eliminar, o caos legal imperante.

O período que precedeu a chegada da ferrovia foi também o momento em que muitos mineiros atravessaram a fronteira, devido ao declínio da economia mineradora. É importante ressaltar que o contato entre mineiros e paulistas já se dava há muitos anos, principalmente por meio da aquisição de muarens na feira de Sorocaba, à época muito importantes para o transporte de minério e de outros produtos agrícolas. Foi nesses caminhos que os mineiros teriam ouvido falar das “inóspitas, mas ricas terras do Vale do Paranapanema” (PENÇO, 1980, p. 28). Coube a um deles, José Theodoro de Souza, se tornar o “lendário desbravador”, possessor de uma vasta extensão de terras no oeste paulista e responsável por inúmeras lutas com os indígenas e pela fundação de um povoado, São José dos Campos Novos (posteriormente Campos Novos Paulista), que durante muito tempo funcionou como “boca de sertão”.

Segundo bibliografia e documentação sobre esse assunto, as posses de José Theodoro iam desde o rio Turvo e Ribeirão das Antas até o rio Paraná, abrangendo atualmente inúmeros municípios do oeste paulista (PENÇO, 1980). Segundo Penço, a grande proporção dessa gleba se deve a uma brecha que ele encontrou na Lei de Terras de 1850. De acordo com Lima, essa lei teria sido criada para tornar mais cara e difícil a aquisição de terras. Com a abolição do tráfico de escravos em 1850 e a pretensão de que a mão de obra imigrante substituísse o escravo, como seria possível evitar que este tivesse acesso à propriedade? A proposta encaminhada pela Secção do Império, em 1842, esclarece essa questão:

[...] Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres é seu parecer que d'ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se consequentemente, a sua aquisição, é de se esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietários. (LIMA, 1978, p. 49)

Após intensos debates no parlamento, a Lei de Terras é aprovada, substituindo o Estatuto das Sesmarias, segundo o qual a terra era outorgada pelo governo português, extinto em 1822. Até então, toda a terra que não tivesse sido doada em sesmaria era, teoricamente, de domínio público, devoluta. Nesse intervalo, predominou o regime de posses que permitia um acesso quase indiscriminado às terras disponíveis.

Uma característica importante da frente de expansão em todo o país, segundo José de Souza Martins, é que, quando ricos e pobres se deslocavam juntos, eles baseavam esse movimento nos direitos assegurados pelo regime sesmarial. Apesar de ter cessado com a implementação da Lei de Terras de 1850, a sesmaria continuou norteando as concepções de direito à terra. Além disso, “a concepção de que o trabalho gera direito de propriedade sobre os frutos do trabalho também era própria desse regime fundiário” (MARTINS, 2004, p. 43). Por outro lado, esse estatuto separava o *domínio* (que era da Coroa) da *posse* (que era do sesmeiro). Quando o último deixasse de cultivar a terra, esta se tornava devoluta ou realenga, porque pertencia ao rei, podendo ser redistribuída por este e ocupada por outra pessoa. Dessa forma, o trabalho gerava direito sobre bens produzidos e sobre a terra beneficiada. Seria apenas com a Lei de Terras de 1850 que os direitos de propriedade, posse e domínio se juntariam num único direito.

A lei de 18 de setembro de 1850 divide a terra em particular e devoluta, ficando proibido “a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, e, ao regulamentar a venda, estabelece um preço “mui elevado, comparativamente ao das terras particulares” (LIMA, 1978, p. 50).

Dessa forma, a maior parte das terras a oeste do estado de São Paulo foi considerada no período como devolutas, ou seja, disponíveis para serem negociadas. Ignorando em grande parte os nativos que ocupavam esse território, a única ressalva dessa lei condiciona as providências que deveriam ser tomadas posteriormente para defesa desses territórios: “O governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias para a colonização dos indígenas” (LIMA, 1978, p. 52). Em conjunto com a lei que permitia registrar títulos de posse dentro de um prazo de quatro anos, desde que o cultivo do solo tivesse se iniciado e se pudesse de alguma forma justificar o direito de primeiro ocupante – ou seja, desde que se demonstrasse que havia terras cultivadas ou um início de cultivo e que o “ocupante ou quem o representasse nessas terras [as] habitasse permanentemente” – (MONBEIG, 1984, p. 144), o fato de essas terras terem sido consideradas devolutas promoveu, de um lado, o confronto entre os nativos e os primeiros “desbravadores” na região do Vale do Paranapanema, e, de outro, a legitimação de enormes glebas por parte de um pequeno número de posseiros, como foi o caso de José Theodoro de Souza e seus parentes.

Nessa época, as terras para além de Botucatu somente apareciam registradas nas cartas geográficas como “sertão desconhecido” ou “território habitado por índios” (MONBEIG, 1984). José Theodoro teria saído de Pouso Alegre, passado por Mogi Mirim e chegado em Botucatu, de onde, atravessando o rio Pardo e os campos ao lado de Lençóis e São Domingos, chegou às margens do rio Turvo (COBRA, 1923; LIMA, 1978; PENÇO, 1980). A partir daí, o território era dominado essencialmente pelos nativos indígenas, “como por exemplo, os Caiuás e Oti-Xavantes no Vale do Paranapanema, e os Caingangues (Coroados) nos vale do Peixe, Batalha, Feio-Aguapeí e baixo Tietê” (LIMA, 1978, p. 71), pois o povoamento de “sertanejos” era descontínuo e escasso (LIMA, 1978; PINHEIRO, 1992, 1999). Para prosseguir a viagem além do rio Turvo, o mineiro teve que optar entre dois caminhos: continuar pelo campo afora, enfrentando os perigos de investidas indígenas e as dificuldades de penetrar mata adentro, ou descer até a barranca do rio Paranapanema e por este abaixo (figura 1).

**Figura 1.** A penetração e a posse dos mineiros no Vale do Paranapanema em Meados do século XIX.

Nota: As setas verdes (■) indicam que, partindo de Botucatu e chegando ao rio Turvo, o mineiro opta por prosseguir viagem pela mata. Já a seta azul (■) indica a segunda opção do mineiro, a de prosseguir viagem descendo as corredeiras do rio Turvo até chegar à barranca do Paranapanema. Entretanto, Theodoro não escolhe essa opção. Caso fosse essa sua escolha, passaria de fato pelas terras que originariam Ourinhos, que estão representadas no mapa. Por sua vez, as setas roxas (■) representam o percurso realizado por Francisco de Paula Moraes para obtenção das terras compreendidas nessa região; as setas pretas (■) mostram que, além das posses de Theodoro, havia as propriedades de João da Silva Oliveira (ARAÚJO, 2009).

Fonte: Penço (1980). Adaptado por Araújo (2009).<sup>1</sup>

Após o registro das terras, José Theodoro voltou à sua Província natal, com o objetivo de atrair pessoas que se interessassem em colonizar a região, objetivando garantir sua posse e segurança.

Como não havia conseguido angariar um grande pessoal na primeira empreitada, tentou em sua própria família, atraindo para o sertão esposa, filhos, cunhados e genros. De acordo com a literatura, os três principais nomes de posseiros que vieram inicialmente, ou após sua ida à Pouso Alegre são: Francisco de Souza Ramos, irmão do mineiro que veio com ele para a primeira entrada no território; Francisco de Paula Moraes, genro do mineiro, casado com Maria Theodora

de Souza; e, por fim, João da Silva Oliveira, cunhado do mineiro. (COBRA, 1923, p. 25-26)

A divisão das posses de José Theodoro foi feita por “aguadas”, isto é, por porções de terra correspondentes a uma pequena bacia hidrográfica (COBRA, 1923 apud ALMEIDA, 2021). Essa divisão utilizava o conhecimento dos cursos d’água como linhas limite, posto que, numa terra virgem, os cursos d’água funcionam bem como norteadores entre os elementos naturais e a densa vegetação. Além disso, era bastante relevante a presença de água em todas as propriedades (MONBEIG, 1984, p. 134).

Seguindo a tradição dos posseiros, José Theodoro doou um patrimônio à margem esquerda do rio Novo, fundando o povoado de São José do Rio Novo, que posteriormente se chamaria São José dos Campos Novos do Paranapanema – e, atualmente, Campos Novos Paulista. A fundação deste

1 ARAÚJO, D.F. Posseiros, engenheiros e pioneiros: a ocupação da terra no Município de Ourinhos, 2009. Monografia de Conclusão do Bacharelado em Geografia, UNESP. Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Lopes da Cunha)

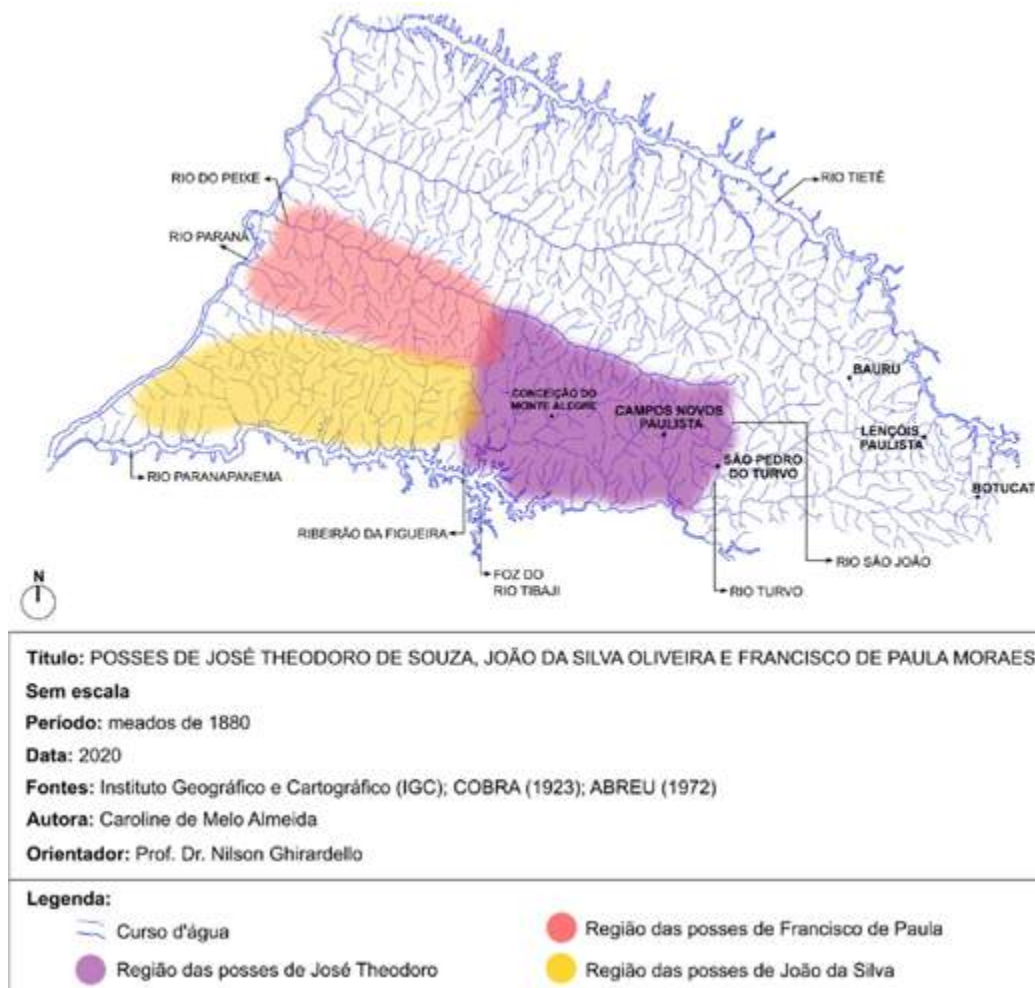
patrimônio teve o intuito de atrair pessoas e, também, o caráter religioso de proteção divina na empreitada [...]. Além disso, a tradição de doar terras à Igreja se devia à necessidade de legitimação das posses. Como o registro das terras, até meados de 1870, era feito nos Cartórios Paroquiais, a doação à Igreja servia como forma de validar a propriedade, legalizando toda a gleba, visto que a doação seria inscrita no cartório. (ALMEIDA, 2021, p. 52)

A partir das primeiras vendas de terras e com a chegada de mais pessoas à grande região, intensificaram-se os embates com os indígenas, dando início ao seu extermínio naquela porção da província. Os que escapavam eram obrigados a fugir para cada vez mais longe (ARAÚJO; CUNHA, 2011, p. 45; COBRA, 1923, p. 52). Assim sendo, José Theodoro e seus companheiros foram fundando

patrimônios para ocupar e ter suporte para a exploração da região, como exposto no mapa 1<sup>2</sup>.

Outra questão importante para a confirmação das diferentes temporalidades históricas expostas por Martins (1996) é ratificada pelo fato de José Theodoro de Souza se associar, em Botucatu, com um capitão da Guarda Nacional, o senhor Tito Correia de Melo, ituano, filiado ao partido liberal e personagem de “grande prestígio político tanto na província quanto no país” (COBRA, 1943, p. 9). Ao encontrá-lo, ele explica seus objetivos: forjar uma documentação que o legitimasse como proprietário de uma imensa gleba de terras (de Campos Novos do Paranapanema, povoado fundado por ele, até a região atual de Presidente Prudente). Sua explanação ganhou a simpatia e o apoio do capitão, segundo Cobra (1943).

**Mapa 1.** Posses de José Theodoro de Souza, João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes.



Fonte: Almeida (2021).

2 Ver outros mapas e descrições de toda essa ocupação do Oeste Paulista em Almeida (2021).

O apoio desse chefe político local foi imprescindível para a legalização dessas glebas de terra, e constituía um elemento-chave para que o desbravador mineiro pudesse se apropriar de terras devolutas, uma vez que a obtenção destas não foi realizada de acordo com as diretrizes da Lei de Terras, pois o capitão, além de conhecer todos os trâmites necessários à operação, era uma autoridade respeitada e conhecia pessoas que poderiam auxiliá-lo nessa operação. Como a Lei de Terras deixava margens para arbítrios, pois o posseiro podia declarar suas posses sem que necessitasse de comprovação, Theodoro declarou ao vigário de Botucatu que eram de sua propriedade terras que iam além dos marcos percorridos pela sua expedição. Para a afirmação de tal declaração, Theodoro contou com o respaldo do já mencionado capitão da Guarda Nacional.

Seu percurso real, segundo Cobra, se estendia até o rio Novo, onde ele teria fundado posteriormente Campos Novos do Paranapanema. No entanto, sua declaração prosseguia e alargava propriedades até um pouco além da barra do rio Tibagi, ou seja, para além de Conceição de Monte Alegre, vila fundada por ele quando retornou para reconhecer as terras que havia registrado sem ao menos tê-las percorrido. Deste modo, declarou-se dono de uma extensa gleba de terras na região que, na realidade, pertencia aos territórios de diversas tribos indígenas.

Porém, para que a propriedade de Theodoro fosse considerada legítima pelo Estado, era necessário que as terras tivessem sido adquiridas por posse mansa e pacífica num período anterior a 1850. Além disso, era imperioso que ao menos tivesse sido iniciado algum tipo de cultura. Como pudemos constatar com a análise minuciosa de todo o processo de obtenção dessas terras, elas foram “conquistadas” por Theodoro em data posterior, sendo, portanto, ilegítima a posse. No entanto, um dos fatores que possibilitou a Theodoro se apropriar dessas terras foi justamente a grande disponibilidade de terras devolutas que passaram a ser “oferecidas” a partir da Lei de Terras.

Theodoro contou com o apoio e auxílio do capitão da Guarda Nacional, esse importante representante da elite imperial daquele período, “homem inteligente e entendido de lei” que, segundo Cobra (1943, p. 16), orientou-o para que registrasse suas posses de forma que não estivessem em desacordo com a lei. Para isso, se aproveitou do prazo de tolerância do artigo 91, que possibilitava aos detentores de terras registrarem suas propriedades num prazo de até dois anos após a implantação da lei. Esse prazo acabou sendo prorrogado, se estendeu até 1856 e, segundo Emília Viotti da Costa (1999), possibilitou que as posses resultantes de ocupação aumentassem de

forma incontrolável e posseiros acumulassem grandes extensões de terra, cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais como rios, quedas d’água e encostas, conforme podemos averiguar no texto do registro de terras de José Theodoro de Souza. Apesar de não possuírem estatuto legal, elas eram compradas, vendidas e avaliadas à vontade. As condições de legitimação de posse contidas no artigo, somadas à falta de fiscalização para o cumprimento das exigências, possibilitaram que várias irregularidades fossem cometidas, como veremos, especificamente no caso das posses adquiridas irregularmente por José Theodoro de Souza durante o processo conhecido como *marcha para oeste*. Com a posse dessas terras, iniciou-se o processo que posteriormente se desenrolaria para apropriação da terra de toda essa região. Em virtude disso, inicia-se um contínuo processo de grilagem, constituindo a raiz histórica dos problemas relacionados aos conflitos pela posse de terra típicos da região e que caracterizam a estrutura agrária brasileira.

Como averiguamos, nessa época o registro da propriedade também deveria ser feito na paróquia, e não havia ainda interesse ou as condições necessárias para verificar a veracidade das declarações. Apesar do rigor aparente da lei, prevalecia ainda a tradição da palavra pautada no poder, pois bastava apenas que o posseiro declarasse ser dono de tal propriedade e tivesse o apoio e o aval de um representante da política local para que o vigário legitimasse a posse. Deste modo, José Theodoro de Souza declara ao vigário Modesto Marques Teixeira, em 31 de maio de 1856, que:

Sou senhor de umas terras de cultura no lugar denominado Rio Turvo, descrito desta Villa de Botucatu, e suas divisas são as seguintes: “Principiando esta divisa no barranco do rio Turvo, barra do Correguinho da Porteira, dividindo com os herdeiros e meeira de José Alves de Lima, e cercando as vertentes com quem de direito até encontrar terras de José de Cunha de tal até atravessar o rio Pardo, por outro lado até o espigão que divide as vertentes do rio Paranapanema, pelo espigão fôra com quem de direito fôr até cair no mesmo barranco do Paranapanema, por este abaixo até frontear a barra do Tibagy, e daqui cercando as vertentes desta agua que se acha dentro deste circulo até encontrar com as terras de Francisco de Souza Ramos, daqui descendo, até o barranco do São João, por elle abaixo até sua barra no Turvo, por este acima até encontrar a barra do “Correguinho da Porteira” donde foi principiada e finda esta divisa. Cujas terras assim divisadas e confrontadas as possúo por posses mansas e pacíficas que fiz no anno de 1847 e nellas tenho

morada habitual até o presente. (Registro Paroquial n° 516 fls. 168, 1856 *apud* COBRA, 1943, p. 24)

Neste documento apresentado na paróquia de Botucatu, Theodoro declarava que suas posses eram legítimas, já que afirmava ao vigário que havia adquirido as terras três anos antes da instauração da Lei de Terras, ou seja, em 1847, e as estava registrando em 1856, respeitando, portanto, o prazo de tolerância para regulamentação delas.

Como podemos perceber, suas posses vão além das terras percorridas durante a expedição, atribuindo ao mineiro o título de maior possuidor de terras da região, cuja gleba adquirida media cerca de 60 quilômetros de frente por 150 quilômetros de fundo.

Tal reconhecimento ignorou por completo que essas terras pertenciam aos indígenas. Tais negligências tiveram como consequência um conflito incessante pela posse da terra na região, no qual seus verdadeiros donos, os indígenas, passaram a ser vistos como intrusos, sendo constantemente ameaçados pelos interesses da sociedade expansionista cujo projeto de ocupação não incluía uma coexistência pacífica entre os primeiros habitantes e os novos colonizadores.

Há alguns pontos interessantes no documento, como a citação a outros proprietários de terra cujas propriedades seriam limítrofes à do mineiro (José de Cunha de tal e José Alves de Lima). Assim, apesar de o mineiro ter sido considerado o primeiro dono legal de tão vasto terreno, parece que, segundo seu depoimento, havia outros proprietários de pequenas áreas na região além dos já mencionados pelos estudos de Monbeig (1984) e Penço (1980) (João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes). Outra questão importante é que o desconhecimento dessa região pelas autoridades facilitava esse tipo de fraude e contribuía para acentuar as irregularidades e conflitos referentes à posse da terra, típicos da região do oeste paulista, uma vez que não haviam sido ainda realizadas expedições científicas para reconhecimento do território, como a de 1886, chefiada pelo geólogo Orville Derby, da qual participou o engenheiro Theodoro Sampaio (1889). Esses conflitos vão se acentuar nos anos e décadas seguintes, estimulados pela necessidade da cultura do café, de terras férteis disponíveis e da expansão dos trilhos para viabilizar o escoamento da produção de regiões mais distantes da capital, como era o caso do oeste paulista.

Conforme os indígenas vão sendo empurrados para o interior do país, exterminados ou aldeados, estradas vão

sendo abertas para possibilitar a comunicação entre os esparsos povoados que existiam entre a Vila de Botucatu e Campos Novos do Paranapanema. Esse processo dá início a uma valorização crescente das propriedades no Vale do Paranapanema e gera a necessidade de estudos mais detalhados sobre o reconhecimento do território. Em 1886 ocorre a primeira expedição com tal finalidade, promovida pela Comissão Geológica da Província de São Paulo e chefiada por Derby.

Como consequência dessa expedição, o engenheiro Theodoro Sampaio<sup>3</sup> realizou relevantes estudos sobre as características geográficas e econômicas da região do vale do Paranapanema, além de produzir um importante documento cartográfico. Tais ações de reconhecimento da região contribuíram para a nova ocupação da região, promovida sobre os pressupostos da frente pioneira.

Essa contribuição pode ser evidenciada na fala de Derby (1889), chefe da primeira expedição de reconhecimento das terras desconhecidas do Vale do Paranapanema, durante uma correspondência direcionada ao presidente da Província de São Paulo, senhor dr. Pedro Vicente de Azevedo:

Ao terminar em fins de 1886 os trabalhos de exploração do Paranapanema, teve ocasião de apresentar a V.S um rápido notícia sobre os caracteres gerais da rio e das terras e ocupação daquele Valle, fazendo assim antecipada contribuição para o melhor conhecimento de uma região que então como agora despertava geral interesse. (DERBY, 1889 *apud* SAMPAIO, 1889)

Ou seja, em um primeiro momento, foram os mineiros que ocuparam a região, vivendo precariamente e isolados dos principais centros, formando pequenos povoados, expulsando os povos indígenas, abrindo roças e praticando uma economia de subsistência durante a frente de expansão. Em um segundo momento, à medida que essas propriedades passaram a ser valorizadas, tornou-se necessário a produção de estudos de reconhecimento dos potenciais desse território para que essas terras pudessem ser exploradas economicamente. Como sabemos, tais terras passariam a ser um dos elementos indispensáveis para a expansão da cultura cafeeira na região e atenderiam aos interesses dos grandes fazendeiros paulistas.

Como pudemos constatar nos estudos de Penço (1980), Cobra (1943) e Monbeig (1984), a região do vale do

3 Para maiores informações sobre esse importante engenheiro, ver Costa (2001).



Paranapanema era uma área que por muitos anos continuou sendo desconhecida, pois a presença de tribos “selvagens” inibiu que os primeiros posseiros pudessem conhecer de imediato a região. Porém, mesmo se o fizessem, tal como fez Theodoro<sup>4</sup> durante suas expedições, faltaria rigor técnico, como o que foi produzido pela Comissão Geológica da Província de São Paulo, que somente foi possível quando a elite cafeeira passou a demonstrar interesse em explorar essa região. Em virtude disso, o engenheiro Theodoro Sampaio mapeou com precisão toda a região do vale do Paranapanema e descreveu com precisão técnica o ambiente percorrido durante a expedição<sup>5</sup>.

Apesar de essas incursões pela região terem se realizado por esses “pioneiros” em meados do século XIX com ataques à população indígena, a ocupação efetiva por esses grupos nessas terras que dariam origem a Ourinhos ocorreu em um segundo momento, estando intimamente relacionada à valorização das terras no contexto de expansão do café e da ferrovia durante a frente pioneira, já no início do século XX.

Nesse contexto, percebemos o quão importante é para esta pesquisa entender o processo de obtenção de terras devolutas realizado por Theodoro durante a frente de expansão, para que, assim, possamos compreender como as terras que dariam origem a Ourinhos passariam das mãos de José Theodoro para as de D. Escolástica, além de como, no início do século, estas acabariam sendo vendidas para Jacintho Ferreira e Sá.

Tal análise, em conjunto com outras questões relacionadas às formas de apropriação desse espaço – resultantes da expansão dos trilhos da Sorocabana e da cultura cafeeira –, nos permitirá entender o processo histórico de formação do município. Para melhor compreendermos esse processo e como se deu o desmembramento das terras adquiridas por Theodoro durante a “marcha para o oeste”, é importante a leitura de trabalhos como os de Araújo (2009), Araújo e Cunha (2011), Penço (1980),

Almeida (2021), Romero e Moraes (2004), Correa (1988), dentre outros citados ao longo do artigo.

Segundo Love (1982), a ferrovia, junto com a cultura do café, propiciou uma busca incessante por terras férteis e fez com que a fronteira pioneira avançasse para o oeste e incorporasse novos espaços que gestariam uma reserva segura para o café. Em virtude disso, muitas famílias de fazendeiros compravam terras ainda não cultivadas com o intuito de utilizá-las em operações futuras. Muitas vezes essas famílias estavam bem longe de suas propriedades originais.

A história de Ourinhos está intimamente relacionada ao processo de valorização das terras do oeste paulista propiciado pela expansão da cultura do café e da ferrovia. As terras que dariam origem ao município pertenciam ao território de Salto Grande – conhecidas como Fazenda das Furnas quando ainda estavam desocupadas e cobertas pela vegetação nativa – e foram adquiridas no início do século XX pela família de D. Escolástica Melchert da Fonseca, uma rica fazendeira que pertencia à elite paulista.

Em fevereiro de 1910, D. Escolástica vende suas terras para o mineiro Jacintho F. de Sá, que foram valorizadas com a chegada de ferrovia e do café durante a frente pioneira. Segundo Rios (1991), tal venda ocorreu porque D. Escolástica perdeu o marido e a filha e não tinha condições de administrar terras tão distantes da capital. Tal venda reflete também o início de um movimento no país que aumentaria gradativamente com o passar dos anos: a ascensão social de grupos vinculados a uma pequena burguesia, que enriqueceria muitas vezes por meios ilícitos, negociatas ou amizades “influentes”.

O levantamento documental realizado por Araújo (2009) no cartório de Registro de Imóveis de Ourinhos nos possibilitou analisar a forma como Jacintho F. de Sá foi acumulando uma grande extensão de terras na região, transformando-se em um dos maiores proprietários da vila de Ourinhos. Quando esta foi elevada à categoria de município, Jacintho já havia iniciado o processo de loteamento de suas terras situadas em pontos estratégicos da cidade, conforme foi verificado na pesquisa dos documentos cartoriais da cidade.

Ocorreriam várias transformações nessa paisagem com a chegada da ferrovia, em especial o desenvolvimento dessa pequena vila chamada de Ourinho, que, em 1918, ganharia autonomia política e administrativa, sendo elevada à categoria de município. A ferrovia também trouxe consigo mudanças importantes para o oeste paulista, uma vez que viabilizou a exploração de áreas novas e de solos férteis, que antes eram impossíveis de explorar devido à falta de conexão do oeste paulista com as outras regiões

4 Como vimos nos estudos de Cobra, à medida que os indígenas iam sendo expulsos, Theodoro pôde conhecer melhor as peculiaridades geográficas de suas posses, de forma que foi possível descrevê-las detalhadamente nas escrituras.

5 Nos documentos presentes nos arquivos do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap) encontramos vários relatórios apresentados a Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, nos quais Theodoro Sampaio e Derby fazem algumas considerações sobre os resultados obtidos por meio da expedição de reconhecimento do território do vale do Paranapanema.

do país. Assim, a região pôde concorrer vantajosamente com outras do estado de São Paulo, como Campinas ou o Vale do Paraíba, barateando os custos com transportes. Conseqüentemente, “a abertura de enormes fazendas com seus cafezais novos selou a sorte dos cafezais antigos, cuja produtividade física era apenas cerca de 50 a 80%, com relação aos cafezais novos” (RIOS, 1991, p. 21).

Tal avanço em direção ao oeste paulista, propiciado pela expansão da Estrada de Ferro Sorocabana, contribuiu não apenas para a formação de Ourinhos, mas também para a de outros municípios na região, tais como Salto Grande (1911), Ipaussu (1915), Platina (1915), Assis (1917), Palmital (1919), Chavantes (1922), Bernardino de Campos (1923), Cândido Mota (1923), Maracá (1924), Paraguaçu (1924) e Quatá (1925).

## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OURINHOS, SUA HISTÓRIA, MINHA HISTÓRIA

“Ourinho”, posteriormente Ourinhos, nasce a partir de uma estação ferroviária, o que denota, em sua gênese, certa vocação e identidade da cidade.

**Figura 2.** A chegada do trem em Ourinhos (1908).



Fonte: Acervo do MHPO/Cedem – Unesp.

É o que podemos averiguar em várias reportagens do jornal *A Voz do Povo*, que sempre busca exaltar o crescimento populacional e econômico da cidade como forma de atrair novos cidadãos e empreendimentos para o local.

Os velhos casarões de tábuas estão sendo demolidos para darem lugar aos grandes e modernos armazéns, aos bonitos “bangalows” e residências chics. O espírito do povo ourinhense é o mesmo do super-homem bandeirante, orgulho

de São Paulo, realizador por excelência, acostumado aos empreendimentos de vulto, é o homem do dinamismo cíclico, que não se afasta até mesmo diante do impossível [...] todos os bons ourinhenses devem reconhecer os benefícios que advirão para nós com as demolições dos prédios velhos que vinham de há muito atestando a falta de higiene e estética nesta cidade. [...] Ourinhos precisa se embelezar. Mãos à obra! (MARQUES, 1931)

Essa necessidade de colocar abaixo casarões e construções mais antigas e de extirpar também parte de seu patrimônio cultural natural – os jaracatiás, por exemplo, árvore símbolo do município – para dar lugar a edificações de feições mais modernas se manteve ao longo das décadas. Exemplo disso é a demolição da primeira igreja de Ourinhos e a construção, em seu lugar, do prédio da Telecomunicações de São Paulo (Telesp), o que nos alerta para algumas questões. A primeira, o grande crescimento da população e dos fiéis, que traz consigo a necessidade de uma igreja matriz de maior porte; a segunda, a preocupação com a instauração de empresas voltadas para a comunicação, o progresso e o desenvolvimento urbano no entorno da principal praça da cidade.

As fotografias nos dizem muitas coisas, sugerem outras, suscitam perguntas e estimulam nossas memórias ou imaginação. Qual o alcance e o limite delas enquanto documento histórico? Onde elas se encontram? Quais foram preservadas? Por quê? Como identificá-las e situá-las no tempo? Quem foram seus autores?

Independentemente das respostas, elas evocam os mais diversos sentimentos. Nas fotografias em branco e preto não é possível, por exemplo, ver a “cidade vermelha” dos anos de 1920 a 1940 descrita pelos imigrantes japoneses no livro de Moraes e Saraiva (2004), ou nas crônicas do saudoso professor Norival Vieira da Silva (2009). Essas crônicas contam narrativas que chamam a atenção para o sentimento dos que aqui chegavam por conta da cor da terra e da falta de pavimentação da maioria das ruas: “Tudo era vermelho! As casas, as ruas, as pessoas!” (MORAES; SARAIVA, 2004, p. 110).

No entanto, independentemente da cor, é possível vislumbrar nas antigas fotografias uma cidade com poucas casas, a maioria de madeira, e com um comércio ainda restrito: o depósito de bebidas Ferrari, a indústria de carroças Migliari, a serraria de Júlio Mori, a sapataria Matachana, as Casas Pernambucanas, a Ford, o primeiro cinema, a primeira escola... Anos depois, com seu crescimento, podemos vislumbrar o Teatro Municipal, o aeroporto, o primeiro ginásio, a primeira

Feira Agropecuária e Industrial (Fapi) etc. Contudo, algumas questões, ou talvez respostas, vêm à memória dos que viveram ou ouviram narrativas sobre a cidade por meio das lembranças: quem seriam as pessoas em frente a essas construções quando o fotógrafo registrou esses momentos? Quem costurou suas roupas? Vendeu comida, sapatos ou as empregou? Como essas pessoas construíram suas vidas em Ourinhos? Quem participou da banda ou das comemorações dos principais eventos ou festas? O que sentiram e amaram? Quais foram suas histórias? Tanta coisa ainda para investigar, investir, entender... tantas histórias para ouvir e narrar...

Quando cheguei aqui, como historiadora, comecei a pesquisar com o objetivo de compreender um pouco mais a história de Ourinhos. Mas, claro, a primeira coisa que soube dizia respeito a minha própria história: um dos responsáveis pela implementação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) na cidade, assim como de todos os campi dessa instituição no estado de São Paulo inaugurados em 2003, teria sido um ourinhense, Claury Santos Alves da Silva. No ano seguinte, por acreditar que a universidade deveria contribuir para uma cidade mais sustentável, e contando com o apoio do prefeito e de parte de sua equipe, em especial Eliane Maróstica, o diretor da Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos (SAE), Luis Marcello de Almeida Pereira, e sua auxiliar, Viviane Silvestre Cortez, além do auxílio de mais dois professores e alunos da Unesp, conseguimos organizar e lançar a coleta seletiva de resíduos sólidos junto com os cooperados do Recicla Ourinhos, que ainda não tinha esse nome, nem o logo multicolorido que criei. Naquele ano também conheci o museu de Ourinhos e Isaías Camargo, seu dedicado funcionário. E como não falar do professor Norival Vieira e sua preciosa coleção de documentos históricos, suas crônicas, suas memórias e sua generosidade?

Tantas histórias para contar, tantas pessoas para falar. Tanto a dizer sobre a revitalização do Museu Municipal Histórico e Pedagógico de Ourinhos (MHPO), a luta por um outro curso, organização de eventos, participação na Fapi, histórias sobre a revolução de 1932 e sobre as famílias e pessoas que conheci aqui; sobre os índios e os rios, sobre as usinas, músicas e festivais de cultura, sobre bares e figuras políticas ou comuns, mas que fazem toda a diferença na história dos esportes, da cultura, da educação e do desenvolvimento dessa cidade. E, claro, da minha filha, que nasceu aqui. Quero encerrar este texto, no qual comecei falando sobre progresso, sobre

a ocupação urbana de Ourinhos e depois sobre fotografias e cores – do preto e branco, da vermelhidão da cidade –, com parte de uma crônica do professor Norival Vieira da Silva (2009), grande memorialista da cidade que preservou muitos dos documentos sobre a história de Ourinhos, crônica na qual faz uma homenagem ao neto Gustavo (aproveito aqui para homenagear a minha, Sophia, que também ama azul).

Seus sonhos são povoados de seres azuis... Ele não sabe, mas tem a aura do menino do espaço [Yuri Gagarin]... “Que lindo, a Terra é azul!”... Os físicos disseram que as cores não existem, há o branco que se decompõe aos raios da luz. (SILVA, 2009, p. 261)

Para o menino que gosta do azul é uma pena que os adultos inventaram outras cores, que vão macular seu mundo. São cores sem cor [...]. (SILVA, 2009, p. 262)

O azul da cor dos olhos do professor Norival, esta pessoa tão querida e tão importante para a preservação da história de Ourinhos, que amava tanto essa cidade, jaz esquecido. Este texto é também uma homenagem singela a ele e às suas histórias e memórias.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 14, p. 77-97, 1998.

AIMONE, T. **Jacarezinho, seus pioneiros, desbravadores e os que labutaram para o progresso desta terra**. [S. l.]: Gráfica Universitária, 1975.

ALMEIDA, C. M. **Martinópolis: o povoado como estratégia para o loteamento rural na Alta Sorocabana Paulista**. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2021.

ARAÚJO, D. F. **Posseiros, engenheiros e pioneiros: a ocupação da terra no município de Ourinhos**. 2009. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Ourinhos, 2009.

ARAÚJO, D. F.; CUNHA, F. L. A ocupação da terra na formação do município de Ourinhos – SP. **Geografia**

- e Pesquisa**, Ourinhos, v. 5, n. 1, p. 39-58, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3y3jUit>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- ARRUDA, G. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Repensando a Geografia).
- COBRA, A. N. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Tip. Hennyes, 1943.
- CORREA, A. M. M. **Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema (1920-1930)**. 1988. Tese (Livro-Docência em História) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1988.
- COSTA, E. V. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- COSTA, L. A. M. **O ideário urbano paulista na virada do século**: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CUNHA, F. L. Trilhando Fronteiras: uma análise sociocultural e urbanística de Ourinhos (1920-1950). *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: O LUGAR DA HISTÓRIA, 17., 2004, Campinas. **Anais** [...]. São Paulo: Anpuh, 2004.
- CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: Fapesp, 1992.
- D'AMBRÓSIO, O. (org.). **Ourinhos**: um século de história. São Paulo: Noovha América, 2004. (Série Conto, Canto e Encanto com a Minha História).
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- FRANÇA, A. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano das ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. São Paulo: Sociedade e Cultura, 1989.
- HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LEITE, M. **Paulistas e mineiros**: plantadores de cidade. São Paulo: Edart, 1991.
- LIMA, J. F. T. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978.
- LOVE, J. **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARCHANT, A. **Do escambo à escravidão**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.
- MARQUES, V. A higiene em Ourinhos. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 6 dez. 1931.
- MARTINS, A. L. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, J. S. Sociologia da frente pioneira. **Revista Mexicana de Sociologia**, Cidade do México, v. 35, n. 4, p. 767-768, 1973.
- MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.
- MARTINS, J. S. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2004.

- MASSEI, R. C. **As inovações tecnológicas e o ocaso dos oleiros**: a mecanização das olarias em Ourinhos – 1950-1990. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.
- MAZZOCO, M. I. D. **De Santos a Jundiá**: nos trilhos do café com a São Paulo Railway. São Paulo: Magma Cultural, 2005.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- PENÇO, C. C. F. **A “Evaporação das Terras Devolutas” no vale do Paranapanema**. 1980. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980.
- PEREIRA, R. O. T. Súmula história. Jacarezinho: [s. n.], [19--?].
- PERTH, A. Na senda do progresso. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 4 mar. 1934.
- PINHEIRO, N. S. **Etnohistória Kaingang e seu contexto**: São Paulo, 1850-1912. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1992.
- PINHEIRO, N. S. **Vanuíre**: conquista, colonização e indigenismo: oeste paulista, 1912-1967. 1999. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1999.
- RIOS, J. D. **Ourinhos**: memórias de uma cidade paulista. Ourinhos: Prefeitura Municipal de Ourinhos, 1991.
- SAMPAIO, T. F. **Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SARAIVA, F. R.; MORAES, R. R. **Um espaço para lembrar de Ourinhos**. Ourinhos: Prefeitura Municipal de Ourinhos, 2004.
- SILVA, Norival Vieira da. Ourinhos em Crônicas. Ourinhos, 2009.

# Paisagens de Ourinhos (SP) e a presentificação indígena

*Landscapes of Ourinhos (SP) and the indigenous presentification*

LUCIENE CRISTINA RISSO<sup>A</sup>

<sup>a</sup> Professora doutora do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).  
E-mail: [luciene.risso@unesp.br](mailto:luciene.risso@unesp.br)

---

Este artigo enfatiza o passado indígena de Ourinhos e região, além do processo de ocupação do oeste paulista no final do século XIX e início do século XX. A penetração no oeste paulista, considerado como “sertão”, deu-se a partir da metade do século XIX, com processos de grilagem de terras devido à venda ilegal das terras devolutas e, sobretudo, com o avanço da cafeicultura, buscando novas áreas férteis e a expansão da ferrovia. Nessa região viviam principalmente os povos Kaingang, em maior número, e os Guarani. Porém, em consequência dos conflitos fundiários com os brancos, foram sumariamente eliminados, assim como as florestas ciliares e a estacional semidecidual. É uma triste história, que nem por isso pode ser renegada. Ao contrário, precisamos entender a dívida histórica imensa que temos com os povos originários de nosso país, além de apoiar políticas públicas de reparação, valorizando sua luta.

Palavras-chave: história, povo Kaingang, oeste paulista, geografia cultural.

---

This article highlights the indigenous past of Ourinhos, outlining the westward occupation of São Paulo in the late 19th and early 20th century. Considered the “backlands” of São Paulo, expansion to the west started in middle-19th century by land grabbing processes, due to the illegal sale of vacant lands, and especially by the growing coffee production, in search of new fertile areas and railroad expansion. The region was already populated by the Kaingang and Guarani peoples, which were massacred in land conflicts with the white settlers; the existing riparian forests and the semideciduous seasonal also disappeared. Such history, although somber, cannot be denied. Rather, we should understand our immense historical debt towards Brazil’s autochthonous populations, supporting reparation policies and aiding the struggle of these peoples.

Keywords: history, Kaingang people, west of São Paulo, cultural geography.

---

## INTRODUÇÃO

A paisagem é uma herança, possui formas naturais com seus processos e dinâmicas, e, sobre elas, as ações humanas de sucessivas épocas históricas. Dessas ações quase sempre ficam marcas que atravessam o tempo e permitem supor um passado.

Para entender uma paisagem é necessário analisar como as sociedades foram transformando as formas naturais, conforme sua cultura e poder, ou seja, valores, pensamentos, técnicas, vivências, experiências, sentimentos e simbolismos relacionados à paisagem.

A paisagem de Ourinhos é uma construção social de 8 mil anos. Primeiramente, feita das tradições dos povos caçadores coletores vivendo às margens do rio Paranapanema; posteriormente, de outros povos. Isso foi comprovado por meio de achados arqueológicos ao longo do rio Paranapanema. Nessa região viviam basicamente os povos Kaingang, em maior número, e os Guarani, que, em consequência dos conflitos fundiários com os brancos devido ao avanço da cafeicultura rumo ao oeste paulista, a partir da metade do século XIX, foram sumariamente eliminados, assim como as florestas ciliares e a estacional semidecidual.

O modo de viver indígena era completamente diferente do modo capitalista, eurocêntrico. Suas paisagens espelhavam a cosmovisão, sua cultura, gerando paisagens diferenciadas, pois nelas estavam “presentes não somente a materialidade da cultura e da Natureza, mas também os sentimentos, os valores, em relação às paisagens” (RISSO, 2008, p. 72). Suas paisagens eram conservadas, com rios e matas, visto que os elementos são quase que sagrados para os povos indígenas. Em fins do século XIX, a ideia positivista de progresso significava desmatar as florestas e com elas os povos indígenas, que eram vistos como empecilhos ao desenvolvimento. Os resultados disso? Inúmeras mortes, esbulho das terras indígenas, ecocídio e uma enorme dívida histórica.

Essa história muitas vezes é escondida ou renegada, porém, é importante ser lembrada para que todos saibam da injustiça para com os povos originários, apoiando suas lutas e políticas públicas para reparação histórica.

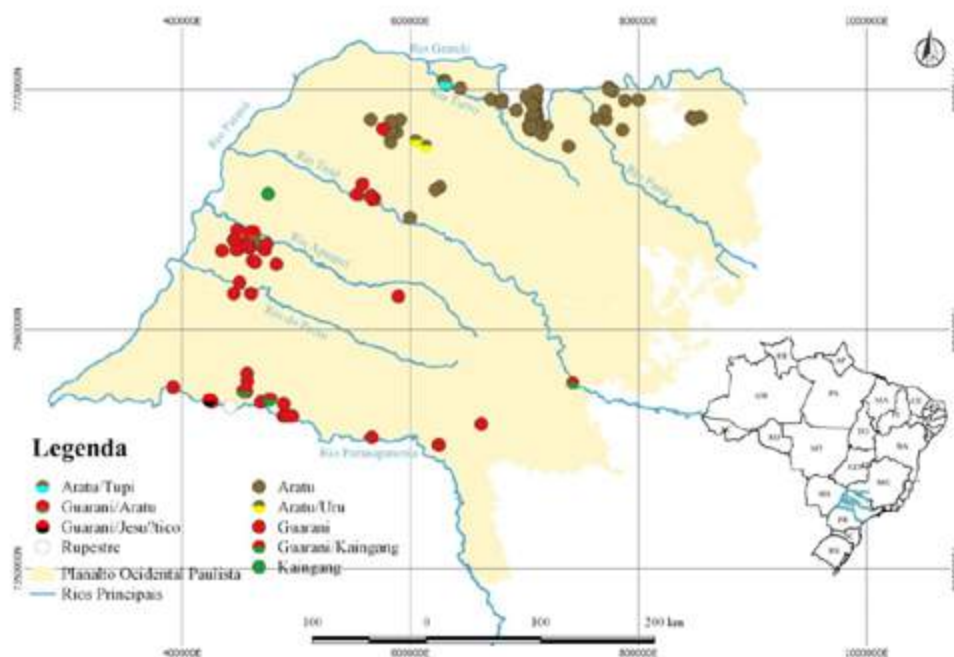
Este artigo foi baseado em revisões bibliográficas e outras referências on-line, visita presencial ao Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP) em 2019 e visita virtual ao Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre, em 2020, além de trabalhos de campo na terra indígena Araribá durante 2018 e 2019, bem como uso de fonte histórica da Comissão Geográfica e Geológica de 1886. Espera-se que o artigo possa contribuir com o tema e com as ideias de educação patrimonial para valorizarmos nosso passado ancestral.

## A HISTÓRIA INDÍGENA RENEGADA

A paisagem de Ourinhos é uma construção social de 8 mil anos. À época, a região era habitada por caçadores coletores nômades de tradições líticas vivendo às margens do rio Paranapanema. Desde então, adensaram-se os Guarani (migrando da Amazônia Central<sup>1</sup>), do ano 1000 a 700 anos do presente (PEREIRA, 2011, p. 134), levando ao desaparecimento dessas populações nômades.

Os Guarani trouxeram a agricultura, essencialmente de milho e mandioca, e eram seminômades. Mais tarde, no século XVIII, vieram para a região de Ourinhos os Kaingang (chamados de Coroados) e outros povos indígenas. Dessa forma, há vários sítios arqueológicos sobrepostos encontrados ao longo da bacia do Paranapanema, com tradições líticas e ceramistas Tupi-Guarani (figura 1). No sítio Guarani foram encontradas urnas, nas quais eles enterravam seus mortos, cascos de cerâmicas decoradas, e, das tradições líticas, várias pontas de flecha feitas de pedra lascada.

1 Sobre a data em que aconteceu isso, afirma Brochado (1989, p. 74) “datas de 2.200 B.P. são sugeridas para o início desta transformação pelo fato de que por volta de 1800 B.P. a cerâmica da subtradição Guarani já estava espalhada por essas áreas”.

**Figura 1.** Sítios arqueológicos de vários povos indígenas.

Fonte: Faccio (2019, p. 9).

Sobre os Kaingang, Cobra (1923, p. 3) descreve que eles, os Coroados, eram em maior número no sudoeste paulista: “[...] Entre as tribus habitantes da região, sobressahia a dos Coroados [...] Chavante e Cayuas, duas outras, do vale do Paranapanema, não eram tão hostis”.

Vários autores indicam que eles viveram entre o rio Tietê e o Paranapanema, provavelmente vindos, a partir do século XVIII, do sul do país: “[...] no Vale do Rio Tietê passando pelas bacias do Rio Feio-Aguapé e do Rio do Peixe até as florestas que, em galeria, margeavam o Rio Paranapanema” (PINHEIRO, 1992, p. 52). Segundo Joviano (2011, p. 46), “em São Paulo, a ocupação Kaingang se estendia pelo quadrilátero, que vai da região de Bauru ao rio Paraná e do Rio Tietê ao Rio Paranapanema” (figura 2).

Os Kaingang têm um território tradicional na região sul do país e no estado de São Paulo. Falam a língua Kaingang, pertencente à família jê do tronco macro-jê, com vários dialetos.

De acordo com a publicação do Instituto Socioambiental (2000) na página dos Povos Indígenas em seu site, a organização social Kaingang possui uma composição sociocsmológica baseada nas metades clânicas patrilineares Kamé (o Sol) e Kairu (a Lua), responsáveis pela identidade social – pois, segundo as histórias sagradas, foram o Sol e a Lua que criaram e deram nome

a todos os seres da natureza – e pelos casamentos entre os clãs opostos.

**Figura 2.** Localização geral do povo Kaingang no estado de São Paulo.

Fonte: Desenho de Andréa Zacharias, baseado nas informações de Joviano (2011, p. 46).

Na parte dos rituais, o principal é o culto aos mortos (*kikiko*), descrito por Nimuendajú (1913) e Baldus (1937), em que bebiam e se expressavam dançando simbolicamente, num movimento dos clãs que ao final se complementavam. Os xamãs são chamados de *kuiã* e têm função de sabedoria, cura e intermediação dos mundos. Na arte material



tradicional, chamam a atenção os grafismos, os trançados de cestarias, os instrumentos para caçada, os instrumentos musicais – como flauta, maracás, apitos – os brinquedos etc.

Enfim, lendo e revisando os trabalhos de conclusão de curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como o de Cândido (2014), o de Amaral e Ferreira (2015) e o de Luiz (2015), percebeu-se que as resistências culturais, como o ensino da língua nativa, os artesanatos, o grafismo, a alimentação, o modo de fazer, suas danças, as brincadeiras das crianças e suas

memórias e oralidades estão vivas e sempre se ressignificando por meio dos grupos.

Quanto aos outros povos indígenas, o mapa da Comissão Geológica e Geográfica, da qual participou Teodoro Sampaio ao longo do rio Paranapanema, em 1886, é uma importante fonte histórica. A comissão constituída pela província do estado de São Paulo teve como objetivo o mapeamento técnico para posteriores políticas e ações do estado a respeito da abertura das terras ao capital. Na planta do rio Paranapanema (figura 3) é possível ver a anotação da presença dos Guarani Kaiowá e dos Xavante ao longo do rio Paranapanema.

**Figura 3.** Planta do rio Paranapanema, 1886.



Fonte: Comissão Geographica e Geológica da Província de S. Paulo (1886).

Segundo Pinheiro (1992, p. 52) os Guarani Kaiowá, situados no vale do rio Santo Anastácio, “emigraram para São Paulo e para o Paraná vindos do Paraguai e do sul do Mato Grosso”. Brochado (1989, p. 74) diz que os sítios arqueológicos da cultura Guarani são bem antigos, e isso significa que vieram antes dos Kaingang e Oti-Xavante. Próximo a Ourinhos, os Guarani viveram em Piraju, chamada à época de Vila de Sebastião do Tijuco Preto, na aldeia Piraju. Diz Morais (1997, p. 16 *apud* PASCHOARELLI, 2012) que, em 1912, os restantes 30 Guarani foram transferidos para a reserva de Araribá.

Por essa planta, os Xavante provavelmente estavam situados nas áreas do atual município de Rancharia, o distrito de Conceição de Monte Alegre (Paraguaçu Paulista), Echaporã (chamada na época de Bela Vista), por onde passa o rio Capivara, na atual Assis. Isso foi observado pelo

referencial da foz no Tibagi no rio Paranapanema. Aliás, os nomes dos cursos d’água foram importantes referenciais no passado para delimitação de terras (COBRA, 1923) e são essenciais para a localização geográfica atual. Os Xavante, também chamados de Oti-Xavante, se deslocaram do centro do Brasil para o vale do Paranapanema no século XIX<sup>2</sup> e tiveram desavenças com os Kaingang. Eles viviam em campos e cerrados (PINHEIRO, 1992).

A penetração no oeste paulista, considerado como “sertão”, deu-se a partir da metade do século XIX, por meio de processos de grilagem de terras, favoráveis à venda ilegal das terras devolutas e esbulho das terras indígenas, bem

2 Relatamos a data da vinda dos Oti-Xavante em 1906, mas o mapa da figura 3 mostra que já estavam na área em 1886.

como ao avanço da cafeicultura e abertura para expansão da malha ferroviária<sup>3</sup> para escoamento da produção.

“Até o início do século XIX, alguns grupos de índios foram úteis ao capital como mão de obra ou para assegurar a posse de áreas contra as investidas de outros grupos” (CORREA, 2013, p. 61). Todavia, a partir de 1850, com a lei de terras, que ficou valorizada com a entrada de novos trabalhadores imigrantes para a cafeicultura, os indígenas não serviam mais e poderiam ser descartados. Sobre isso, Pinheiro (1992, p. 53) afirma que “inclusive a Lei de Terras de 1850 agilizou a apropriação das terras dos Kaingang pelos mineiros<sup>4</sup>, inicialmente, e depois, os mineiros acabaram passando-as para políticos, grileiros, etc.”. Um deles, José Theodoro de Souza (1805-1875), considerado o “pioneiro” do vale do Paranapanema no setor entre Botucatu (curso do rio Pardo) e a cidade atual de São Pedro do Turvo (COBRA, 1923), fundou um povoado, São José do Rio Novo ou Campos Novos do Paranapanema (atual Campos Novos Paulista), que era a “boca do sertão”.

Especificamente sobre Ourinhos, Araújo e Cunha afirmam o papel do mineiro José Theodoro de Souza e o processo de ocupação da cidade:

[...] A chegada da ferrovia propiciou uma série de mudanças consideráveis no espaço, a começar pela remoção da vegetação original que deu lugar os trilhos e as extensas plantações de café que se expandiam em ritmo acelerado na região, posteriormente, ao redor dos ‘trilhos’ surgiram dinâmicas que seriam responsáveis pelo surgimento do município. No entanto, acreditamos que seria muito importante considerar em nossa pesquisa os processos anteriores a chegada da ferrovia e do café na região para análise da ocupação no contexto da frente de Expansão e da Pioneira. Conseqüentemente, por meio de tal análise pudemos destacar a importância que a população mineira teve na região e principalmente na própria cidade de Ourinhos. Além disso, as terras que dariam origem ao município faziam parte anteriormente do vasto território ‘conquistado’ por José Teodoro de Souza, no entanto, com os desmembramentos destas em

conjunto com uma série de irregularidades estas passaram para as mãos de outras pessoas. D. Escolástica, por exemplo, adquiriu estas terras no início do século XX com o intuito de reservá-las para uma futura expansão do café. (ARAÚJO; CUNHA, 2011, p. 55)

Após a venda das terras de José Theodoro para Dona Escolástica, as autoras relatam que ela as vendeu para outro mineiro, Jacintho F. de Sá, em 1910, considerado um “pioneiro”:

[...] Com estas propriedades valorizadas [com a chegada de ferrovia Sorocabana e do café durante a Frente Pioneira] ele inicia então um novo processo de ocupação através do loteamento de pequenas parcelas de terra que dariam origem ao formato que Ourinhos possui hoje. (ARAÚJO; CUNHA, 2011, p. 55)

No entanto, esse processo expansionista, pioneiro em Ourinhos e no restante do oeste paulista, foi cruel para os indígenas, em consequência dos conflitos fundiários com os brancos (vinda dos mineiros, posseiros, fazendeiros e estradas de ferro<sup>5</sup>), desde a metade do século XIX até a década de 1910. Os indígenas do sudoeste paulista foram sumariamente eliminados, assim como as florestas ciliares e a estacional semidecidual. Aliás, os indígenas foram acusados de atrapalhar o progresso do país ao irem contra a colonização e a construção das ferrovias (principalmente a Noroeste e a Sorocabana). Pinheiro (1992) assevera que os Oti-Xavante e os Guarani foram inicialmente aldeados<sup>6</sup>, a partir de 1854, e os Kaingang ficaram frente a frente com as frentes de expansão.

Entretanto, após serem aldeados, o poder público não tinha mais interesse em mantê-los. “Eles perdiam a sua importância enquanto aldeamento indígena e adquiriam paulatinamente características de núcleo urbano. Inclusive houve revoltas em torno da década de 1860

3 Dentre as ferrovias, havia a Noroeste, unindo Bauru ao Mato Grosso do Sul (1906), e a Sorocabana, unindo Sorocaba e Presidente Prudente, passando por Ourinhos e de Sorocaba até Santos. Existia um entroncamento em Bauru, ligando à Noroeste. As ferrovias faziam transporte de produtos e de pessoas.

4 Mineiros como José Theodoro de Souza (1805-1875), João da Silva e Francisco de Paula.

5 Inclusive, a Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil incentivava e pagava aos brancos por “batidas” ou “caçadas” para assassinar grupos Kaingang (COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 1984) e o poder público não tomou nenhuma atitude.

6 Dois grandes aldeamentos são desse tempo: São Sebastião do Piraju, em Botucatu, que “tinha em 1856, um contingente populacional de 112 índios” e o de São João Batista da Faxina, “entre os rios Verde e Itararé, no município de Itapeva da Faxina, apresentava um contingente populacional de 130 pessoas” (PINHEIRO, 1989, p. 88).

nos aldeamentos. Os indígenas, Guarani e Oti, desapareciam e seus territórios eram usurpados” (PINHEIRO, 1992, p. 102). Vale dizer que alguns Guarani da região do Paranapanema também foram levados para acampamentos e postos indígenas após a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910.

Pinheiro (1992) diz que após a dizimação dos Oti-Xavante<sup>7</sup>, vários Kaingang foram assassinados pelos bugreiros em 1890 e, com o tempo, os indivíduos sobreviventes foram pacificados em acampamentos (que depois se tornariam postos indígenas/reservas) em 1912:

A formação de ‘bandeiras’ se intensificou e, a partir de 1890, quando já se havia exterminado quase todos os Oti-Chavante, elas obtiveram definitivamente a aceitação popular e foram, até a pacificação, as formas quase exclusivas de relacionamento entre Kaingang e civilizados. No início do século XX, com a fundação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI – sob orientação positivista do Marechal Rondon, os Kaingang finalmente foram pacificados. (PINHEIRO, 1992, p. 112)

Sobre a pacificação, Marília Xavier Cury (2012) indica que os grupos Kaingang procuraram o acampamento do SPI, chamado de Ribeirão dos Patos<sup>8</sup>, em 19 de março de 1912, após tantas violências cometidas pelos bugreiros. Só depois foram transferidos para os postos indígenas Icatu (1914) e Vanuíre (1916). Sobre isso, o portal Kaingang afirma que:

Era o dia 19 de março de 1912 quando um grupo dos Kaingang apareceu, por iniciativa própria ao acampamento do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) no Ribeirão dos Patos, no Oeste Paulista. O gesto marcou o que os brancos chamaram de ‘pacificação dos Coroados’, e para os Kaingang do cacique Rerî a ‘pacificação dos fók’. Não sabiam os indígenas que todas aquelas terras, suas e de seus antepassados, já estavam totalmente loteadas e vendidas aos fazendeiros do café [...]. Em 2012, se comemoram os 100 anos daquele episódio. O que a sociedade paulista, que construiu enormes riquezas sobre a terra e sobre a vida dos índios Kaingang, tem a dizer? O que pensa fazer para reparar essa dívida histórica?? (KAINGANG..., c2012)

7 Note-se que não foram encontrados até o momento vestígios arqueológicos desse povo (Figura 1).

8 Cury (2012) diz que o acampamento era chamado de Hector Legru na região de Promissão (SP). O Ribeirão dos Patos foi o local escolhido, pois era um lugar muito frequentado e valorizado pelos Kaingang (RODRIGUES, 2007).

As paisagens da região foram construídas e vividas por esses grupos indígenas. Elas contêm memórias dessa cultura e das lutas injustas que as levaram a um verdadeiro holocausto por muito tempo silenciado e apagado em nosso país.

Como diz Pinheiro (1992, p. 121), a história oficial, “não só fez questão de desconhecer fatos violentos ocorridos no contato, mas, o que é pior, tentou justificá-los isentando-se de culpas. Nem a memória dos fatos foi devidamente registrada”. Nos postos/reservas, vale lembrar que os Kaingang e Guarani também tiveram que enfrentar a gripe espanhola e o sarampo.

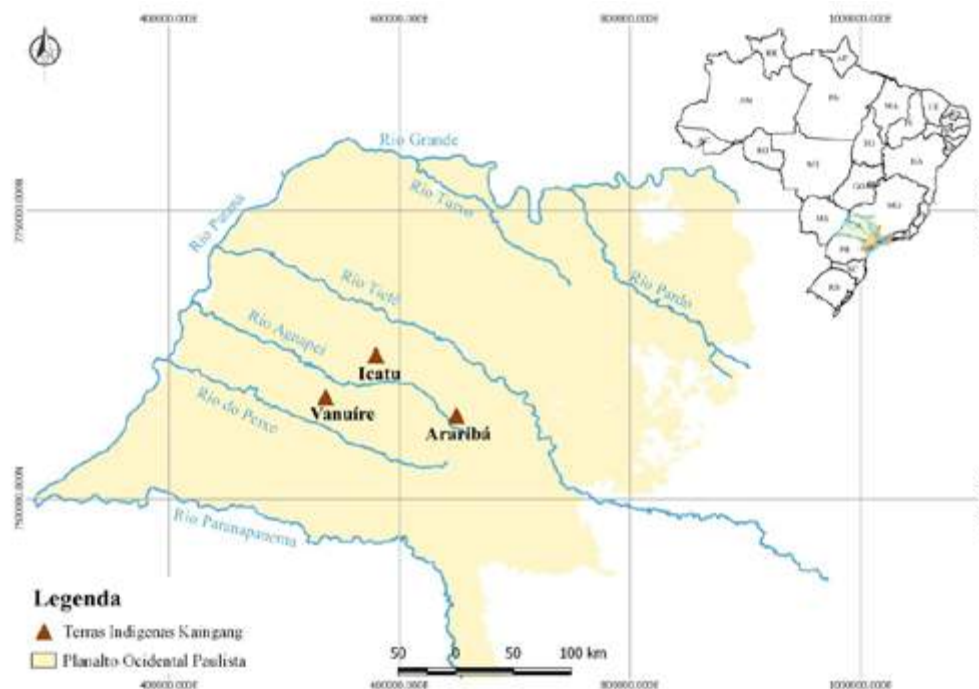
Ao final desse genocídio restaram poucos Kaingang. A figura 4 mostra alguns indivíduos deste povo já no posto indígena Vanuíre. Cury (2012) afirma que na época do contato havia cerca de 1.300 pessoas. Em 1911 o SPI contabilizou cerca de 500 indivíduos, porém, posteriormente, as pessoas foram morrendo das doenças citadas nos postos. “[...] Em 1921, foram contabilizados 173 Kaingang residentes nos acampamentos, Icatu e Vanuíre. Em 15 anos, 90% da população Kaingang foi exterminada” (CURY, 2012, p. 176).

**Figura 4.** Kaingang no posto indígena Vanuíre (1922).



Fonte: Cury (2012, p. 177).

Atualmente, os Kaingang se distribuem em 46 terras indígenas no estado de São Paulo e no Sul do país. Em 2012, a população, segundo os dados oficiais, era de 45.620 (SIASI/SESAI, 2014 *apud* INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021). No estado de São Paulo, eles ocupam duas terras indígenas na região oeste do estado, como Icatu, com 155 pessoas, e Vanuíre, com 225 pessoas (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2021) e a aldeia Kopenoti (T. I. Araribá) (figura 5).

**Figura 5.** Terras indígenas Kaingang no estado de São Paulo.

Fonte: Faccio (2019, p. 4).

Na terra indígena Araribá, aldeia Kopenoti, há alguns indivíduos Kaingang sobreviventes do genocídio, junto com os Terenas, trazidos de Mato Grosso do Sul em 1932 para repovoar a reserva na época, após a gripe espanhola ter praticamente dizimado a população Guarani e Kaingang que ali habitava desde a criação da reserva, em 1916 (CARVALHO, 1979). Nessa mesma terra indígena os Guarani estão na aldeia Nimuendaju<sup>9</sup>.

Na região, as terras indígenas Icatu, Vanuíre e Araribá tinham programas de visitação antes da pandemia de Covid-19 (figuras 6 e 7). Dentre os museus da região, o Índia Vanuíre atua com os indígenas Kaingang, valorizando a autorrepresentação. O museu<sup>10</sup> oferece um acervo permanente, oficinas, vídeos e materiais educativos interessantes para serem utilizados nas escolas da rede básica.

**Figura 6.** Kaingang e sua cultura: terra indígena Icatu e Vanuíre.

Fonte: Fotos tiradas do Acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

<sup>9</sup> Mesmo que na literatura se refram aos Guarani Kaiowá, inclusive na história de Piraju (SP), os Guarani dessa aldeia se autodenominam como Guarani Nhandeva.

<sup>10</sup> A página virtual do museu é: <https://bit.ly/2UPSgHx>.

**Figura 7.** Apresentação cultural Kaingang em comemoração ao Dia do Índio<sup>11</sup> na aldeia Tereguá (T. I. Araribá).



Acreditando na educação intercultural, o texto de Risso (2000, p. 245) propõe que as escolas e universidades<sup>12</sup> sejam centros de interculturalidade, pois possuem “grande potencialidade de diálogo e aprendizado, já que são nelas que os alunos aprendem a lidar e a conviver com a diversidade social e cultural”. A autora, inclusive, apresenta a ideia de utilização de narrativas (lendas e mitos) dos povos Terenas, Guarani e Kaingang, presentes no estado de São Paulo, “no sentido de instigar os alunos e ouvintes a conhecerem essas culturas posteriormente, por meio de outros projetos que podem ser prosseguidos por professores” (RISSO, 2000, p. 245).

Dessa forma, é preciso que a sociedade branca, não indígena, conheça os povos indígenas, bem como suas histórias, culturas e lutas, pois estas estão presentificadas nas histórias de nossas cidades.

11 Título dado por eles.

12 Aproveitamos para convidá-los a conhecerem o Cenpea (Centro de Educação e Percepção Ambiental), situado no campus de Ourinhos, que oferece oficinas, cursos sobre as temáticas ambiental/cultural e produção de materiais didáticos, como o vídeo “Cultura terena (Aldeia Tereguá) em fotos”, disponível em: <https://bit.ly/3hLTxIe>, o Instagram: <https://bit.ly/36KBWkF> e o site do grupo de pesquisa Geopaisagem: <https://bit.ly/3Bd7MgV> coordenados pela autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Uma reflexão*

*Nossa história está pautada na existência e na luta.  
É preciso ser guerreiro e ter muita força  
para construir uma história com maior visibilidade  
desanimar jamais!*

*É preciso preocupação*

*com a falta de reconhecimento do nosso povo  
e isso só conseguimos através da resistência  
este será o caminho para nosso sucesso!*

(SABINO, 2020, p. 45)

As paisagens de Ourinhos e região são ancestrais, nossos patrimônios. Isso significa que devemos valorizar as matas e os animais que restaram desse processo (como o caso do parque ecológico de Ourinhos), valorizar os povos indígenas que viveram aqui antes da invasão de suas terras, como os Kaingang e os Guarani.

Pensar as paisagens como herança é entender a dívida histórica imensa que temos com os povos originários de nosso país, assim como apoiar políticas públicas de reparação, enaltecendo sua cultura, suas lutas, o desejo pelo diálogo intercultural, além de valorizar os museus e as pesquisas científicas geoaquológicas na região.

Atualmente, diante do debate ambiental, da crise ecológica e existencial, os povos indígenas nos ensinam

como viver bem por meio de outros princípios, outras visões de mundo que resultam em paisagens conservadas, ao contrário do que, hoje, vemos em nossas paisagens.

Para finalizar, a cidade de Ourinhos fez 100 anos em dezembro de 2018. Tal como uma árvore, ela é nutrida por suas raízes, com os sentimentos de pertencimento e identificação com essa terra, com as memórias, lembranças e com o trabalho das pessoas que fizeram e fazem parte da história dessa paisagem. Paisagem esta que sempre se renova, que se recria e renasce.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, B.; FERREIRA, E. **GÃR PÊ**: Milho como símbolo da tradição na cultura Kaingang. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- ARAÚJO, D.; CUNHA, F. L. A ocupação da terra na formação do município de Ourinhos-SP. **Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 5, n. 1, p. 39-58, 2011.
- BALDUS, H. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. *In*: BALDUS, H. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1979. p. 8-33.
- BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. **Dédalo**, São Paulo, n. 27, 1989.
- CARVALHO, E. A. **As alternativas dos vencidos**: índios Terena no estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- COBRA, A. N. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Hennes, 1923.
- CORREA, D. S. **Paisagens sobrepostas**: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930). Londrina: Eduel, 2013.
- CURY, M. X. Referências Kaingang: discussões para um centro. *In*: CURY, M. X.; VASCONCELLOS, C. M.; ORTIZ, J. M. **Questões indígenas e museus**. São Paulo: MAE-USP, 2012. p. 173-179.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Índios no Estado de São Paulo**: resistência e transfiguração. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: Yankatu, 1984.
- COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DA PROVÍNCIA DE S. PAULO. **Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema**. São Paulo: Horizonte Geográfico, 2003.
- DEL RIOS, J. **Ourinhos**: memórias de uma cidade paulista. Ourinhos: Prefeitura Municipal de Ourinhos, 1992.
- FACCIO, N. B. A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista, vistos a partir da arqueologia: a contribuição do LAG/MAR. **Confins**, Aubervilliers, n. 41, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36MoSUI>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Kaingang. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil**. São Paulo: ISA, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2TmjeFV>. Acesso em: 24 jun. 2000.
- JOVIANO, C. V. M. O colono e o índio na ocupação da nova alta paulista. **Revista Científica ANAP Brasil**, Tupã, v. 4, n. 4, p. 42-51, 2011.
- KAINGANG paulistas: 100 anos de pacificação de quem? **Portal Kaingang**, [s. l.], c2012. Disponível em: <https://bit.ly/3Bk24cT>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- LUIZ, C. M. **Brinquedos e brincadeiras Kaingang**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- MORAIS, J. L. Teyquê-Pê, o caminho da entrada: sobre as origens de Piraju. **Observador**, Piraju, p. 4-6, 1997.
- NIMUENDAJÚ, C. **Etnografia e indigenismo**: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Campinas: Unicamp, 1993.
- PASCHOARELLI, M. A. B. G. **Estudo da percepção dos pescadores do rio Paranapanema no município da estância turística de Piraju e a importância do tombamento do último trecho de calha natural do rio**.

2012. Monografia (Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos e Planejamento Ambiental em Bacias Hidrográficas) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ourinhos, 2012.

PEREIRA, D. L. T. **Arqueologia Guarani na bacia do rio Santo Anastácio, SP**: estudo do sítio Celia Maria. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PINHEIRO, N. S. **Os nômades**: etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1992.

RISSO, L. C. Diversidade cultural dos povos originários do Brasil e proposta do uso de narrativas (lendas e mitos) para o ensino interdisciplinar. *In*: MORAES, N. R. *et al.* (org.). **Povos originários e comunidades tradicionais**: trabalhos de pesquisa e extensão universitária.

Porto Alegre: Fi, 2020. p. 244-263. 6 v. Disponível em: <https://bit.ly/2V09124>. Acesso em: 18 dez. 2020.

RISSO, L. C. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 67-76, 2008.

RODRIGUES, R. A. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista**: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Aguapeí. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SABINO, J. P. Minha história, minha essência. *In*: NHANDEVA, A. S.; ALMEIDA, T. P. (org.). **Tetã Tekoha**. São Paulo: Pólen, 2020. p. 38-45.

SUELI, S. K. **Histórias Kaingang**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

# Leis e políticas para a preservação da memória e do patrimônio cultural em Ourinhos: um breve inventário<sup>1</sup>

*Legislation and policies for preserving the memory and cultural heritage of Ourinhos: a brief inventory*

ANDRÉ PIRES DO PRADO<sup>A</sup>

<sup>a</sup> Docente efetivo do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Jacarezinho, doutor e mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).  
E-mail: andre.prado@ifpr.edu.br

Este artigo traz um breve inventário das legislações e políticas públicas voltadas à preservação da memória e do patrimônio cultural em Ourinhos (SP). Um olhar sobre os dispositivos jurídicos locais, entre leis e decretos, bem como sobre os projetos e ações do poder público municipal no que se refere à gestão cultural, pode ser útil para se compreender desde quando, de que maneira e em quais circunstâncias o conjunto dos esforços para a salvaguarda dos bens culturais e da memória na cidade vem se constituindo. Da criação da bandeira, do hino e de símbolos de identidade até a instauração de um órgão oficial responsável pelo tombamento e chancela dos bens históricos, há uma série de leis, decretos e políticas públicas desenvolvidas que, ao longo do tempo, atestam isso e permitem dizer o quanto já se avançou e o quanto se poderá avançar nesse terreno. Apontou-se ainda o problema da composição da Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico (CMPPH) local, que exclui do corpo de membros, sem justificativa, historiadores, antropólogos e demais pesquisadores do campo do patrimônio; e a limitação conceitual que a Lei nº 4.813/2003 traz em relação à noção oficial de patrimônio.

Palavras-chave: legislações, memória, patrimônio, Ourinhos, inventário.

This article presents a brief inventory of legislations and public policies aimed at preserving the memory and cultural heritage of Ourinhos, SP. Research on local legal instruments (laws and decrees) and on the projects and actions taken by the municipal government regarding cultural management, allow us to understand since when, how and under what circumstances the efforts to safeguard cultural assets and memory in the city have been taking place. From creating the flag, the anthem, and symbols of identity, to establishing an official agency responsible for registering and listing historical assets, we have a series of laws, decrees, and public policies developed over time that attest to this process and allow us to gauge how much progress has been made and how much more can be done on that ground. The problem of the composition of the local Historical Heritage Preservation Commission (CMPPH) was also pointed out, which excludes from the body of members, without justification, historians, anthropologists and other researchers in the area of heritage; and the conceptual limitation that Law No. 4.813/2003 brings in relation to the official notion of heritage.

Keywords: legislation, memory, heritage, Ourinhos, inventory.

<sup>1</sup> A discussão apresentada neste artigo pode ser encontrada com maior profundidade na tese de doutorado de André Pires do Prado, *O patrimônio na encruzilhada do sentido: dispositivos de memória entre a chancela e o afeto*, defendida em 2017 na Universidade Estadual Paulista (Unesp-Assis). A quem interessar, há uma análise conceitual do termo “patrimônio”, bem como das práticas de produção e valoração dos bens culturais, tendo em vista o papel do Estado (poder público), com seus órgãos de defesa do patrimônio, e o papel das comunidades de cultura, produtoras de bens simbólicos. Um dos focos da tese refere-se às práticas do Estado e dos órgãos de preservação e defesa do patrimônio e às forças políticas atuantes no contexto urbano, levando em conta a cidade de Ourinhos (SP), as intervenções da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Cultura e da Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico (CMPPH).



## OURINHOS: TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO-POLÍTICO

Ourinhos é um município do interior paulista, do Centro-Oeste, com 114.352 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020) e território de 295,818 km<sup>2</sup>. Possui economia agroindustrial e atividade comercial regular, ocupando lugar de médio destaque na região. A história de Ourinhos, assim como a de diversos municípios próximos, confunde-se com a construção da *Estrada de Ferro Sorocabana* (EFS) e o tempo do ciclo do café, do cultivo do algodão e do processo de imigração pela região.

Ourinhos surge em 1908. Até os anos de 1940, percebe-se uma *primeira fase* da cidade, uma *etapa rural* e marcada por uma pequena aglomeração de casas no perímetro da Estação. A economia firmava-se no cultivo do café, no trabalho dos ferroviários, dos imigrantes (mineiros, japoneses, italianos, espanhóis), na atividade ceramista das olarias implantadas pelos italianos na Vila Odilon, no comércio de bens de subsistência, nos armazéns de ferragem e na agricultura.

**Figura 1.** Primeira Estação Ferroviária em Ourinhos. À esquerda, trem inaugural e sua chegada à cidade, em 1908. À direita, a mesma estação, já modificada na década de 1920.



Fonte: Cunha (2014), prof. Norival Vieira da Silva/ Acervo Museu Municipal Histórico e Pedagógico de Ourinhos, Centro de Documentação e Memória (MHPO/ Cedom) da Unesp.

Em 13 de dezembro de 1915, com o Decreto nº 1.484, Ourinhos tornou-se “Distrito” da comarca de Salto Grande (na época Salto Grande do Paranapanema), cidade vizinha. Em 1918, na gestão do Governador Altino Arantes, o distrito foi elevado à categoria de “município”, que, segundo Norival da Silva (2009, p. 18), “se deu pela Lei nº 618, de 13 de dezembro, data do começo da cidade propriamente”. Os fatos ocorreram, coincidentemente, no mesmo dia e mês.

Em 1926, a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana construiu outra estação na cidade, um pouco mais ampla e com estética mais refinada. Sua inauguração ocorreu no ano de 1927.

A partir da segunda metade do século XX, o ciclo do café na região deu lugar ao cultivo da cana-de-açúcar, e a ferrovia entrou em decadência. Teve início a *segunda fase* de Ourinhos.

O aparecimento das fábricas no município, junto ao fluxo de industrialização do estado, imprimiu-lhe aspectos modernos. Ao mesmo tempo, instalavam-se comércios, escolas, bancos, empresas de comunicação, transporte e lojas automotivas. O momento também ficou marcado pelo empreendedorismo imobiliário e loteamento de novos bairros (BOSCARIOL; SILVEIRA, 2006).

**Figura 2.** Estação da Ferrovia Sorocabana construída em 1926 e inaugurada em 1927. Década de 1940.



Fonte: Fabiana Lopes da Cunha/Francisco de Almeida Lopes<sup>2</sup>.

Atualmente, Ourinhos possui dois parques industriais (*Distrito Industrial I, lado Oeste; e Distrito II, lado Leste*) e comércio ativo no perímetro central. A cidade é divisa entre estados de Paraná e São Paulo. É também cortada por uma das mais importantes rodovias paulistas, a SP-270 Raposo Tavares. As regiões paulistas sudeste e centro-oeste estão repletas de indústrias sucrocooleiras. Deixou-se de plantar o café para, hoje, no lugar, cultivar-se a cana de açúcar.

O panorama agroindustrial não diferencia Ourinhos das demais cidades vizinhas. Assim, *comércio, cana de açúcar e indústria* balizam a economia atual. Quanto à atividade ferroviária, razão primeira da cidade, ficou no passado. O que resta é uma atividade no campo do transporte de cargas da América Latina Logística (ALL), empresa que utiliza as linhas da antiga Ferrovia Paulista (Fepasa).

As décadas de 1950 e de 1960, dentro do início da *segunda fase* de desenvolvimento de Ourinhos, despertaram no poder público, com as tendências urbanísticas e modernizadoras que figuravam na vida política da época, uma preocupação em promover a *identidade histórica* do município, dando início, por intermédio das legislações, a uma *invenção de símbolos locais*.

**Figura 3.** Ourinhos em 1939. Uma cidade rural, baseada no cultivo do café (vide as lavouras ao redor) e na atividade ferroviária (vide traçado na área central). Ourinhos em 2016. Já verticalizada, com economia pautada no cultivo da cana, no comércio, na indústria e ainda um pouco na ferrovia (área central).



Fonte: (4) Wilson Monteiro, no site Fotos Antigas de Ourinhos<sup>3</sup>; (5) Prefeitura Municipal de Ourinhos<sup>4</sup>.

2 Disponível em: <https://bit.ly/3ixvH2a>. Acesso em: 16 jun. 2021.

3 Disponível em: <https://bit.ly/3kv42RY>. Acesso em: 16 jun. 2021.

4 Disponível em: <https://bit.ly/2UZ8KNb>. Acesso em: 16 jun. 2021.

Podemos dizer que a *invenção* dos primeiros símbolos da cidade de Ourinhos representa o primeiro esforço da Prefeitura Municipal, ou seja, do Estado, do poder público, na construção da memória local, intervindo sobre a cultura, selecionando, cancelando e difundindo *valores*.

## O BRASÃO DE ARMAS

À parte a Lei nº 618/1918 (SÃO PAULO, 1918), que elevou o “Distrito de Ourinhos” à categoria de Município e lhe firmou uma “data de nascimento” (13 de dezembro), podemos detectar que a cidade ganha seu primeiro símbolo histórico, o “Brasão de Armas”, em 21 de maio de 1965, com a aprovação da Lei nº 679/1965 pela Câmara Municipal, assinada pelo prefeito Domingos Carmelino Caló (OURINHOS, 1965).

O triângulo de ouro, composto de três faixas onduladas, representa a “terra de ouro entre rios” e a fertilidade do solo. As faixas onduladas representam os três rios que banham a cidade: Paranapanema, Pardo e Turvo. O triângulo é a confluência dos rios, vitais para toda a região.

A árvore, no centro do triângulo, remete às primeiras choupanas de madeira, construídas na região central da cidade, à beira da antiga Estação Ferroviária. É referência ao uso abundante da madeira no início do povoamento. Seus ramos, que se unificam, representam a “concordia”. É também símbolo do jaracatiá, árvore frutífera muito comum na região Centro-Sul do país<sup>5</sup>.

A locomotiva a vapor, dourada, representa a fase de fundação: “o avanço dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, cujos operários e engenheiros escolheram este local, à sombra da árvore altaneira, para erguer então o acampamento primitivo que deu origem à cidade” (OURINHOS, 1965, p. 3).

Os ramos que ornamentam as laterais do brasão, em verde-jaspe, lembram as principais riquezas da cidade à época de sua fundação, os produtos da região: o “café”, primeiramente, e depois a “cana”, plantada até hoje.

5 A informação sobre o jaracatiá, no âmbito do simbolismo da árvore, foi dada pela prof<sup>a</sup>. dra. Fabiana Lopes da Cunha, por intermédio do prof. Norival Vieira da Silva, ambos historiadores e pesquisadores na cidade de Ourinhos.

Riquezas, diz a Lei, que “atestam a exuberância do solo” (OURINHOS, 1965, p. 3).

**Figura 4.** “Brasão de Armas” de Ourinhos (SP) e seus referenciais heráldicos, estes relativos aos elementos históricos da cidade, constituindo o primeiro dispositivo cancelado pelo poder público a tratar de uma memória histórica oficial.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ourinhos<sup>6</sup>.

Por fim, na listel que sobrepõe os ramos, compondo a base do brasão, figura a frase em latim “*Terra Populusque Aurei*”, que simboliza e consagra o topônimo da cidade: “Terra e Povo de Ouro”. Topônimo que, num alargamento de seu simbolismo heráldico, remete à lembrança do principal produto cultivado à época da fundação da cidade, o “café”, o “ouro verde”. Hoje, é possível notar, provavelmente em alusão à listel, o uso frequente do slogan popular “povo do coração de ouro” para designar o “espírito valioso” e a “virtuosidade típica” dos ourinhenses.

## A BANDEIRA MUNICIPAL

A Lei nº 679/1965 representou o primeiro dispositivo jurídico de construção da memória histórica da cidade. A referida Lei, ao cancelar o Brasão, trouxe à tona os principais elementos de valor histórico na formação urbana local. As considerações axiológicas (os valores), o café, a cana, a fertilidade da terra, os rios que banham a região, a madeira, o topônimo do “ouro”, a geografia, os traçados urbanos e as atividades da Estrada de Ferro Sorocabana sintetizam isso.

6 Disponível em: <https://bit.ly/3kA0H3U>. Acesso em: 16 jul. 2021.

O segundo dispositivo destinado à constituição de uma identidade ou de um pensamento histórico ligado às principais características de Ourinhos foi a Lei nº 761, de 4 de julho de 1966, dispondo sobre a instituição da bandeira do município (OURINHOS, 1966c). Além de seguir as determinações relativas à Lei Orgânica Municipal, em vigência naquele ano, a Lei nº 761/1966 serviu, na verdade, de complemento à Lei nº 679/1965, do brasão. A bandeira municipal nasceu ligada ao brasão.

O Artigo 2º instituiu suas cores aludindo à bandeira nacional: o amarelo (simbolizando “ouro”), o verde (floresta) e o branco (prata). As oitavas ficaram definidas pelas cores alternadas verde e amarelo, sobrepostas pelo retângulo branco, com o brasão de armas central.

Na simbologia da bandeira, a expressão do brasão “terra e povo de ouro”, bem como a “virtuosidade” do “povo do coração de ouro”, estão representadas pelo amarelo. O “café, a cana de açúcar e a árvore altaneira”, a “arvore de sinopla”, pelo verde, indicando a riqueza da terra.

Além da própria locomotiva, vista no brasão, a cor branca do retângulo também remete aos “tempos da ferrovia”, à prata como “riqueza ferroviária”, ao metal, aos trilhos e máquinas.

A Lei nº 761/1966, que entrou em vigor no dia de sua publicação, em 4 de julho de 1966, igualmente à Lei nº 679/1965, que criou o brasão, foi assinada por Domingos Carmelino Caló<sup>7</sup>.

**Figura 5.** Bandeira Municipal criada pela Lei nº 761/1966.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ourinhos<sup>8</sup>.

Em setembro de 1967, Carmelino Caló assinou o Decreto nº 684/1967, que regulamenta o uso do brasão e da bandeira municipais (OURINHOS, 1967). Os símbolos deveriam ser *obrigatoriamente* adotados pela Prefeitura em todas as repartições oficiais, eventos, objetos e documentos expedidos por ela. Instituiu, também, uma longa sequência de regras rígidas sobre o uso dos signos cívicos. A austeridade visava, certamente, cristalizar no imaginário social uma *memória oficial fabricada*.

## O HINO MUNICIPAL

No dia 12 de maio de 1966, a Câmara Municipal aprovou a Lei nº 749, assinada pelo prefeito Domingos Carmelino Caló, instituindo o “concurso para a escolha do Hino Oficial de Ourinhos” (OURINHOS, 1966a). O ponto mais importante da Lei aparece no Artigo 5º, em seus parágrafos 1º e 3º, cujo texto se refere à definição do tema da letra, ligado obrigatoriamente à *história da cidade*.

Em 26 de maio de 1966, a Câmara Municipal de Ourinhos aprovou a Lei nº 754, que complementou e alterou alguns artigos da Lei nº 749/1966, especificamente os artigos 2º, 8º e seus § 1º, 10º, 11º (OURINHOS, 1966b). O que de importante mudou estava presente no Artigo 2º, que passou a determinar: “poderão participar do concurso, ourinhenses natos ou brasileiros que residem em Ourinhos há dois anos no mínimo”; garantindo, portanto, direito de participação apenas aos “ourinhenses” (OURINHOS, 1966a).

Apesar de as referidas Leis definirem e regulamentarem o concurso do hino municipal, este só foi acontecer, de fato, 25 anos depois, com a aprovação de duas outras Leis e um Decreto entre os anos 1990 e 1991, já sob outra gestão de governo do município<sup>9</sup>.

No dia 5 de setembro de 1990, a Lei nº 3.185 foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo então prefeito Clovis Chiaradia. Seu texto resgatava os fundamentos das Leis nº 749/1966 e nº 754/1966 nos mesmos termos, instituindo “concurso visando à seleção

7 O referido prefeito, professor de carreira no município de Ourinhos, aparece na história política local como um dos mais importantes e destacados governantes. Seu nome foi atribuído a uma escola e a uma avenida.

8 Disponível em: <https://bit.ly/3kA0H3U>, Acesso em: 16 jul. 2021.

9 Não foi possível encontrar registros ou fontes que explicassem os motivos exatos de não ter acontecido o concurso do hino na década de 1960. Talvez não o tenha por razões políticas ou financeiras.

do Hino Oficial de Ourinhos”. Entretanto a Lei inovou ao permitir a inclusão de expressões de senso comum e por não exigir o comprometimento com a tradição das marchas militares dos anos 1960.

O que vale destacar na análise da Lei nº 3.185/90 é a obrigatoriedade que ela manteve – herdada das leis anteriores – sobre o dever de o tema versar acerca da história da cidade.

O Artigo 5º, em seu § 1º, exigiu o tema atrelado à tradição e ao passado da cidade:

§ 1º – O tema deverá versar sobre a *história* e a *tradição*, expressando o sentimento ourinhense, podendo comportar uma *projeção sobre o passado*, bem como uma visão do presente ou exaltação do futuro da cidade. (OURINHOS, 1990, p. 1, grifo nosso)

À Prefeitura Municipal ficaria reservado, determinou o Artigo 12º, o direito de gravação e promoção do hino vencedor bem como seus direitos autorais. Na noite de 15 de novembro de 1991, dos cinco hinos finalistas, escolheu-se o vencedor, de autoria de Fernando H. Mella Ribeiro<sup>10</sup>.

#### HINO DE OURINHOS

Canto a nossa terra. Berço que encerra um povo varonil. Canto o pioneiro que a semente um dia fez florir. Brado toda essa lida que a mão sofrida aos poucos esculpiu. Ourinhos, tu és fruto de trabalho e amor. Solo de terra tão roxa. De campos verdes cercados de água e céu. Foste um dia café. Hoje os horizontes são teus canaviais. Pardos, Panemas e Turvos, leitões que banham todos os dias teus. Ourinhos, tu és majestoso esplendor. No sudoeste paulista és a força que avança e persegue a meta de ser sempre bem melhor. Neste limite de estado és a guardiã. És a ponte primeira da integração. Sabes qual é teu caminho. Não saís dos teus trilhos. Constrói um

ideal. Ourinhos, o futuro é a estação final. Autor: Fernando Henrique Mella Ribeiro<sup>11</sup>.

Na letra do hino, em cada uma de suas partes, ganham evidência, portanto, os *elementos históricos da cidade*, ligados ao trabalho dos pioneiros, à fertilidade da terra roxa, ao café, aos canaviais, aos rios da bacia hidrográfica local, à posição da cidade (interligando outras da região e fazendo divisa com o estado do Paraná) e, principalmente, à sua trajetória fundida aos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. O *hino*, a *bandeira* e o *brasão de armas*, apesar de serem símbolos criados em momentos diferentes, complementam-se, cristalizando a *história local*.

#### O CENTRO DE CONVIVÊNCIA CULTURAL

Um terceiro conjunto de leis a tratar da intervenção do Estado-Prefeitura sobre a cultura local buscando a preservação, diz respeito à criação do Centro de Convivência Cultural, um complexo de imóveis da década de 1920, no perímetro da estação ferroviária, no cento histórico.

No dia 24 de setembro de 1993, o então prefeito, Claury Santos Alves da Silva, assinou o Decreto nº 4.001, pelo qual declarava de “utilidade pública”, com vistas à “urbanização”, uma área com mais de nove mil metros quadrados e nela um conjunto de imóveis da ferrovia (OURINHOS, 1993).

O Decreto de utilidade pública deu início a um período de negociações entre Prefeitura e Fepasa. Após dois anos, a Câmara Municipal aprovou a Lei nº 3.889, de 8 de dezembro de 1995, autorizando o Poder Executivo local a celebrar “Convênio, Acordo de Cooperação Técnica e Ajuste de Permissão com a FEPASA – Ferrovia Paulista S.A.” (OURINHOS, 1995b, p. 1).

Na época do convênio, intentou-se pela transferência da malha férrea da região central da cidade para a periferia, mas isso nunca aconteceu. A única cooperação que deu certo foi para o uso dos imóveis. A contrapartida da PMO foi isentar de IPTU a Fepasa, a partir de 1995.

Na imagem a seguir, da década de 1950, podemos observar o referido perímetro:

10 Jornalista, publicitário, empresário, músico e compositor, Fernando Henrique Mella Ribeiro (Fernando Cavezale) foi um cidadão politicamente ativo no município. Além de compositor do hino, Ribeiro atuou como Secretário de Cultura entre os anos de 2013 e 2016. Faleceu em 05 de junho de 2021, vítima da Covid-19. O funeral de despedida foi realizado ao som do hino que compôs. Deixa-se aqui uma homenagem “in memoriam” ao ilustre cidadão.

11 Disponível em: <https://bit.ly/3kA0H3U>. Acesso em: 19 jul. 2021.

**Figura 6.** Região central de Ourinhos. Barracão da Estação Ferroviária em destaque. Abaixo, no canto direito da foto, algumas das casas (de um conjunto de seis) que hoje compõem o Centro de Convivência Cultural. Década de 1950.



Fonte: José Carlos Neves Lope<sup>12</sup>.

A partir da parceria Prefeitura-Fepasa, foi desenvolvido o projeto de restauração das casas ferroviárias, com assessoria do Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico (IPH) de São Paulo, uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), com sede na cidade de São Paulo, responsável por diversas restaurações de monumentos tanto na capital quanto nas demais cidades paulistas, atuando com as prefeituras ou com o Governo Estadual.

Em 1995, o IPH assessorava a Fepasa num movimento de recuperação de barracões e prédios antigos da ferrovia, que acabariam se tornando museus e espaços culturais pelo oeste paulista. A Prefeitura de Ourinhos, ao firmar parceria com a Fepasa, foi favorecida por esse convênio, entrando também nesse movimento. Assim, no trabalho de restauração das casas, foi estabelecida

a cooperação entre PMO/Fepasa/IPH, com presença dos técnicos do Instituto<sup>13</sup>.

13 Em 1997, com o impacto do convênio Fepasa/IPH no oeste paulista, dando origem aos museus e espaços de cultura, o jornal *Folha de São Paulo* noticiou, no dia 27 de outubro, o seguinte: “Cidades do interior de São Paulo estão transformando em museus e espaços culturais áreas ociosas da Fepasa (Ferrovia Paulista S/A). [...] Mais de 30 cidades estão com os espaços culturais prontos ou em processo de negociação para a cessão da área com a Fepasa, que tem cerca de 270 estações no Estado, das quais 30% estão desativadas. Um convênio entre Fepasa, o ‘Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico de São Paulo’ e as Prefeituras vem recuperando as antigas construções. A Fepasa cede os espaços às prefeituras em regime de comodato ou desapropriação. A recuperação é feita com a ajuda do instituto. ‘As estações fazem parte da história e do desenvolvimento de muitas cidades de São Paulo’, afirmou Emanuel von Lauenstein Massarani, superintendente do Patrimônio Histórico da Fepasa. [...] Presidente Prudente, Ourinhos, Sorocaba e Garça (no oeste paulista) também estão com projetos para museus e espaços culturais” (OLIVEIRA, 1997).

12 Disponível em: <https://bit.ly/3ixvH2a>, Acesso em: 19 jul. 2021.

A historiadora Fabiana Lopes da Cunha (2014), em seu livro *Memórias dos Trilhos: um guia prático sobre revitalização*

*de museus*, registra uma importante observação a respeito do conjunto de imóveis e de sua preservação:

**Figura 7.** Casas construídas pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana na década de 1920. Aqui, podemos observá-las antes do projeto de restauração empreendido pela Prefeitura Municipal. Ano: 1995.



Fonte: Cunha (2014).

Ourinhos possui várias casas de madeira ou alvenaria, distribuídas no entorno dos trilhos da ferrovia, que foram construídas com o intuito de abrigar os trabalhadores da antiga linha férrea. No entanto, apenas um pequeno conjunto de casas, até o ano de 2007, havia sido alvo de uma política de restauro e preservação arquitetônica e patrimonial. (p. 89)

Em 18 de março de 1996, a Câmara Municipal aprovou a Lei nº 3.920, assinada pelo prefeito Claury Silva, que instituiu em seu Artigo 1º: “Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Ourinhos, subordinado ao Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, o CENTRO DE CONVIVÊNCIA JORNALISTA BENEDICTO DA SILVA ELOY” (OURINHOS, 1996a). Com isso, deu-se início à fase de restauração das casas.

Ainda em 1996, o prefeito Claury baixou o Decreto nº 4.316, referindo-se aos propósitos da criação do Centro de Convivência Jornalista Benedicto

da Silva Eloy e às preocupações do poder público na salvaguarda e difusão da memória histórica local, visando à aproximação entre a população e seus bens culturais. O cuidado com o aspecto histórico dos imóveis que compõem o Centro de Convivência Jornalista Benedicto da Silva Eloy ficaria então bem determinado (OURINHOS, 1996c)<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Pela primeira vez, no âmbito das leis e decretos, a Prefeitura faz referência à atuação de uma “Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural” (órgão que seria instituído em 2003). “Para administração do Centro de Convivência, notadamente *para qualquer tipo de reforma nos imóveis ali localizados ou assuntos que envolvam diretamente a preservação de bens históricos, deverá ser ouvida a Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do município*” (OURINHOS, 1996c, p. 1, grifo nosso).

**Figura 8.** Casas ferroviárias agora vistas em processo de limpeza e restauração. Ano: 1995.



Fonte: Cunha (2014).

**Figura 9.** Nova rua aberta pela Prefeitura para separar e evidenciar as casinhas. Anos: 1995 e 2001.



Fonte: Cunha (2014).

O “Centro de Convivência Jornalista Benedicto da Silva Eloy” tem por objetivos:

1. *Iniciar um processo informal de conscientização da comunidade sobre a importância da preservação da memória e dos bens arquitetônicos e culturais;*
2. *Preservar a região das imediações da Estação Ferroviária, em função de sua importância histórica como marco inicial do povoamento de Ourinhos.*

(OURINHOS, 1996c, p. 1, grifo nosso)

Para além do complexo das casinhas, o Centro de Convivência Cultural abrangeu, tendo em vista toda a área desapropriada pelo Decreto nº 4.001/1993, os prédios do “Museu Histórico e Pedagógico”, do “Núcleo de Arte Popular” e do “Lanchódromo Municipal”, todos criados por legislação específica, dentro do pacto colaborativo entre a Prefeitura Municipal e a Fepasa.

Constata-se, então, além de uma intervenção do Estado-Prefeitura sobre a cultura local e a memória, o esforço do mesmo em conservar a arquitetura dos imóveis e sua estética original. Isso se sustenta, para mencionar José Reginaldo Gonçalves (2002), numa “retórica da perda”<sup>15</sup>.

Em 12 de dezembro de 1996, o espaço recebeu, finalmente, sua placa de “chancela”. O texto deixou claro: “Através do convênio FEPASA-Município, resgata-se a história em respeito aos nossos antepassados”. E, em letras garrafais, os nomes dos agentes envolvidos no projeto.

15 Segundo José Reginaldo Gonçalves, em *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, um dos mais fortes e frequentes argumentos do poder público e dos órgãos de preservação no tocante às políticas de salvaguarda é o da “perda”. A retórica da perda do valor histórico dos bens perante o curso do tempo, as intempéries, as depredações, desgastes, abandonos, esquecimentos etc.



**Figura 10.** O Centro de Convivência Jornalista Benedito da Silva Eloy finalizado e inaugurado. Ano: 2015.



Fonte: André Pires do Prado.

## O NÚCLEO DE ARTE POPULAR

A Lei nº 3.889/1995, do convênio Prefeitura-Fepasa, foi alterada pela Lei nº 3.933, de 28 de maio de 1996. A modificação incluiu, além do uso das casinhas, também um barracão de cargas desativado, parte em madeira, parte em alvenaria, atrelado à Estação. A estrutura

de madeira foi restaurada e abriga o “Núcleo de Arte Popular”, criado em 1996, na gestão Claury.

A Prefeitura Municipal, responsável pela reforma, manutenção e segurança do barracão e dos demais imóveis do Centro Histórico, promoveu a revitalização do espaço, difundindo um discurso voltado para a “conscientização da comunidade”, à “defesa da memória” de Ourinhos.

**Figura 11.** Barracão ferroviário da antiga estação em Ourinhos, na década de 1960. Na época, o espaço ainda pertencia à Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), extinta em 1971, ano em que passou a integrar a malha da Fepasa. Por outra perspectiva, já no ano de 2015, com foco no bloco de madeira, a antiga Estação Sorocabana, revitalizada pela PMO e dando lugar ao Núcleo de Arte Popular.



Fonte: (18) José Carlos Neves Lopes<sup>16</sup>; (19) André Pires do Prado.

16 Disponível em: <https://bit.ly/3ixvH2a>, Acesso em: 19 jul. 2021.

## O MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO DA CIDADE DE OURINHOS

Arelado ao espaço do Núcleo de Arte Popular, na mesma estrutura do antigo barracão ferroviário, funciona o Museu Histórico e Pedagógico da Cidade de Ourinhos. Dentre todos os projetos realizados pelo poder público até o final dos anos 1990, podemos dizer que foi este o que mais refletiu a disposição da Prefeitura em trabalhar na defesa efetiva da memória local.

Para Fabiana Lopes da Cunha (2014), a história do museu de Ourinhos tem pelo menos dois grandes marcos: “sua *fundação*, que foi oficializada pelo Decreto nº 52.034, de 12 de junho de 1969, que previa a instalação sob o nome de Museu Histórico e Pedagógico Antônio Carlos de Abreu Sodré e, sua *reabertura*, em 1993, com o nome de Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos” (p. 63). E, na sequência da reabertura, em 1993, o Museu foi legalizado, de fato, pelo Decreto nº 4.204, de 8 de fevereiro de 1995, assinado pelo prefeito Claury Alves da Silva (OURINHOS, 1995c).

Na transição entre o primeiro projeto (o Museu Histórico e Pedagógico Antônio Carlos de Abreu Sodré), fechado no fim da década de 1980, e o segundo (o Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos), com as mudanças de gestão administrativa, o acervo acabou sendo extra-viado. O que restou foi empilhado num galpão do pátio de estacionamento da Prefeitura.

Sobre a decadência dos museus no estado, incluindo o de Ourinhos, Cunha (2014, p. 58) explica:

Muitas destas instituições, no final dos anos 70 começaram a dar sinais de problemas na administração. Este é o caso de Ourinhos, onde o museu tem suas atividades encerradas [...]. Na década de 90, estas instituições passam para a tutela do Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria da Cultura, que dá início ao processo de municipalização destes museus. Este será o caso do Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos, que tem sua reinauguração realizada em 1993, no governo do Prefeito Claury Santos Alves da Silva e da secretária da cultura, Neusa Fleury.

Vale destacar, portanto, que desde o início o Museu local já sofria com o “amadorismo”.

Assim, com os restos do acervo do Museu Sodré, na década de 1990 surgiu a proposta de um “novo Museu”. As transformações ocorridas na cidade, “fruto de aproximadamente cem anos de trabalho”, diz o Decreto nº 4.204/1995 (OURINHOS, 1995c, p. 1), tornaram

necessária sua (re)implantação. As razões pautaram-se em fenômenos urbanos de impacto local, numa Ourinhos marcada pelas “tensões da diversidade cultural, pelo pluralismo de grupos e pela multiplicidade de valores”.

Um argumento fundamental do Decreto nº 4.204/1995 faz referência a uma “necessidade” de se deixar para o futuro uma “leitura sistematizada, multifocal e pluralista da história da cidade”, registrada e mantida por um instituto eficaz que, até então, o antigo Museu não conseguiu ser.

Ademais, diz ainda Fabiana Lopes da Cunha (2014), tal proposta tinha também a preocupação de “recuperar o patrimônio histórico e arquitetônico relacionado à ferrovia”, que daria início a “um processo de restauração detalhada e cuidadosa do prédio da antiga Estação Ferroviária e das casas onde os ferroviários habitavam, que ficavam localizadas em frente à estação” (p. 59).

**Figura 12.** Rua Henrique Tocalino na época de sua pavimentação com paralelepípedos entre os anos de 1948 e 1951. Ao fundo, no lado direito, o barracão da antiga Estrada de Ferro Sorocabana (EFS). É possível observar as fachadas lateral e frontal do barracão que, em 1996, daria lugar ao projeto do Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos.



Fonte: José Carlos Neves Lopes<sup>17</sup>.

Em fevereiro de 1995, quando o Decreto nº 4.204/1995 foi publicado, as negociações do convênio entre Prefeitura Municipal e Fepasa para o usufruto dos imóveis no perímetro da antiga Estação (incluindo o velho barracão de madeira) estavam só começando.

Por isso, o Museu precisou ser provisoriamente instalado na “Praça Benício do Espírito Santo”, na Vila Margarida, até que o barracão ferroviário tivesse condições de abrigar o acervo. O Museu, na verdade, funcionava no local desde setembro de 1993, enquanto nascia o projeto.

17 Disponível em: <https://bit.ly/3ixvH2a>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Na primeira fase do Museu (1993 a 1996), a Secretaria Municipal de Cultura empenhou-se na divulgação do projeto em parceria com os jornais locais. Com isso, “podemos perceber que o museu renasce com grande expectativa e dinamismo” (CUNHA, 2014, p. 82).

Em julho de 1996, o Museu já havia sido transferido para a sede oficial, no atual Centro Histórico de Ourinhos, instituído pela Prefeitura como Centro de Convivência Cultural.

Durante a fase de restauração do prédio para instalação do Museu, a PMO alegou que o procedimento seria feito com o devido respeito ao valor histórico e arquitetônico do imóvel, porém, como mostram as imagens, acabou não acontecendo bem assim. As portas originais, de madeira, foram substituídas por vidros (Blindex), comprometendo, portanto, o valor estético.

**Figura 13.** Barracão durante processo de reforma para abrigar o Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos. Suas portas originais, feitas em madeira, foram arrancadas e substituídas por vidro. Ano: 1996.



Fonte: Cunha (2014).

De acordo com Cunha (2014, p. 32), para essa segunda fase e buscando uma orientação mais especializada, a PMO teria feito também “um convênio com a Unesp com o intuito de que a universidade auxiliasse na preservação da memória da cidade e a montagem dessa estrutura”. Entre 2000 e 2003, o projeto não continuou, e, aos poucos, foi se degradando outra vez.

Entre 2004 e 2005, com a transição da gestão política, o Museu teve suas fichas de dados e catálogos de registros de acervo incinerados. Catástrofe grave e com prejuízo imensurável. Porém, nem tudo se perdeu com a tragédia. Em 2007, houve um convênio entre a PMO e a Unesp Campus Ourinhos para cooperação técnica, como já previa o Decreto nº 4.204/1995.

Isso ocorreu em função de um importante projeto de “Revitalização do Museu” liderado pela historiadora da Unesp Fabiana Lopes da Cunha, cujo mérito deve ser ressaltado, pois seu empenho trouxe um “fôlego” ao Museu. Tal iniciativa resultaria, na verdade, de um projeto em políticas públicas coordenado pela professora dra. Maria Inez Machado Borges Pinto, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), e financiado pela Fapesp/

Vitae em edital de fomento. O projeto recebeu o título “Nos trilhos da memória e a memória dos trilhos: expansão e revitalização do MHPO de Ourinhos”.

Desse modo, entre os anos de 2007 e 2009, o projeto foi executado e o Museu aos poucos foi reorganizado em parâmetros profissionais e técnicos. As peças dos acervos bidimensional e tridimensional ganharam o devido tratamento e a administração da instituição foi reelaborada.

Quanto ao acervo documental, explicou Cunha, este foi digitalizado, inspirando a criação de um Centro de Documentação (Cedom), visando à preservação e difusão do material.

Criamos um Centro de Documentação, o CEDOM, com o intuito de preservar digitalmente o acervo documental existente no Museu Histórico de Ourinhos e na Câmara Municipal de Ourinhos. [...] o objetivo do CEDOM foi o de buscar o diálogo com a comunidade local, o Museu Histórico de Ourinhos, a Secretaria Municipal de Cultura e a Prefeitura Municipal de Ourinhos, mas com autonomia com relação a estes órgãos, que possuem suas especificidades. (CUNHA, 2014, p. 272)

**Figura 14.** Acervos documental, bidimensional e tridimensional, já catalogados.

Fonte: Cunha (2014).

Somados à desordem do acervo, Cunha encontrou outros problemas que prejudicavam ainda mais o Museu: a) a inexistência de um Plano Diretor do Museu (com missão, objetivos, equipe e plano de ações); b) a falta de estrutura administrativa (recursos materiais e humanos); c) a inexistência de uma “Associação dos Amigos do Museu” para fiscalizar e gerir o órgão; e d), ainda pior, a ausência de diálogo com a comunidade local, privada da participação democrática.

Apesar dos percalços, o projeto de revitalização do MHPO foi bem-sucedido e, de fato, deu mais fôlego à trajetória do órgão, mérito que vale ser ressaltado<sup>18</sup>. Antes do referido projeto, o Museu nunca havia recebido tratamento profissional, nem dialogado com a universidade. Esse fôlego durou até o ano de 2012, quando, novamente, o Museu entrou em declínio.

Em 2012, o Museu foi fechado definitivamente, permanecendo assim até 2014, quando então foi reaberto, com o mesmo acervo e sem melhoramentos significativos. Foi reativado para “minimizar” as reclamações populares junto à Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e não parecer uma instituição “inútil”.

Se do ponto de vista administrativo e institucional o Museu Histórico e Pedagógico tem desafios, do ponto de vista da legislação e das políticas de memória, o Decreto nº 4.204/1995, que instituiu o Museu Histórico e Pedagógico da Cidade de Ourinhos, apesar de ter sido um texto do Poder Executivo, não deixou de mostrar sua força, de modo que, quatro meses depois de sua publicação, a Câmara Municipal foi pressionada

a reverberar seu efeito, publicando, em 9 de junho de 1995, a Lei nº 3.845, que fixou, finalmente, o Museu como “projeto de memória”.

**Figura 15.** MHPO em 2012, quatro anos após o projeto de revitalização com as mesas e mobiliário doados pela Unesp Ourinhos.

Fonte: Blog Curta Ourinhos<sup>19</sup>.

A cidade de Ourinhos, já centenária, possui hoje, portanto, ao menos pela força da Lei, um Museu Histórico e Pedagógico a ser pensado e repensado como *dispositivo de memória*.

18 Outro mérito do projeto coordenado por Fabiana Cunha foi a publicação do livro *Memórias dos trilhos: um guia prático sobre revitalização de museus*, em 2014, financiado por verba proveniente do Edital MEC/Cultura 2009 e impresso pela Editora Unesp. Uma referência na literatura de memória da cidade.

19 Disponível em: <https://bit.ly/3eEvWr0>. Acesso em: 19 jul. 2021.

**Figura 16.** O Museu Municipal Histórico e Pedagógico da cidade de Ourinhos. Ano: 2015.



## A “CASINHA DA MEMÓRIA” E O “ARQUIVO DE LEMBRANÇAS”

Outro dispositivo de memória em Ourinhos, junto ao Centro de Convivência Jornalista Benedito da Silva Eloy, é o projeto “Casinha da Memória”. Criado no ano de 2010, por ação conjunta da Secretaria Municipal de Cultura com a Associação de Amigos da Biblioteca Pública (Aabip), o projeto atinge escolas, universidades, docentes, pesquisadores e memorialistas<sup>20</sup>.

É oportuno frisar, reconhecendo o mérito do trabalho de Fabiana Lopes da Cunha junto ao Cedom, no âmbito do projeto de revitalização do MHPO, que a Casinha da Memória foi resultado dos esforços da equipe de Cunha na digitalização do acervo documental desde 2007.

A Casinha da Memória, cujo nome alude ao espaço que ocupa no complexo de casas do Centro de Convivência, está vinculada ao Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos, que a mantém e administra. Botelho (2012, p. 14) afirma que a Casinha é um aparelho cultural

para abrigar acervos relacionados à memória ourinhense e disponibilizá-los aos pesquisadores e às pessoas interessadas em conhecer um pouco mais a história da cidade por meio de um acervo formado por livros, coleções de fotos e de antigas publicações.

20 Em 2012, o projeto Casinha da Memória tornou-se objeto de pesquisa no curso de Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP, pela turismóloga Fernanda Oliveira Botelho, intitulado *A memória como recurso para as políticas públicas culturais: a experiência da Casinha da Memória de Ourinhos-SP*.

**Figura 17.** A “Casinha da Memória”. O projeto funciona como “arquivo digital” de fotos, jornais, documentos, filmes e registros orais. Tem sido um dos principais dispositivos de preservação da memória no âmbito das políticas públicas na cidade atualmente. Ano: 2015.



Em 2011, a Casinha da Memória lançou seu principal trabalho ligado à rememoração, este chamado de “Arquivo de Lembranças”, cuja finalidade, explica Botelho (2012, p. 14), foi a “criação de um acervo audiovisual, formado por relatos de histórias de vida, onde qualquer pessoa pode deixar registrada sua história”. É um trabalho que coleciona depoimentos orais coletados por uma equipe de funcionários da Secretaria de Cultura. Segundo o autor, apesar de a proposta do projeto ser bastante ampla, um de seus principais focos de ação é a memória ferroviária.

## A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA E O PROJETO OURINHOS: MEMÓRIA EM MOVIMENTO

A Aabip, entidade de utilidade pública, sem fins lucrativos e ligada à Biblioteca Municipal, vem desempenhando, nos últimos anos, um importante papel de “gerenciamento cultural” local. A Aabip é uma dentre diversas entidades locais contempladas pela Lei nº 5.012, de 2 de março de 2006, que “dispõe sobre a celebração de Termos de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP” (OURINHOS, 2006).

A referida Lei determina que, ao receberem o “Selo OSCIP” de “utilidade pública”, tais entidades estarão autorizadas a receber da Prefeitura recursos financeiros para seus projetos.

Dentre os principais objetivos defendidos pela referida Lei de parcerias entre a PMO e as Oscip, vale destacar

o item II, Artigo 1º, acerca do patrimônio: “II – Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico” (OURINHOS, 2006, p. 1).

Observa-se, portanto, no âmbito da legislação local, o interesse do Estado-Prefeitura em fomentar projetos ligados à difusão da cultura e do patrimônio histórico e artístico, em parceria com as entidades locais dispostas a atuar nessa linha, amparadas por financiamento público. A Lei nº 5.012/06 é um dispositivo importante, na medida em que agrega a Sociedade Civil numa busca de “conscientização e preservação dos legados culturais e da memória da cidade” (OURINHOS, 2006, p. 1).

Em 17 de abril de 2013, a Câmara Municipal aprovou a Lei nº 5.917, que autorizou a Prefeitura a celebrar um termo de “Aditivos de Subvenção e Auxílio” com a Aabip, pelo qual concedeu-se à entidade o repasse de R\$ 120 mil, que financiaria o projeto “Ourinhos: Memória em Movimento” (OURINHOS, 2013). Além de ser uma cooperação entre a Aabip e a Prefeitura Municipal, o projeto foi realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), junto ao Ministério da Cultura (MinC). No “folheto programático”, observa-se:

O projeto “Ourinhos, Memória em Movimento” integra um conjunto de ações articuladas, que compreenderam a digitalização de 18 mil páginas de documentos históricos como jornais, fotos e mapas e a realização de documento audiovisual com depoimentos de ex-ferroviários moradores da cidade de Ourinhos. (OURINHOS; ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA; INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014, p. 1)

De linha expositiva, o projeto nasceu em 2014, no âmbito da Biblioteca Municipal. Os visitantes poderiam conhecer alguns dos importantes jornais que circularam em Ourinhos e pela região durante quase todo o século XX: *Correio do Sertão*, *O Contemporâneo*, *A Voz do Povo*, *O Progresso*, *Diário da Sorocabana*, *Debate*, entre outros; assistir aos filmes do projeto “Arquivo de Lembranças” (realizados pelos gestores da Casinha da Memória), com depoimentos de ex-trabalhadores ferroviários; bem como acessar o acervo de velhas fotografias de Francisco de Almeida Lopes (e seu filho, José Carlos Neves Lopes), que mostram e documentam as antigas paisagens, lugares e as personalidades do município, desde as décadas 1910 e 1920.

O projeto “Ourinhos: memória em movimento”, como informa seu folheto programático logo na sua

introdução, “é mais uma das ações de preservação da memória realizadas pela Associação de Amigos da Biblioteca Pública”, que poderá contribuir com as pesquisas de “estudiosos, historiadores e demais interessados” (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS; ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA; INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014, p. 1). Sua equipe de pesquisa foi treinada e coordenada por Neusa Fleury Moraes, Marco Aurélio Gomes e Rogério Singolani.

Entre os anos de 2014 e 2015, o projeto tornou-se itinerante, saiu das dependências da Biblioteca e passou por vários espaços públicos da cidade (de entidades culturais a instituições de ensino), ampliando sua margem de visitação e sua importância como *dispositivo de memória*.

**Figura 18.** Exposição itinerante do projeto “Memória em Movimento”. À esquerda, podemos observar os painéis instalados no rol de entrada da Câmara Municipal de Ourinhos em 2014. À direita, a exposição alocada no espaço do Museu Histórico e Pedagógico, também em 2014.



## A LEI Nº 4.813/2003 E A COMISSÃO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO: DISPOSITIVOS JURÍDICO E POLÍTICO

Neste ponto, podemos dizer que a Lei nº 4.813, de 8 de dezembro de 2003, juntamente com seus complementos, figura como o *dispositivo mais importante* no conjunto de legislações que regulamentam as atividades de preservação da memória, dos bens culturais e do patrimônio ambiental e paisagístico na cidade de Ourinhos, bem como qualquer processo de *tombamento* (OURINHOS, 2003a).

É evidente a relevância da Lei não apenas pelo fato de constituir, pela primeira vez na história da cidade, um instrumento de tombamento e de chancela de bens culturais e ambientais, mas, principalmente, pelo fato de conter, *nas entrelinhas de seu texto*, o modo como a Prefeitura Municipal compreende o *conceito de patrimônio*, cuja complexidade de tratamento fez originar a “Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico”, órgão responsável por isso.

Logo após o preâmbulo, a Lei nº 4.813 traz em seus artigos iniciais o esclarecimento de que os bens que formam o “patrimônio cultural, ambiental e paisagístico do município” passam a ser vistos à luz das legislações: federal (Iphan), estadual (Condephaat) e municipal (Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico – CMPPH, com a Lei nº 4.813). A inscrição dos bens se daria por meio de processos e conforme as categorias. Toda pessoa física ou jurídica pode motivar, via requerimento, a ação de tombamento. O pedido para esse processo, protocolado, segue à CMPPH, órgão criado no texto do “Artigo 4º – A proposta de tombamento deverá ser dirigida à *Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico*, que fica criada por este ato” (OURINHOS, 2003a, p. 1, grifo nosso).

A Lei nº 4.813/2003 deixa bastante evidente o seu poder de salvaguarda. No Artigo 17º, define-se: “Os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos ou alterados de modo que possam ser descaracterizados”. Por isso, quaisquer projetos ou propostas de alteração, reparo, pintura ou restauro sobre os bens tombados, deverão ser previamente analisados e autorizados pela CMPPH. Esse tipo de prerrogativa atribuiu à Comissão o poder de “fiscalização” dos bens.

Aliás, o Artigo 20º é preciso ao determinar esse relevante papel da CMPPH: “Os bens tombados *ficam sujeitos à fiscalização da Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico*, que poderá inspecioná-los sempre que julgar conveniente” (OURINHOS, 2003a, p. 4, grifo nosso).

## A “CASA DOS INGLESES”: A COMISSÃO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O PATRIMÔNIO TOMBADO

Vejam agora, dentro das dimensões *política e prática*, por meio das ações da CMPPH e da aplicação da Lei, como se deu o primeiro processo de tombamento em Ourinhos, resultando no primeiro objeto de cultura chancelado como *patrimônio histórico* pelo poder público local.

Historicamente, entre os anos 1928 e 1944, houve um período de influência dos ingleses em Ourinhos e região, marcado pelo trabalho na ferrovia e pelo plantio do café. A atividade nos trilhos da Sorocabana Railway Company e na Ferrovia São Paulo-Paraná exigia mão de obra qualificada, de modo especial na engenharia de locomotivas e sua mecânica (DEL RIOS, 1992).

Para hospedar seus engenheiros e trabalhadores de alta patente, a ferrovia edificou um conjunto de casas na rua que hoje se chama Rodrigues Alves. Com o devir dos anos, o conjunto de imóveis passou a ser chamado de “Casas dos Ingleses” e tornou-se símbolo desse período.

**Figura 19.** À esquerda, a “Casa do Superintendente”. À direita, casas do complexo construído pela Cia. Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, para hospedar os engenheiros e funcionários de alta patente da ferrovia. Ano: 1937.



Fonte: José Carlos Neves Lopes<sup>21</sup>.

Nesse contexto, o primeiro objeto tombado pela Prefeitura seria, portanto, a “Casa dos Ingleses”. Oficialmente, na placa de chancela se lê: “Espaço Cultural Luiz Carlos Eloy Junior – Casa dos Ingleses”. O procedimento legal de tombamento teve início em 12 de agosto de 2008.

O Processo nº 17.813-1/2008 é um documento-chave na história das políticas públicas e dos dispositivos legais de preservação da memória e do patrimônio cultural na cidade. Como um *elemento-base*, temos a “Apreciação do Mérito do Valor Histórico-Cultural dos Imóveis em Processo de Tombamento”, elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura, convalidado pelos membros dessa Comissão e anexado às folhas “53” e “54” do Processo. Isso revela, portanto, a interpretação da SMC e da CMPPH acerca do *sentido* atribuído aos bens. Vale dizer que a Lei nº 4.813/2003, no Art. 10º, § 1º, alínea “b”, determina todo processo precisa dessa apreciação.

O parecer de apreciação do “valor histórico-cultural” dos imóveis, contendo essa visão conjunta da SMC e da CMPPH, pode ser analisado em alguns pontos básicos de argumentação.

No primeiro deles, a Secretaria e os Conselheiros apresentam a “importância histórica” dos prédios como moradia dos “engenheiros e funcionários de alto prestígio”, a “instalação da Ferrovia São

Paulo-Paraná” e o desenvolvimento econômico e urbano na região. Vejamos:

a) Os imóveis foram construídos para servir como moradia para os engenheiros e funcionários de alto prestígio que se fixaram em Ourinhos para acompanhar a instalação da Ferrovia São Paulo-Paraná, que tem uma *importância incontestável na economia da região e do país*, facilitando o escoamento de cargas e contribuindo para o crescimento de municípios que se instalaram ao longo de seu leito. (COMISSÃO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE OURINHOS, 2008, p. 53)

Partindo dessa interpretação, podemos perceber que a *consagração* do primeiro objeto de cultura tombado como suporte de memória em Ourinhos aparece ligada a um *discurso oficial* acerca da *história ferroviária*. Nota-se, no segundo ponto, a invenção política de um patrimônio cultural feita pela SMC e CMPPH com base na “necessidade de uma preservação da paisagem ferroviária” ligada à arquitetura dos imóveis e aos trilhos. Uma paisagem “quase em extinção”.

b) *É necessária a preservação da paisagem ferroviária, marcada pela arquitetura dos imóveis construídos em Ourinhos, como forma de preservação de um patrimônio histórico e cultural.* Na Avenida Rodrigues Alves existia um conjunto arquitetônico formado por seis casas. A maioria delas teve a fachada alterada, só restando duas, que hoje são alvo de processo de tombamento. São casas de alvenaria, que ainda ostentam na fachada o número de registro que tinham na rede e o brasão da RFFSA. *Podem ser*

21 Disponível em: <https://bit.ly/3ixvH2a>. Acesso em: 19 jul. 2021.



*consideradas raridades de uma paisagem ferroviária quase em extinção.*  
(COMISSÃO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE OURINHOS, 2008, p. 53, grifo nosso)

O parecer da SMC e CMPPH figura, portanto, como documento relevante no que tange às justificativas históricas para o tombamento dos imóveis. Nele, vemos não só uma perspectiva *oficial* da Secretaria Municipal de Cultura, mas também a visão da própria CMPPH, validando os argumentos apresentados e legitimando um discurso a respeito da “paisagem ferroviária”.

A decisão de tombamento foi publicada no *Diário Oficial* em 12 de janeiro de 2010:

**Figura 20.** Publicação do comunicado de aprovação do tombamento dos imóveis da Av. Rodrigues Alves.

**COMUNICADO**

A COMISSÃO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE OURINHOS, por sua presidente, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Legislação Municipal torna público que nos autos do processo administrativo nº 17813/2008, foi aprovado o tombamento dos imóveis situados na Av. Rodrigues Alves, nº 170 e na Av. Rodrigues Alves, esquina com a Travessa Engº Frontin, por força de seus valores histórico, arquitetônico e paisagístico, passando a integrar o patrimônio histórico/cultural do Município de Ourinhos, o que, nos termos do artigo 17 e seu parágrafo único, da Lei Municipal nº 4.813 de 08 de dezembro de 2003, assegura a preservação do bem, não podendo serem destruídos, demolidos ou alterados de modo que possam ser descaracterizados, bem como, qualquer pretensão de alteração, reparo, pintura ou restauração dos bens tombados somente poderá se concretizar mediante autorização da COMISSÃO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE OURINHOS, sob pena de responsabilização e aplicação das sanções previstas no diploma legal municipal supracitado.

**A COMISSÃO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE OURINHOS**

Fonte: *Diário Oficial do Município de Ourinhos*, em 12 de janeiro de 2010, Ano VI, Edição n. 375, p. 1.

**Figura 21.** Casas situadas na Av. Rodrigues Alves, nº 170, e Av. Rodrigues Alves, nº 100, esquina com a Rua Engenheiro Frontin, no mesmo quarteirão. Em pé, o então Secretário de Cultura (2013-2016) Fernando Henrique Mella Ribeiro (Fenando Cavezzale).



Fonte: Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Ourinhos (2008).

Encerrou-se, portanto, o primeiro processo de tombamento em Ourinhos. Ao analisá-lo, conseguimos notar o empenho da CMPPH e seu protagonismo como órgão público *consultivo, deliberativo e fiscalizador* do patrimônio. Um fenômeno sem precedentes na história da cidade e

uma referência fundamental na trajetória dos dispositivos de defesa da memória e da cultura.

Contudo, se os imóveis estavam, do ponto de vista jurídico, incorporados ao patrimônio local como *bens públicos*, do ponto de vista político, precisariam ainda

da *consagração social e simbólica*. Haveria de ser *forjado um discurso oficial*, uma *chancela pública* para a Casa dos Ingleses. Esse trabalho de “invenção” da Casa dos Ingleses aconteceria em 2013, três anos após seu

tombamento. Entre tensões e oposições políticas, seria inaugurado em 6 de dezembro. Mas a discussão sobre esse fenômeno histórico-político-cultural ficará para outra oportunidade.

**Figura 22.** Casa da antiga Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Membros da Secretaria Municipal de Obras concentrados na fase final de restauração do imóvel. Ano: 2013.



Fontes: *Jornal Tabloide*<sup>22</sup> e Prefeitura Municipal<sup>23</sup>.

**Figura 23.** “Espaço Cultural Luiz Carlos Eloy Junior – Casa dos Ingleses”. Projeto da Prefeitura Municipal de Ourinhos inaugurado em 6 de dezembro de 2013, na presença das lideranças políticas da gestão naquele momento. Ano: 2013.



Fonte: *Diário de Ourinhos*<sup>24</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em mais de cem anos de trajetória, a cidade de Ourinhos viu sendo cristalizadas, pouco a pouco, as referências culturais e simbologias que constituem sua identidade, sua história, de modo especial, aquelas referências atreladas à memória ferroviária, ao ciclo do

café e ao cultivo da cana-de-açúcar. Entretanto devemos sempre ter em mente que a dimensão cultural, artística e ambiental da cidade vai muito além desses elementos históricos. O tombamento da Casa dos Ingleses, mesmo sendo um marco dentro das políticas de defesa do patrimônio e da memória locais, jamais refletirá a complexidade, a pluralidade e as singularidades das produções culturais do povo. É possível e necessário que se busque mais. Olhar para além dos bens ferroviários. De preferência, tomando como ponto de partida, as produções dos grupos e comunidades de bairro.

Isso significa um imenso e difícil desafio lançado à CMPPH, criada pela Lei nº 4.813/2003. De fato, como fizemos aqui, por meio de um breve inventário das legislações e políticas públicas de memória, devemos

22 Disponível em: <https://bit.ly/2V1HkpF>. Acesso em: 19 jul. 2021.

23 Disponível em: <https://bit.ly/2UZ0pJc>. Acesso em: 19 jul. 2021.

24 Disponível em: <https://bit.ly/3eE3zZT>. Acesso em: 19 jul. 2021.

reconhecer que houve um grande avanço na construção de um quadro de ações da Prefeitura no sentido de promover a *consciência histórica local* e a *salvaguarda dos bens* que a simbolizam, seja pela invenção de seu brasão, de seu hino e sua bandeira; seja pela proteção e a restauração de seus prédios mais antigos (ligados à atividade ferroviária); seja criando suas instituições de memória como o Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos e a Casinha da Memória; seja fomentando os projetos de produção cultural e de resgate da memória em parceria com Oscip, ONGs e associações, como no caso da Aabip e do Ourinhos: Memória em Movimento; e, sobretudo, com a efetivação e a consolidação da CMPPH como órgão eficaz de preservação.

Para isso, muitos erros ainda precisam ser corrigidos. Para citar um deles, existe uma *limitação na composição das categorias profissionais* (e políticas) de representantes que ocupam as cadeiras da gestão da CMPPH. Não há historiadores nesse rol de representantes. Assim como não há geólogos, biólogos, antropólogos, sociólogos etc. E, mesmo depois de duas emendas complementares aprovadas na Câmara Municipal, feitas especificamente para alterar essa composição da CMPPH, a Lei nº 4.813/2003 continua *excluindo os historiadores locais*.

Outro problema a ser superado diz respeito ao Art. 5º da Lei. Ele define duas categorias de “bens” na esfera do tombamento. Uma concerne aos “bens imóveis”, abarcando também os de natureza *ambiental e paisagística*. Outra se refere aos “bens móveis”, objetos e acervos de peças móveis em geral. Percebe-se que a Lei não incorporou em sua definição de “bens culturais e históricos” a noção de “bens imateriais”, definida pela Constituição de 1988 (BRASIL 1988) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)<sup>25</sup>, visto que os objetos de tombo se limitaram à categoria de “bens materiais” (*móveis e imóveis*). Até o presente momento, segue como está, pois nenhuma emenda tratou dos *bens intangíveis*<sup>26</sup>.

Quem sabe seja possível também, no futuro, se os arranjos da política assim permitirem, a criação de um arquivo público municipal, quer vinculado ao Museu

Histórico Pedagógico, quer como órgão autônomo, sob administração da Secretaria Municipal de Cultura, mas que dê concretude e efetividade à preservação dos documentos históricos que a Prefeitura já possui ou daqueles que poderão ser doados pela comunidade ao acervo, servindo o Arquivo Público como instrumento de parcerias, desenvolvimento de pesquisas e projetos educativos com as escolas e universidades. A criação desse dispositivo de memória seria, sem dúvida, um enorme avanço.

## REFERÊNCIAS

BOSCARIOL, R. A.; SILVEIRA, M. R. Formação Socioespacial e Expansão Urbana na Cidade de Ourinhos/SP: Primeiras Respostas. In: Simpósio Nacional sobre Cidades Médias, 2., 2006, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

BOTELHO, F. O. **A memória como recurso para as políticas públicas culturais**: a experiência da Casinha da Memória de Ourinhos-SP. Monografia (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3rRn4DA>. Acesso em: 4 ago. 2021.

COMISSÃO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE OURINHOS. **Processo de Tombamento nº 17.813-1/2008**. Ato Administrativo de Tombamento da “Casa dos Ingleses”. Ourinhos: Prefeitura Municipal, 2008.

CUNHA, F. L. **Memória dos trilhos**: um guia prático sobre revitalização de museus. Ourinhos: Unesp, 2014.

DEL RIOS, J. **Ourinhos**: memórias de uma cidade paulista. Ourinhos: Imesp, 1992.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**: Dados

25 Especificamente a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Paris, 2003.

26 A ausência da categoria “bens intangíveis” no texto da Lei nº 4.813/2003 representa a defasagem e a limitação do conceito de patrimônio pensado pelo Poder Público municipal em Ourinhos, que compreende os bens a serem tombados apenas na perspectiva “material”, desconsiderando, portanto, os bens culturais de ordem “imaterial”.

referentes ao município de Ourinhos. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ey4gns>. Acesso em: 5 julho 2021.

OLIVEIRA, W. Antigas construções são recuperadas: galpões da Fepasa se tornam museus. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 out. 1997. Caderno Cidades. Disponível em: <https://bit.ly/3wVAQWZ>. Acesso em: 16 jul. 2021.

UNESCO. **Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: Unesco, 2003.

PRADO, A. P. **O patrimônio na encruzilhada do sentido**: dispositivos de memória entre a chancela e o afeto. 2017. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

OURINHOS. **Lei nº 679, de 21 de maio de 1965**. Dispõe sobre adoção do Brasão de Armas do Município. Ourinhos: Câmara Municipal, 1965.

OURINHOS. **Lei nº 749, de 12 de maio de 1966**. Institui o concurso para a escolha do Hino Oficial de Ourinhos. Ourinhos: Câmara Municipal, 1966a.

OURINHOS. **Lei nº 754, de 26 de maio de 1966**. Altera os artigos 2º, 8º e seu § 1º, 10º e 11º da Lei nº 749/66, de 12 de maio de 1966, que institui o concurso para a escolha do Hino Oficial de Ourinhos. Ourinhos: Câmara Municipal, 1966b.

OURINHOS. **Lei nº 761, de 4 de julho de 1966**. Dispõe sobre a instituição da Bandeira do Município. Ourinhos: Câmara Municipal, 1966c.

OURINHOS. **Decreto nº 684, de 1 de setembro de 1967**. Regulamenta o uso do brasão municipal e da bandeira municipal de Ourinhos. Ourinhos: Câmara Municipal, 1967.

OURINHOS. **Lei nº 3.185, de 5 de setembro de 1990**. Institui concurso visando à seleção do Hino Oficial de Ourinhos e dá outras providências. Ourinhos: Câmara Municipal, 1990.

OURINHOS. **Decreto nº 4.001, 24 de setembro de 1993**. Declara de utilidade pública para o fim de desapropriação. Ourinhos: Câmara Municipal, 1993.

OURINHOS. **Lei nº 3.845, de 9 de junho de 1995**. Cria o Museu Histórico e Pedagógico da Cidade de Ourinhos. Ourinhos: Câmara Municipal, 1995a.

OURINHOS. **Lei nº 3.889, de 8 de dezembro de 1995**. Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Convênio, Acordo de Cooperação Técnica e Ajuste de Permissão com a FEPASA – Ferrovia Paulista S.A., para os fins que especifica, e dá outras providências. Ourinhos, 1995b.

OURINHOS. **Decreto nº 4.204, de 8 de fevereiro de 1995**. Cria o Museu Histórico e Pedagógico da Cidade de Ourinhos, e dá outras providências. Ourinhos: Câmara Municipal, 1995c.

OURINHOS. **Lei nº 3.920, de 28 de março de 1996**. Dispõe sobre denominação do Centro de Convivência Cultural. Ourinhos: Câmara Municipal, 1996a.

OURINHOS. **Lei nº 3.933, de 28 de maio de 1996**. Altera o Convênio entre Prefeitura Municipal de Ourinhos e FEPASA – Ferrovia Paulista S.A., autorizado pela Lei nº 3.88, de 8 de dezembro de 1995. Ourinhos: Câmara Municipal, 1996b.

OURINHOS. **Decreto nº 4.316, de 17 de julho de 1996**. Dispõe sobre o Regimento Interno do Centro de Convivência Jornalista Benedicto da Silva Eloy. Ourinhos: Câmara Municipal, 1996c.

OURINHOS. **Lei nº 4.813, de 8 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre o processo de Tombamento de Bens Culturais, Ambientais e Paisagísticos do Município de Ourinhos-SP. Ourinhos: Câmara Municipal, 2003a.

OURINHOS. **Lei nº 5.012, de 2 de março de 2006**. Dispõe sobre a celebração de Termos de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, e dá outras providências. Ourinhos: Câmara Municipal, 2006.

OURINHOS. **Lei nº 5.917, de 17 de abril de 2013**. Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Termo de Ajuste e Aditivos de Subvenção e Auxílio com a Associação de Amigos da Biblioteca Pública – AABIP visando repasse de verba para [...] o projeto “Ourinhos: memória em movimento” e dá outras providências. Ourinhos: Câmara Municipal, 2013.

OURINHOS. **Lei nº 6.103, de 16 de julho de 2014**. Altera dispositivos da Lei nº 4.813/03, de 08 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o processo de Tombamento de Bens Culturais, Ambientais e Paisagísticos do Município de Ourinhos-SP e dá outras providências. Ourinhos: Câmara Municipal, 2014.

OURINHOS; ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA; INSTITUTO BRASILEIRO

DE MUSEUS. **Folheto Programático do Projeto “Ourinhos, Memória em Movimento”**. Ourinhos: [s. n.], 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 618, de 13 de dezembro de 1918**. Dispõe sobre a criação do município de Ourinhos-SP. São Paulo, 1918.

SILVA, N. V. **Ourinhos em Crônicas**. Ourinhos: Edições Cristãs, 2009.

# Francisco de Almeida Lopes e o mundo da fotografia em Ourinhos

*Francisco de Almeida and the world of photography in Ourinhos*

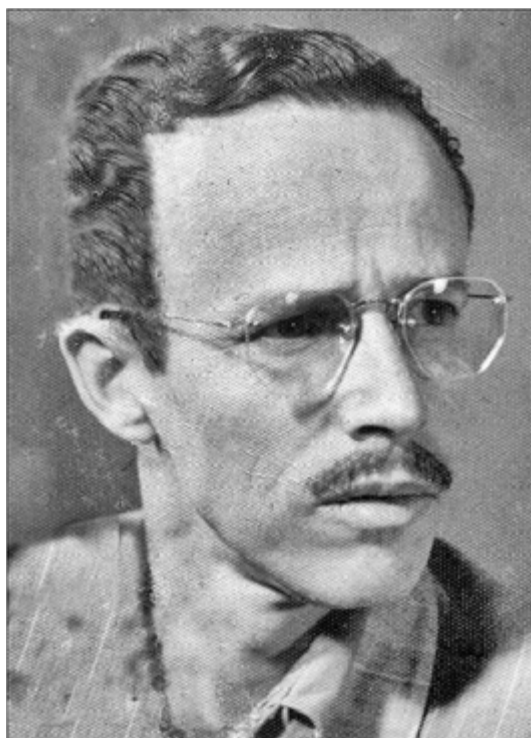
JOSÉ CARLOS NEVES LOPES (*IN MEMORIAM*)<sup>A</sup>

<sup>A</sup> Foi diretor técnico da divisão e coordenador de estudos e normas pedagógicas na Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, era graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP).

Meu pai, Francisco de Almeida Lopes, mais conhecido como “seu Chiquinho” teve, além da família, duas outras paixões: a fotografia e o cinema.

Nos últimos anos da década de 1920, já morando em Ourinhos, começou a se interessar pela fotografia: comprou a sua primeira máquina fotográfica e passou a fazer fotos, o que somente deixou de fazer quando o mal de Alzheimer se fez presente, no início dos anos 1980.

**Figura 1.** Francisco de Almeida Lopes.



Fonte: José Machado Dias (1952).

Nos anos 1920, o fotógrafo da cidade de Ourinhos era Antônio Saladini, um dos membros de uma família numerosa de artesãos de ascendência italiana. Provavelmente, foi o primeiro a ter um estúdio fotográfico na cidade. Considerando que era dele algumas fotos de estúdio dessa época, pode-se dizer que ele era evidentemente talentoso.

O gosto pela fotografia aproximou meu pai de um dos primeiros fotógrafos da cidade, o alemão (era de Ingolstadt) Frederico Hahn (1897-1986), que se estabeleceu em Ourinhos nos primeiros anos da década de 1930. Embora fosse um homem reservado, Frederico se afeiçoou pelo jovem Francisco, que com ele aprendeu muita coisa. Vindo da Alemanha, Frederico dispunha dos mais modernos conhecimentos da técnica fotográfica.

No final dos anos 1930, Frederico deu início, na esquina da Rua Minas Gerais (hoje 9 de Julho), à construção de um moderno sobrado de dois andares. No primeiro andar ficava o estúdio, que tinha a face externa totalmente envidraçada. Cheguei a conhecer o lugar quando criança, e seu pé direito alto impressionava. Frederico deu ao estabelecimento o nome de Foto Vitória. Nele, passou a fazer belas fotos de estúdio, todas contendo a sua marca d'água. Foram de sua lavra as primeiras fotos postais da cidade, feitas em 1937. Também foi o responsável por inúmeras fotos de ocasiões festivas oficiais na cidade, todas reveladas em papel de alta qualidade e extremamente nítidas. Tornou-se praticamente o fotógrafo oficial dos casamentos, pois era costume perpetuar a ocasião com uma foto no estúdio.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um fato nunca totalmente esclarecido ocorreu: a fachada do seu sobrado, ainda em construção, foi apedrejada, partindo as altas vidraças do segundo andar. Infelizmente, não há registro oficial do incidente.

Desgostoso com o ocorrido, Frederico fechou o local com madeira e assim deixou-o por muitos anos. No final dos anos 1940, Frederico abandonou a fotografia, embora tenha vivido por mais 40 anos. Meu pai fazia questão de destacar o quanto aprendeu sobre a arte fotográfica nos anos em que conviveu com Frederico Hahn. A saída de cena de Frederico Hahn, em finais dos anos 1940, deu oportunidade para a chegada a Ourinhos de dois outros fotógrafos: José Dias Machado e Shuki Sakai.

José Dias Machado era natural da bela e agradável Santa Bárbara do Rio Pardo, hoje Águas de Santa Bárbara, onde nasceu em 14 de abril de 1894. Foi casado com Gabriela de Oliveira Machado, com quem teve os filhos Alberto, Walter, Gabriel, José Roberto, Carmen, Wilma, Carlos e Gaby. Ele se estabeleceu em Ourinhos nos finais dos anos 1940, comprando o Foto Costa, na Praça Melo Peixoto. Esse estúdio fotográfico pertenceu a um fotógrafo chamado José Tanko, também amigo de meu pai. Não posso afirmar, mas acredito que Tanko foi assistente de Frederico. Tanko deixou Ourinhos e se estabeleceu em Santo Antônio da Platina, onde fez sucesso com o seu excelente trabalho. O seu acervo fotográfico foi doado pela família a um museu da cidade paranaense.

José Dias Machado era um homem de estatura alta, cabelos crespos já embranquecidos e sempre com um sorriso natural. De seu estúdio fotográfico na Praça

Melo Peixoto, eu me recordo com mais precisão, pois acompanhava meu pai quase todas as vezes em ele que ia prosear com o amigo Machado à noite. Criança, o estúdio era para mim um mundo fantástico, principalmente ao penetrar na sala escura e acompanhar o processo de revelação. Impressionava-me também ver o senhor Machado retocando as fotos de estúdio.

Meu pai passou a ser um colaborador do senhor Machado. Sugeriu a ele a ideia de fotografar o desfile de Sete de Setembro, pois Ourinhos já contava a essa altura com várias escolas. Meu pai já fazia isso desde finais dos anos 1930. Por ocasião do desfile, papai saía de casa bem cedo e se dirigia para o local onde o desfile se iniciaria. Eram cerca de três horas no calor inclemente da cidade escolhendo as melhores posições para fazer o seu registro fotográfico.

De 1967 a 1974, meus pais moraram em São Paulo, período em que meu pai cobriu a chegada do time brasileiro após a vitória na Copa de 1970, o traslado dos restos mortais do imperado Pedro I para São Paulo, as várias etapas da construção da primeira linha do Metrô e várias edições do desfile de Sete de Setembro, realizado nas Avenidas São João e Paulista.

No Foto Machado, as fotos à venda ficavam expostas nas vitrines, sendo identificadas por um número. Os interessados lotavam o Foto para fazer as suas escolhas. Para o amigo Machado, meu pai também fotografou muitos bailes carnavalescos, juninos e de debutantes. José Dias Machado era hábil no trabalho de fotos de estúdio. Muitas jovens faziam fotos que depois eram coloridas à mão por meu pai, arte na qual era hábil também.

Outro fotógrafo que se estabeleceu em Ourinhos, no final dos anos 1940, foi Shuki Sakai, que alugou um imóvel numa localização estratégica: em frente ao Cine Ourinhos e ao lado do Bar e Sorveteria Cinelândia, no coração da cidade. Em pouco tempo, Sakai amealhou uma boa freguesia para o seu estúdio fotográfico. Nos anos em que viveu em Ourinhos, fez fotos de casamento, desfiles, bailes, grupo de jovens estudantes, adolescentes amigas etc. Há vários ex-clientes que comprovam o excelente trabalho de Sakai.

Não havia concorrência entre Machado e Sakai, cada qual tinha a sua clientela e os dois conviviam harmoniosamente fazendo as suas fotos. Meu pai circulava entre os dois. Quando da inauguração de Brasília, Sakai deixou Ourinhos e foi se estabelecer na nova capital do país.

**Figura 2.** Amigos.



Fonte: Francisco de Almeida (1956).

Outros fotógrafos mais jovens foram se estabelecendo em Ourinhos, de todos meu pai foi amigo. Nos anos em que viveu na capital (1967-1974), ele trazia para cada um exemplares da revista *Cinótica*, publicada por uma loja fotográfica famosa localizada no centro de

São Paulo. Seus últimos amigos fotógrafos foram os irmãos Nagita, que se estabeleceram na Rua Antônio Carlos Mori, e o jovem “Carnaval”, autor de uma bela homenagem publicada no *Jornal da Divisa*, quando meu pai faleceu, em 1987.



# Ourinhos: 100 anos em imagens: de 1908 a 1980

*Ourinhos: 100 years in images: from 1908 to 1980*

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA<sup>A</sup>

<sup>a</sup> Historiador. Especialista em Gestão Pública Municipal e Cultural e Gerente de Patrimônio e Memória da Secretaria Municipal de Cultura de Ourinhos.  
E-mail: [praxiscomtelos@gmail.com](mailto:praxiscomtelos@gmail.com)

## INÍCIO DO SÉCULO XX, AO FINAL DA DÉCADA DE 1940

Muitas coisas aconteceram na cidade de Ourinhos entre 1908 e o final da década de 1940. Em 1908, surgiu a estação “Ourinho”, construída pela Estrada de Ferro Sorocabana *Railway*, que ajudou a impulsionar o crescimento local, visto que além de mercadorias, também transportava pessoas e ideias. Em 1915, Ourinho se torna um Distrito de Paz de Salto Grande do Paranapanema (Atual Salto Grande – SP), para em 13 de dezembro de 1918, através de um abaixo-assinado, se transformar em uma cidade, elegendo o seu próprio prefeito e câmara de vereadores.

Na primeira metade do século XX, tendo uma população de 4.000 pessoas em 1918, com sua maioria vivendo no campo, Ourinhos foi, aos poucos, se urbanizando. Alcançou o total de 13.123 habitantes em 1940, chegando em 1950 com 21.103 munícipes. O crescimento foi extremamente acelerado e o ritmo de urbanização, intenso. Ourinhos chegou ao início dos anos 1950 com mais de 60% da sua população vivendo na cidade, embora permanecesse cercada por cafezais.

Esse período pode ser interpretado como a fase de gênese da cidade, o seu primeiro momento. Em termos políticos, o coronelismo imperou com bastante força. Essa prática política foi enfraquecendo ao longo do tempo, impulsionada pelo êxodo rural – processo que foi tirando o poder das fazendas e colocando-o na cidade.

A migração e a imigração foram muito presentes. Por aqui, passaram e permaneceram, além de muitos brasileiros e brasileiras: japoneses, italianos, espanhóis, portugueses, alemães, russos, libaneses, sírios, ingleses, húngaros e pessoas de diversos países. Muitos desses sobrenomes ainda estão presentes na cidade, por meio de seus descendentes. Além disso, também estão eternizados em muitas ruas, praças e prédios.

O café foi o principal produto que movimentou a economia da cidade, mas não apenas. Plantações de algodão, alfafa e outros produtos alimentícios marcaram a paisagem rural de Ourinhos. Muitos prefeitos passaram por aqui, igrejas foram demolidas e construídas, ruas mudaram de nome, bairros novos apareceram, guerras e revoluções afetaram e deixaram sequelas nas vidas das pessoas.

Até 1950, os trens foram os principais meios de transporte de mercadorias e pessoas que transitaram pela cidade: os sons dos apitos e das buzinas estão nas memórias de muitos ourinhenses. A cidade era dividida entre aqueles que moravam “acima da linha” e “abaixo da linha”, até que a partir de 1950, outro modal logístico veio atravessar Ourinhos e mudar drasticamente a forma de viajar e transportar produtos: a rodovia.

Talvez a foto mais conhecida e emblemática retrate a chegada do primeiro trem a Ourinho, em 31 de dezembro de 1908 (Figura 1). O empreendimento foi realizado pela Estrada de Ferro Sorocabana *Railway*. Nessa época, Ourinho ainda pertencia à cidade de Salto Grande do Paranapanema, atual município de Salto Grande. Essa foi a primeira estação da futura cidade de Ourinhos. Ela tinha a sua área de embarque na avenida Jacinto Ferreira e Sá.

**Figura 1.** Estação Ourinho, Ourinhos, 1908.



Fonte: Autor desconhecido (1908).

No início, a cidade era basicamente “barro e poeira”, dependendo do clima que fazia. Ourinhos era majoritariamente rural, tendo uma população que não passava dos 4.000 habitantes. Ao fundo, vemos a Matriz do Senhor Bom Jesus num dia festivo, provavelmente o da bênção dos altares. À sua frente, vê-se um descampado que daria origem à praça Mello Peixoto. À direita, vê-se algumas construções, uma delas sendo a do Grupo Escolar de Ourinhos, na rua Paraná (Figura 2).

**Figura 2.** Praça Mello Peixoto, década de 1920.



Fonte: Autor desconhecido (1920).

O batalhão Coronel Theopompo de Vasconcelos foi formado em Ourinhos, por ocasião da “Revolução Constitucionalista de 1932”. Segundo relatos, houve algumas trocas de tiro na região do Paranapanema, próximo do atual Clube Diacuí. O batalhão foi formado pelos capitães

Sr. Francisco Coccapieller e Dr. Ribeiro Cruz e pelos sargentos Benedito Martins de Camargo, Carlos Amaral, Telésforo Tupiná, João Petronilho Ribeiro, Hermenegildo Simonassi, Osvaldo Pareto, Eduardo Sandano, Mário Branco, Jeanduy Perino, Hermelino Agnes de Leão, entre outros. Na foto da Figura 3, vemos o coreto que havia na praça Mello Peixoto, construído em 1927.

**Figura 3.** Praça Mello Peixoto, Ourinhos, 1932.



Fonte: Autor desconhecido (1932).

Em 1937, a praça Mello Peixoto passou por uma reformulação urbanística que lhe deu, finalmente, ares de uma verdadeira praça. Ourinhos estava crescendo e recebendo melhorias em relação ao abastecimento de água e pavimentação urbana. A foto foi tirada da torre da antiga Matriz do Senhor Bom Jesus, mostrando toda a região norte da cidade. Ela é um dos cartões postais que Frederico Hahn fez da cidade em 1937 (Figura 4).

**Figura 4.** Jardim Público / Praça Mello Peixoto, Ourinhos, final da década de 1930.



Fonte: Hahn (1930).

A Figura 5 mostra o desfile do dia Sete de Setembro passando pela esquina da Altino Arantes com a Sergipe (atual Antônio Carlos Mori). Estavam desfilando os alunos do Externato Rui Barbosa: Lúcia Prado, Hélio Migliari, Pedrinho Abujamra, Médici, Maria Neves. A casa ao fundo era a residência do construtor argentino, Henrique Tocalino (atualmente se encontra o edifício comercial J.J. Carvalho).

**Figura 5.** Desfile de Sete de Setembro, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Lopes (1930).

O Grupo Escolar de Ourinhos foi o primeiro da cidade. Essa foto é da década de 1930 e mostra o edifício já em alvenaria (anteriormente foi de madeira). Ele ficava no quarteirão da rua Paraná, onde se encontra o “primeiro calçadão”. Atualmente, se localiza a loja Nunes Magazine (Figura 6).

**Figura 6.** Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Autor desconhecido (1930).

A próxima imagem é referente a “Casa das Foices”, uma loja de propriedade de Graciano Racanello. A mesma estaca à Rua Souza Soutello (Figura 7).

**Figura 7.** Casa das foices, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Hahn (1930).

Essa casa comercial (Figura 8) foi uma das primeiras de Ourinhos, fundada por Hermenegildo Zanotto. Pedro Médici trabalhava na parte contábil e Narciso Nicolosi Filho (seu Zico), na parte gerencial. Em meados dos anos 1930, os dois compraram ao imóvel, mantendo a denominação.

Com a morte de Zico Nicolosi, em 1958, a sociedade se desfez, permanecendo apenas Pedro Médici. Anos depois, a casa comercial transformou-se em supermercado, com Antonio Saraiva, empregado, entrando como sócio. Localizava-se na esquina da avenida Altino Arantes com a Rua 9 de julho. Atualmente, está localizada a Franquia Chiquinho, de sorvetes.

**Figura 8.** Casa Zanotto, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Hahn (1930).

A Casas Pernambucanas (Figura 9) veio para Ourinhos no início dos anos 1930, instalando-se, primeiramente, na esquina da rua Paraná com a 9 de julho, no espaço ocupado atualmente pela farmácia Farmais.

**Figura 9.** Pernambucanas, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Hahn (1930).

A Figura 10 mostra a rua Paraná, em frente à praça Mello Peixoto. Ao lado direito, se encontrava a relojoaria Fiorillo e a agência da Chevrolet da família de Miguel Cury, ladeada pelo sobrado onde residia. Atualmente, o banco Bradesco ocupa essa esquina.

**Figura 10.** Rua Paraná, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Autor desconhecido (1930).

Helena Orsi, professora, e Ovídio Portugal de Souza, médico, devem ter vindo para Ourinhos no alvorecer dos anos 1930. Decididos a se fixarem na cidade, Ovídio realizou, em Ourinhos, o seu sonho de construir um prédio moderno que abrigasse uma clínica de olhos, ouvido, nariz e garganta, as suas especialidades. Em dezembro de 1938, a construção estava totalmente concluída (Figura 11). Foi inaugurada em 20 de dezembro de 1938, na rua Piau, atual Avenida dos Expedicionários. Atualmente, o Cenaic – Centro Nacional Integrado de Cursos ocupa o local.

**Figura 11.** Clínica Ovídio Portugal, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Hahn (1930).

Primeira agência Ford de Ourinhos. Estava situada na rua Sergipe, atual Antônio Carlos Mori (Figura 12).

**Figura 12.** Ford Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Autor desconhecido (1930).

A imagem da Figura 13 mostra o Grupo Escolar Jacinto Ferreira de Sá. O prédio, obra do prefeito Benedito Martins Camargo, foi inaugurado em 1938 para abrigar o Grupo Escolar Jacinto Ferreira de Sá. O edifício está localizado na rua 9 de julho. Foi conhecido como “grupão” por muitas gerações, sendo desativado no ano de 1976 e transformado em Diretoria de Ensino no ano de 1977. Posteriormente, tornou-se Delegacia de Ensino.

**Figura 13.** Grupo Escolar, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Hahn (1930).

A imagem da Figura 14 mostra a Passagem de nível da rua Antônio Prado com a Altino Arantes. Comemoração realizada no dia 01 de janeiro de 1938, quando Ourinhos passou a ser comarca. O edifício ao lado esquerdo era de propriedade da família Abujamra.

**Figura 14.** Passagem de nível da rua Antônio Prado, Ourinhos, 1938.



Fonte: Lopes (1938).

O Hotel Comercial, até hoje situado na rua Altino Arantes, talvez seja um dos mais antigos ainda em funcionamento. Ele está ao lado da “Casa Lotérica – A Vencedora”, propriedade de Américo Facini. Atualmente, o restaurante Maria Fumaça está situado nessa esquina (Figura 15).

**Figura 15.** A Vencedora e Hotel Comercial, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Hahn (1930).

O Banco Comercial do Estado de São Paulo (Figura 16) estava localizado na esquina da rua 9 de julho com a rua Paraná (atual loja Pernambucanas).

**Figura 16.** Banco Comercial do Estado de São Paulo, Ourinhos, 1930-1940.



Fonte: Hahn (1930-1940).

A imagem da Figura 17 foi a residência de Souza Soutello (está com o terno branco), localizada na rua São Paulo, esquina com a rua Rio de Janeiro. Atualmente, os imóveis ainda funcionam como residências e pontos comerciais.

**Figura 17.** Residência de Souza Soutello, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Autoria desconhecida (1930).

O Cine Cassino (primeiro edifício ao lado direito) foi um dos primeiros cinemas da cidade de Ourinhos. Era propriedade de Álvaro Rolim e posteriormente foi adquirido por Emílio Pedutti, de Botucatu. Estava situado na rua São Paulo, quase na esquina com a rua Piauí (atual Avenida dos Expedicionários). Atualmente, nessa esquina, está localizada a Galeria Vitória (Figura 18).

**Figura 18.** Cine Cassino, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Autor desconhecido (1930).

Outra faceta do antigo Jardim Público, ou melhor, praça Mello Peixoto (Figura 19). A foto provavelmente foi tirada da sacada do sobrado da família Miguel Cury, localizado na rua Paraná. Na imagem, vemos o antigo coreto e a avenida Altino Arantes.

**Figura 19.** Faceta do Jardim Público, Ourinhos, 1938.



Fonte: Hahn (1938).

A ponte férrea conecta, através dos trilhos, o estado de São Paulo com o estado do Paraná. Ela foi inaugurada em 1927 e construída pela Companhia São Paulo-Paraná, que surgiu em Ourinhos no ano de 1923 (Figura 20).

A Figura 21 mostra o antigo fórum de Ourinhos. Esquina da avenida Arlindo Luz com a rua Sergipe (atual Antônio Carlos Mori). Atualmente, o prédio do antigo Grêmio Recreativo de Ourinhos ocupa esse local, entretanto, nele está a funcionar as Lojas Americanas.

**Figura 20.** Ponte férrea, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Autor desconhecido (1930).

**Figura 21.** Fórum, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Hahn (1930).

O pátio da estação era um local extremamente agitado (Figura 22). Ali, circulavam pessoas e mercadorias. Nessa foto, do início dos anos 1930, vê-se a pavimentação realizada com paralelepípedos. No extremo lado direito, vemos o prédio da primeira estação ferroviária de Ourinhos, inaugurado em 1908. Nessa mesma época, o prédio foi demolido para que fossem aumentados os trilhos defronte à estação.

Ao lado direito, observa-se o antigo armazém de mercadorias da Estrada de Ferro Sorocabana, atual Museu Municipal Histórico e Pedagógico de Ourinhos. Mais ao fundo do armazém, localiza-se a segunda estação, construída em 1927, e no final dela, a plataforma de embarque da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. As casas ao lado esquerdo, grande parte ainda existentes, eram residências dos ocupantes de cargos de chefia da Estrada de Ferro Sorocabana.

**Figura 22.** Pátio da Estação, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Hahn (1930).

A Figura 23 mostra as Casas da Companhia São Paulo-Paraná sendo concluídas durante a segunda metade da década de 1930.

**Figura 23.** Casas da Companhia São Paulo-Paraná, Ourinhos, década de 1930.



Fonte: Autor desconhecido (1930).

A Figura 24 mostra a avenida Altino Arantes durante algum evento político. Na imagem, podemos ver um grande edifício ao lado esquerdo, quase no centro do quarteirão, com uma varanda grande. Nele, o Externato Rui Barbosa, que era uma escola, funcionou por muito tempo. Atualmente, é uma agência da Caixa Econômica Federal. Ao fundo, vemos também a torre da antiga Matriz do Senhor Bom Jesus, que ficava em frente à praça Mello Peixoto.

**Figura 24.** Avenida Altino Arantes, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Autor desconhecido (1940).

O sobrado da Figura 25 era propriedade da família Ferreira e Sá, localizado na esquina da avenida Altino Arantes com a rua Cardoso Ribeiro. Foi sede da Prefeitura Municipal de Ourinhos de 1930 até 1950. Atualmente, o Posto Machado 2 ocupa esse local.

**Figura 25.** Prefeitura Municipal de Ourinhos, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Hahn (1940).

A primeira Matriz do Senhor Bom Jesus provavelmente surgiu na década de 1910 e foi palco de muitas missas, batizados e casamentos até ser demolida em 1956, durante a gestão do prefeito José Maria Paschoalick. Ela estava situada onde hoje se encontra o edifício da antiga Telesp (Telecomunicações de São Paulo S/A), em frente à praça Mello Peixoto (Figura 26).

**Figura 26.** Igreja Matriz, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Autor desconhecido (1940).



A Casa Nortista era de propriedade de Tuffy Zaki Abucham. A loja vendia tecidos finos e duráveis e estava na esquina da rua São Paulo com a avenida Altino Arantes (Figura 27). Atualmente, há uma loja de bijouterias ocupando essa esquina.

**Figura 27.** Casa Nortista, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Hahn (1940).

A avenida Jacinto Sá foi um dos pontos principais da cidade até 1930 (Figura 28). Era o local de residência de grande parte da elite da cidade até a década de 1920, bem como endereço das principais empresas até meados de 1950. Do lado esquerdo está a casa de Abussali Abujamra e do lado direito, o armazém de Alberto Grillo.

**Figura 28.** Avenida Jacinto Sá, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Autor desconhecido (1940).

A Figura 29 mostra o Campo do Esporte Clube Operário durante a comemoração do Sete de Setembro. Atualmente, o Centro Cultural Tom Jobim está situado nesse local, além de algumas lojas e do recém-construído edifício do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). O Esporte Clube Operário, entre 1944 e 1950, teve o seu nome alterado para Esporte Clube Olímpico,

já que era um período em que havia uma “caça” aos comunistas durante a Ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a palavra operário gerava uma associação com a recém-criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

**Figura 29.** Campo do Esporte Clube Operário, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Lopes (1940).

A Figura 30 mostra o edifício da farmácia Drogasil foi construído em 1936, na avenida Altino Arantes, pelo construtor Henrique Tocalino.

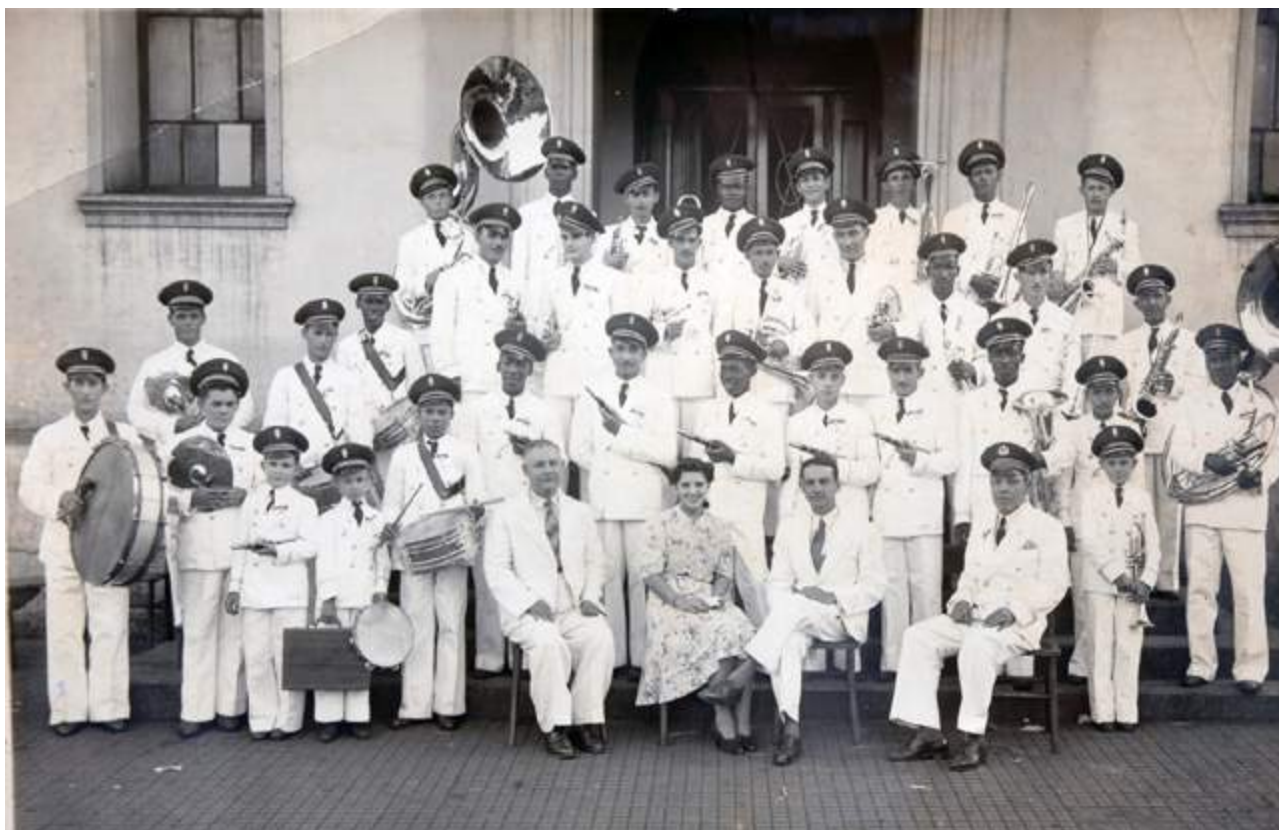
**Figura 30.** Drogasil, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Autor desconhecido (1940).

A Filarmônica Municipal, Líra Carlos Gomes, foi criada em 1942. Sentados, da esquerda para direita, Horácio Soares, Sra. Maria Gomes de Leão, Sr. Hermelino Agnes de Leão, que era o prefeito na época, e, por último, o Maestro Francisco Leite de Camargo. A foto foi tirada na entrada da antiga Matriz do Senhor Bom Jesus, em frente à praça Mello Peixoto (Figura 31).

**Figura 31.** Filarmônica Municipal, Ourinhos, segunda metade da década de 1940.



Fonte: Hahn (1940).

O Ginásio de Ourinhos funcionou, primeiramente, em um prédio provisório na rua São Paulo, em 1939. Logo no início dos anos 1940, o edifício, situado na rua Dom Pedro I ficou pronto. Teve como diretor o professor José Augusto de Oliveira. Nessa primeira fase, era uma

escola privada com subvenção pública da prefeitura (Figura 32). Em 1948, a escola se transformou em colégio estadual. Depois de um tempo, ele foi demolido e um edifício novo foi levantado no terreno e batizado como Instituto Escolar Horácio Soares.

**Figura 32.** Ginásio de Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Lopes (1940).

O Cine Ourinhos foi inaugurado em 1944 (Figura 33). Ele foi um importante local de entretenimento da população, juntamente com os programas de rádio. O edifício foi obra do Grupo Pedutti e exibiu programações até meados da década de 1980, quando foi desativado. Em 1985, foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Ourinhos. Passou por um grande processo de reforma para se tornar, em 13 de dezembro de 1988, Teatro Municipal Miguel Cury.

**Figura 33.** Cine Ourinhos, segunda metade da década de 1940.



Fonte: Autor desconhecido (1940).

A Mecânica de Fundição de Ferro e Bronze – Irmãos Migliari foi uma das primeiras empresas de Ourinhos. Ficava na avenida Jacinto Ferreira e Sá com a Rua Narciso Migliari. O edifício ainda se encontra no local (Figura 34).

**Figura 34.** Mecânica Migliari, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Autor desconhecido (1940).

A Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos começou a ser construída em 1941, durante a gestão do prefeito e médico, Hermelino Agnes de Leão, um dos seus principais idealizadores. Foi inaugurada no dia 1 de maio de 1943 (Figura 35).

**Figura 35.** Santa Casa, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Hahn (1940).

Em 1929, a cidade era abastecida pelo Rio Turvo e, posteriormente, passou a ser abastecida pelo Rio Pardo. Com o aumento populacional, aos poucos, mais água foi sendo demandada. A caixa d'água em questão foi construída no início dos anos 1940 (Figura 36). Atualmente, a sede administrativa da Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos se encontra nesse local.

**Figura 36.** Reservatório de água, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Lopes (1940).

O Moinho Santista da Figura 37 foi inaugurado em Ourinhos no início dos anos 1940, posteriormente se transformou em Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil). Até final dos anos 1970, essa empresa marcou muito a rotina da cidade e seus munícipes, já que muitas pessoas trabalharam ali. Atualmente, o terreno abriga o Ourinhos Plaza Shopping.

**Figura 37.** Moinho Santista, Ourinhos, década de 1940.



Fonte: Lopes (1940).

A rua Rio de Janeiro remonta aos primórdios da cidade de Ourinhos. Na imagem da Figura 38, podemos ver um trator com um equipamento de arar a terra. Ao fundo, vemos a esquina com a rua 9 de julho, onde se vê a residência da família Neves (José das Neves Júnior) e a casa de secos e molhados, denominada Casa dos Lavradores, de propriedade de João Neves. Atualmente, há uma esfirreria naquela esquina.

**Figura 38.** Trator, Ourinhos, década de 1930-1940.



Fonte: Hahn (1930-1940).

A imagem da Figura 39 é uma aerofoto da cidade de Ourinhos, entre 1939-1940, tirada pela Empresa Nacional de Fotos Aéreas (Enfa), sob ordem do Governo Federal, conforme o Decreto Federal 311 de 1938, que exigia a criação de mapas municipais. Só no estado de São Paulo foram 369 municípios fotografados. Ela é bastante interessante e rica em informações. No lado inferior direito da imagem, vê-se as fazendas da Família Christoni e Costa, bem como o bairro Vila Nova (atual Barra Funda). O cemitério estava bem ao lado, margeando a linha do trem, no lugar onde hoje se encontra o CR (Centro de Ressocialização).

No lado inferior esquerdo, é possível visualizar a fazenda de Valeriano Marcante (atual Vila Marcante) e Benício do Espírito Santo (área próxima à atual rodoviária e batalhão da polícia militar). Há também os campos do Esporte Clube Operário (atual Centro Cultural Tom Jobim e “Banquinhas do Paraguai”) e do Clube Atlético Ourinhense (área onde hoje se encontra a Hiper motos – Honda, Aeco – Associação Esportiva e Cultural de Ourinhos e estacionamento do supermercado Avenida).

No lado superior esquerdo, vê-se áreas rurais das famílias Perino, Mano, Sá e Moraes. Na parte superior da fotografia, a fazenda da família Salgueiro. No lado superior direito, uma parte da fazenda de Horácio Soares. O edifício, cercado por cafezal da família Moraes, na parte superior esquerda da imagem, era o que seria o Instituto Horácio Soares. A Vila Odilon já existia nessa época, mas não aparece na imagem. A Matriz do Senhor Bom Jesus está bastante nítida na fotografia, bem em frente à praça Mello Peixoto.

A clínica do Dr. Ovídio Portugal (atual Cenaic – Centro Nacional Integrado de Cursos) era no final da rua Piauí (atual Expedicionários). Grande parte dos edifícios apresentados na primeira parte deste dossiê, estão nessa foto.

**Figura 39.** Aerofoto da cidade de Ourinhos, 1939-1940.



Fonte: Empresa Nacional de Fotos Aéreas (Enfa) (1939-1940).

Observa-se que Ourinhos, até 1950, foi majoritariamente cercada por café e delineada pela ferrovia, já que ela se encontra no meio da cidade, dividindo-a em “acima da linha” e “abaixo da linha”, expressões que ainda permanecem na boca do povo, influenciando até hoje no imaginário local: quem nunca ouviu a piada que fulano ou sicrano deve em apenas dois lugares da cidade, “pra cima e pra baixo da linha”?

Em 1940, Ourinhos alcançou os 13.123 habitantes e entrou em um período de crescimento dos serviços públicos e do setor de serviços. A quantidade de indústrias aumentou. A população urbana começou a ultrapassar a rural, mostrando que esse processo era um caminho sem volta, alterando drasticamente a paisagem urbana das décadas seguintes. Embora muita coisa tenha se modificado, esse período foi o “embrião” da cidade de Ourinhos. A foto representa, em grande parte, o que foi Ourinhos até 1950.

## 1950-1980

No início dos anos 1950, a cidade de Ourinhos se aproximava dos 22.000 habitantes. A maior parte da população estava se mudando para a cidade, deixando a vida rural. Esse movimento se aprofundou com o passar dos anos e a população foi aumentando década após década. Em 1953 surgiu a indústria e comércio Marvi, Caninha Oncinha em 1958, o Café Jaguari e a Colchões Castor em 1962.

Nesse contexto, o café, que até então era a principal matéria-prima do interior do estado de São Paulo, passa a ser substituído pela cana-de-açúcar, atingindo também a cidade de Ourinhos e a sua paisagem rural. Até pouco tempo atrás, as cinzas da queima da cana aterrorizavam os moradores da cidade. Houve um aumento dos equipamentos públicos, do esgotamento e abastecimento urbano, bem como iluminação, escolas e os mais variados serviços públicos. Vários bairros surgiram na cidade e muitos edifícios públicos de grande envergadura foram instalados e criados, mudando a paisagem urbana.

Alguns bairros que já existiam passaram a receber novas residências e outros foram surgindo. Nessa fase de desenvolvimento da cidade surgem os bairros Vila Matilde, Vila Santo Antônio, Vila Marcante, Jardim Santa Fé, Vila Soares, Jardim das Paineiras, Jardim

Europa, Jardim América, Vila Kennedy, Vila Emília, Nova Ourinhos, Jardim Paulista, Jardim Ouro Verde e vários outros. Ourinhos se esparramou.

A cidade cresceu bastante e de maneira acelerada. Na década de 1960, a população já beirava os 35.000 habitantes, saltando para cerca de 50.000 habitantes no início dos anos 1970 e para quase 60.000 habitantes em 1980. Esse fenômeno de aumento demográfico se alastrou por todo o Brasil. O modal logístico que até 1950 era feito por ferrovia, passou a ser feito por rodovia. A industrialização e a modernização das relações de trabalho alteraram completamente a cidade.

### Fotografias

A Figura 40 mostra o edifício, situado na esquina da rua Arlindo Luz com a rua 9 de julho, foi construído para servir de primeira estação rodoviária de Ourinhos, no início da década de 1940, mas passado seis anos ali foi instalada a agência Ford, de propriedade dos irmãos Silva. Atualmente se encontra a galeria Via Martini.

**Figura 40.** Agência Ford, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

Foto aérea da primeira metade da década de 1950 (Figura 41). Ao lado esquerdo, pode-se observar alguns pés de café da fazenda Chumbeada, propriedade de Horácio Soares. Ourinhos entrava na segunda metade do século XX ainda com a presença de cafezais, mas com algumas indústrias, uma matriz nova do Senhor Bom Jesus em construção e algumas escolas, como o Ginásio Santo Antônio.

**Figura 41.** Foto aérea, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A Figura 42 mostra a antiga rua Sergipe, atual rua Antônio Carlos Mori, na década de 1950. É possível observar o edifício do Grupo Escolar Jacinto Ferreira e Sá, no lado direito da foto, bem como o Cine Teatro Ourinhos, do Grupo Pedutti, que estava ao lado. Na mesma direção, observa-se a antiga Matriz do Senhor Bom Jesus que estava em frente à praça Mello Peixoto. No canto superior esquerdo da imagem, aparece a nova Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus sendo construída.

**Figura 42.** Foto aérea, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A Figura 43 mostra a Rua Rio de Janeiro entre as décadas de 1950-1960. A imagem foi tirada de cima da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus que estava em construção. Observa-se o cafezal da fazenda Chumbeada, de Horácio Soares. Ao fundo, observa-se a Vila Odilon com as suas olarias.

**Figura 43.** Rua Rio de Janeiro, Ourinhos, décadas de 1950-1960.



Fonte: Lopes (1950-1960).

Cruzamento da rua São Paulo com a Paraná, no final da década de 1950. A foto da Figura 44 foi tirada de cima do edifício Bradesco. Podemos observar a praça Mello Peixoto em primeiro plano, ao lado esquerdo. Em frente a ela, se encontrava a concessionária Chevrolet, propriedade de Miguel Cury, ao lado da relojoaria Omega. Também se faz visível a Casa Amaral, propriedade da família de mesmo sobrenome, localizada na esquina, ao lado direito dessa imagem. No penúltimo quarteirão da rua São Paulo, pode-se visualizar, ao lado esquerdo, alguns ônibus estacionados em frente à antiga rodoviária (foi a segunda rodoviária da cidade, antes de ir, na década de 1970, para o lugar atual onde se encontra), que estava situada no cruzamento da rua Arlindo Luz com a rua São Paulo.

**Figura 44.** Rua São Paulo, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A Figura 45 mostra o Pátio de manobras da Estrada de Ferro Sorocabana na década de 1940. Observa-se, ao lado esquerdo, a avenida Jacinto Ferreira e Sá, local que nessa época abrigava a *Fábrica de Refrescos Ivoran*, da família Ferrari, bem como as *Oficinas Migliari*. Ourinhos passava por uma época de industrialização e melhorias ligadas aos serviços públicos.

**Figura 45.** Pátio de manobras da Estrada de Ferro Sorocabana na década de 1940.



Fonte: Autor desconhecido (1940).

Alunas do Educandário Santo Antônio em desfile na rua Paraná, em frente à empresa da família Mori (Figura 46). Atualmente, essa rua se transformou no segundo calçadão de Ourinhos. Segundo informações de José Carlos Neves, a foto possivelmente foi tirada por Machado ou Sakai.

**Figura 46.** Desfile na rua Paraná, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A Figura 47 mostra a construção da nova Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus.

**Figura 47.** Nova Matriz, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A Figura 48 mostra a foto aérea com vista para o cafezal de Horácio Soares. Vê-se, no canto superior direito, o silo da Cargill, conhecido atualmente como “Pen-Drive”. No centro, a nova Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus está sendo construída. É possível observar também a torre da antiga Matriz do Senhor Bom Jesus que estava na praça Mello Peixoto.

**Figura 48.** Ourinhos, primeira metade dos anos 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A Figura 49 mostra a foto aérea de Ourinhos. Na imagem, é possível ver que os cafezais ainda estavam presentes, mas já não cercavam toda a cidade como ocorria até o começo dos anos 1940. Ao lado direito, está a construção da nova catedral do Senhor Bom Jesus. Na posição centro-esquerda, vemos dois “retângulos”. Trata-se dos campos de futebol do Clube Atlético Ourinhense (ao lado direito) e do Esporte Clube Operário (ao lado esquerdo).

**Figura 49.** Ourinhos, primeira metade dos anos 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

Foto tirada do silo da Cargill (atualmente se encontra o Max Atacadista). A imagem da Figura 50 mostra, em primeiro plano, a rua Euclides da Cunha. Na sua esquina, ao lado direito, está o pastificio Segalla, que era uma fábrica de macarrão. A rua, ao lado direito, era conhecida como Sergipe, sendo nomeada posteriormente como Antônio Carlos Mori. Ao lado direito, vemos a torre da antiga matriz e ao fundo, a construção da nova Matriz do Senhor Bom Jesus.

**Figura 50.** Ourinhos, primeira metade dos anos 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A foto da Figura 51 foi tirada do silo da Cargill. Ao lado esquerdo, vê-se a rua Euclides da Cunha e ao lado direito, os trilhos da Sorocabana. Observa-se, nessa imagem, o edifício dos Correios ainda em construção.

**Figura 51.** Ourinhos, primeira metade dos anos 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A Figura 52 mostra o Edifício do Grêmio Recreativo de Ourinhos (atual Lojas Americanas), situado na avenida Altino Arantes, esquina com Antônio Carlos Mori. Ele foi construído na década de 1950, no lugar do antigo fórum da cidade.



**Figura 52.** Grêmio Recreativo, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

Alunos e alunas do Serviço Social da Indústria (Sesi) de Paraguaçu Paulista em desfile na avenida Altino Arantes, em Ourinhos (Figura 53). Ao lado direito, observa-se o edifício que pertenceu ao antigo Externato Rui Barbosa, nos anos 1930 e 1940. Ao fundo, do mesmo lado, o sobrado que foi sede da Prefeitura Municipal de Ourinhos até a década de 1930.

**Figura 53.** Desfile do Serviço Social da Indústria (Sesi), Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A casa de Secos e Molhados, da família Misato, é uma das poucas imagens que temos da cidade “abaixo da linha”, no início dos anos 1950 (Figura 54).

**Figura 54.** Casa Misato, Ourinhos, 1952.



Fonte: Autor desconhecido (1952).

Não apenas o futebol marcou a história de Ourinhos, mas também o beisebol (Figura 55). Ourinhos foi campeã brasileira de beisebol infantil no início dos anos 1950, com um time praticamente formado pela colônia japonesa da cidade. O campo onde eles treinavam funcionou até a década de 1970, no local onde hoje se encontra a rodoviária da cidade.

**Figura 55.** Ourinhos, campeã brasileira, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A Figura 56 mostra a Rua 9 de julho no início dos anos 1950. Ao lado direito, vê-se o edifício da Caixa Econômica Federal, seguido pelo prédio da Pensão Ideal. Mais à frente, se vê a antiga Matriz do Senhor Bom Jesus. Onde estão as árvores ao lado esquerdo, se encontra a praça Mello Peixoto.

**Figura 56.** Rua 9 de julho, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Lopes (1950).

Alunas da Escola de Corte e Costura de Ourinhos em desfile nos anos 1950, no pátio da estação ferroviária (Figura 57). Atualmente, nesse local se encontra o terminal de circulares da empresa Avoa. Vê-se, ao lado esquerdo, as casas que pertenciam à Estrada de Ferro Sorocabana, mas que desde 1996 compõe, o Centro de Convivência – Benedito da Silva Eloy. Dois grandes hotéis também são avistados: ao fundo, o Hotel Comercial, e ao lado direito, o atual Hotel dos Viajantes.

**Figura 57.** Desfile da Escola de Corte e Costura, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A segunda rodoviária de Ourinhos estava situada na esquina da rua São Paulo com a rua Arlindo Luz. Ela foi para esse local em 1946 (Figura 58). Passou por uma reforma em 1967 e no final da década de 1970 teve as suas atividades, enquanto rodoviária, interrompidas, após a inauguração da nova, onde se encontra desde então. Atualmente, a loja Chic Decorações ocupa esse local, bem como outros estabelecimentos comerciais.

**Figura 58.** Rodoviária, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Lopes (1950).

Construção do Seminário Nossa Senhora de Guadalupe. A obra iniciou-se no final de 1948. O terreno foi doado pela família Perino (Figura 59).

**Figura 59.** Seminário Josefino, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

Por muitos anos, o Posto Central esteve na esquina da avenida Altino Arantes com a Antônio Carlos Mori, fazendo parte da paisagem da cidade (Figura 60). Atualmente, parte da estrutura funciona como restaurante e café.

**Figura 60.** Posto Central, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

O Ginásio Municipal de Esportes José Maria Paschoalick (só ganhou o nome do ex-prefeito na década de 1980) foi inaugurado em 1958 (Figura 61). Desde então recebeu o apelido “monstrinho”, cunhado pelo jornalista Salvador Fernandes, do Jornal Diário da Sorocabana. No início, o apelido tinha um tom de crítica, mas ganhou uma conotação positiva com o passar do tempo.

**Figura 61.** Ginásio Municipal de Esportes, Ourinhos, década de 1950.



Fonte: Autor desconhecido (1950).

A praça Mello Peixoto da Figura 62 ganhou uma faceta modernista entre 1957-1958, quando passou por uma extrema reforma. Restou apenas algumas árvores do antigo jardim. Ao fundo, vemos o edifício Bradesco, que foi construído no mesmo período da reforma da praça. Cabe ressaltar que ele foi o primeiro da cidade. Seu projeto foi elaborado pelo arquiteto Toshio Tone, que além desta obra, projetou a piscina do Clube Atlético Ourinhense e o prédio do Grêmio Recreativo de Ourinhos.

**Figura 62.** Coreto da praça Mello Peixoto, Ourinhos, final dos anos 1950.



Fonte: Lopes (1950).

A praça Mello Peixoto foi reinaugurada em 22 de junho de 1958, no final da gestão de José Maria Paschoalick (Figura 63). Houve, na ocasião, uma apresentação do bailado japonês e uma refeição de frango ao molho pardo e vinho gaúcho para os políticos. A fonte luminosa e o novo coreto eram as novidades do local. A imagem foi feita pela empresa Colombo, de cartões postais, e pertence ao acervo de Francisco de Almeida Lopes.

**Figura 63.** Praça Mello Peixoto, Ourinhos, década de 1960.



Fonte: Empresa Colombo (1960). Acervo de Francisco de Almeida Lopes.

O ginásio Santo Antônio foi construído no final dos anos 1940 e começou a funcionar no início dos anos 1950 (Figura 64). Foi um empreendimento da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição. Em 1961, as atividades do Conservatório Santa Cecília também eram realizadas nesse local. Nos anos 1970, funcionou, além da escola e conservatório musical, o primeiro curso superior de Ourinhos, da Faculdade de Administração de Empresas. Em 1972, foi inaugurado um curso da Faculdade de Ciências e Letras. A união dessas duas faculdades possibilitou a criação das Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO).

**Figura 64.** Ginásio Santo Antônio, Ourinhos, década de 1960.



Fonte: Autor desconhecido (1960).

A Figura 65 mostra a companhia telefônica de Ourinhos, propriedade de Odair Alves da Silva, ganhou a sua sede em 1 de maio de 1964, na Rua São Paulo. É o primeiro edifício da foto, da esquerda para a direita, seguido pela livraria Thomé.

**Figura 65.** Vista parcial da rua São Paulo, Ourinhos, segunda metade da década de 1960.



Fonte: Autor desconhecido (1960).

A imagem aérea da Figura 66 foi produzida pela empresa Foto Postal Colombo, localizada em São Paulo. Ela foi realizada na segunda metade dos anos 1960. Em primeiro plano, vemos o campo do Clube Atlético Ourinhense, tendo as suas piscinas em processo de finalização, rodeadas pela Vila Boa Esperança. Também observa-se, ao lado esquerdo, a área da antiga Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil), atual logradouro do Ourinhos Plaza Shopping. As torres da Matriz do Senhor Bom Jesus já estavam concluídas.

O silo de cereais da Cargill também estava em funcionamento. Atualmente, ele se encontra desativado e é apelidado pelos ourinhenses de “pen drive”. No canto superior esquerdo, vemos a Vila Odilon, que tinha a sua conexão com o centro da cidade, através de ruas de terra. Por muito tempo, foi chamada de “vila dos índios”.

**Figura 66.** Foto aérea de Ourinhos, 1957-1958.



Fonte: Autor desconhecido (1957-1958). Acervo de Francisco de Almeida Lopes.

O templo da igreja metodista de Ourinhos, situado na rua São Paulo, começou a ser construído em 1954 e foi inaugurado em 1956, tendo a sua cerimônia de consagração em 1958 (Figura 67). Na imagem, é possível ver o letreiro, no canto esquerdo (ao fundo) da sede dos “Correios e Telégrafos”, próximo ao silo da Cargill (recentemente era chamado de *pen-drive* e atualmente se encontra o Max Atacadista). Ao lado dele, está a fábrica da Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil).

No canto direito, vemos o letreiro do Cine Ourinhos, do Grupo Pedutti, onde é o atual Teatro Municipal Miguel Cury. Ao seu lado, está o Grupão – Grupo Escolar Jacinto Ferreira e Sá, que atualmente é a Delegacia de Ensino do Estado de São Paulo. A imagem foi feita pela empresa Colombo, de cartões postais, e pertence ao acervo de Francisco de Almeida Lopes. Possivelmente, a foto foi tirada do recém-construído edifício Bradesco, que está em frente à praça Mello Peixoto.

**Figura 67.** Templo metodista, Ourinhos, década de 1960.



Fonte: Empresa Colombo (1960). Acervo de Francisco de Almeida Lopes.

A Figura 68 mostra o depósito de mercadorias da antiga Estrada de Ferro Sorocabana está em primeiro plano. Desde 1996, passou a receber o Museu Municipal Histórico e Pedagógico de Ourinhos. Ao fundo, pode-se observar a nova estação ferroviária que havia sido inaugurada em 1964. O edifício se encontra no local até hoje. Em novembro de 1984, ligado a um projeto do Ceagesp (Centro de Abastecimento de Produtos Básicos de Alimentação de São Paulo), foi criado o “Varejão” nesse prédio, voltado à comercialização de produtos hortifrúti.

**Figura 68.** Estação ferroviária, Ourinhos, segunda metade dos anos 1960.



Fonte: Autor desconhecido (1965).

O aeroporto de Ourinhos, conforme a imagem da Figura 69, tinha a sua pista um pouco à frente de onde encontra-se atualmente. Nessa época, o controle era feito pela União, sendo concedido ao Estado na década de 1970 e ao município de Ourinhos em 2018. A cidade, em épocas passadas, chegou a ter voos comerciais periodicamente.

**Figura 69.** Aeroporto, Ourinhos, 1963.



Fonte: Autor desconhecido (1963).

A igreja Matriz do Senhor Bom Jesus estava em fase de conclusão na Figura 70. Essa foto, do início dos anos 1960, foi feita pela empresa Colombo, de cartões postais. Ao fundo, vemos as áreas da fazenda do Horácio Soares, bem como, ao lado esquerdo da imagem, vemos remanescentes de árvores do quintal da residência da família Soares. Observa-se parcialmente, no canto inferior esquerdo, a serraria dos irmãos Mori.

**Figura 70.** Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus, Ourinhos, década de 1960.



Fonte: Empresa Colombo (1960). Acervo de Francisco de Almeida Lopes.

A Figura 71 mostra a praça Presidente Kennedy recebeu esse nome em dezembro de 1963, logo após a morte do presidente norte-americano, John Kennedy. Ela está situada na Vila Perino. É conhecida popularmente como “pracinha do seminário”. Ao fundo, vemos a igreja da Nossa Senhora de Guadalupe, que foi inaugurada em 1958.

**Figura 71.** Praça Presidente Kennedy, Ourinhos, década de 1960.



Fonte: Takata (1960). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

O Mercado Municipal, mais conhecido como “Mercadão”, foi construído na gestão do prefeito Carmelino Caló. No local, anteriormente, funcionou um barracão da Ceagesp (Cia. de armazéns gerais do estado de São Paulo). Entre 1964 e 1965, o prédio passou por uma reforma realizada pela Sociedade Melhoramentos de Ourinhos Ltda. O Mercadão foi inaugurado no dia 27 de outubro de 1967 (Figura 72).

**Figura 72.** Mercado Modelo, Ourinhos, 1968.



Fonte: Autor desconhecido (1968). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A Figura 73 mostra a “Prefeitura Velha”, como é conhecida por algumas pessoas, funcionou nesse edifício desde a segunda metade dos anos 1950 até o começo dos anos 1980, aproximadamente. Atualmente, ele abriga a Secretaria Municipal de Assistência Social. No térreo deste prédio, também funcionou, de 1983 até 2000, a Biblioteca Municipal Tristão de Athayde.

**Figura 73.** Prefeitura Municipal de Ourinhos, 1968.



Fonte: Autor desconhecido (1968). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A Figura 74 mostra a Avenida Altino Arantes, final da década de 1960. Vê-se o edifício Brasul em construção, que se iniciou em 1964. À época, foi considerado o maior da cidade. A imagem foi feita desde o edifício Bradesco.

**Figura 74.** Desfile de Sete de Setembro, Ourinhos, segunda metade da década de 1960.



Fonte: Lopes (1960).

A primeira feira agropecuária e industrial de Ourinhos surgiu em maio de 1967 (Figura 75). Ela acontecia no Ginásio Municipal de Esportes, permanecendo nesse local por algum tempo, até ser transferida para a sua atual localização, no Parque Olavo Ferreira de Sá.

**Figura 75.** 1ª Fapi, Ourinhos, 1967.



Fonte: Takata (1967).

A Figura 76 mostra o fórum “Desembargador Vasco Conceição” funcionou nesse edifício, na atual travessa Abrahão Abujamra, desde o dia 08 de dezembro de 1960, até o final dos anos 1970. Em dezembro de 1980, na gestão de Aldo Matachana, a prefeitura, que até então estava localizada na avenida Expedicionário, passou a ter sua sede nesse edifício, permanecendo até os dias atuais.

**Figura 76.** Fórum de Ourinhos, 1968.



Fonte: Autor desconhecido (1968). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

O Jardim Paulista, outrora cafezal, iniciou a sua urbanização na década de 1960, financiada pelo B.N.H. (Banco Nacional de Habitação). A cidade estava em plena expansão urbana (Figura 77).

**Figura 77.** Casas do Banco Nacional de Habitação (B.N.H), no Jardim Paulista, Ourinhos, década de 1960.



Fonte: Autor desconhecido (1960).

Os viveiros da praça Mello Peixoto marcaram muitas gerações e permanecem na memória de várias pessoas (Figura 78).

**Figura 78.** Praça Mello Peixoto, Ourinhos, 1968.



Fonte: Autor desconhecido (1968). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A foto da Figura 79 foi tirada no pontilhão da antiga Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Diversas casas localizadas no início dessa avenida pertenciam à Estrada de Ferro São Paulo-Paraná.

**Figura 79.** Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, Ourinhos, 1968.



Fonte: Autor desconhecido (1968).

O novo prédio do Instituto de Educação Horácio Soares foi inaugurado em 1961. Até hoje esse local está em funcionamento (Figura 80).



**Figura 80.** Instituto de educação Horácio Soares, Ourinhos, início da década de 1960.



Fonte: Empresa Colombo (1960). Acervo de Francisco de Almeida Lopes.

No final dos anos 1960, Ourinhos estava caminhando para 50 mil habitantes. O maior prédio da cidade estava em construção (Brasul) (Figura 81).

**Figura 81.** Foto aérea, Ourinhos, 1968.



Fonte: Autor desconhecido (1968). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Na imagem da Figura 82, vê-se, mais uma vez, o edifício Brasul em construção, bem como o Novo Cine Peduti (atual Shopping Cinemarti), com o seu prédio (ao lado da Matriz do Senhor Bom Jesus) inaugurado em 1967. Ele era um cinema mais luxuoso. Embora novo, não tomou o lugar do Cine Ourinhos, que estava ao lado do Grupo Escola Jacinto Ferreira de Sá, localizado na rua 9 de julho. Este último era um lugar mais acessível para frequentar.

**Figura 82.** Foto aérea, Ourinhos, 1968.



Fonte: Autor desconhecido (1968). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

O banco de Minas Gerais S.A esteve situado, por alguns anos, na esquina da avenida Altino Arantes com a rua 9 de julho. A imagem, feita a partir da praça Mello Peixoto, mostra o edifício Brasul em construção, ao lado direito (Figura 83).

**Figura 83.** Banco de Minas Gerais, Ourinhos, 1968.



Fonte: Autor desconhecido (1968).

A avenida Jacinto Sá é uma das principais da cidade de Ourinhos. Concentra algumas residências, comércios e indústrias (Figura 84).

**Figura 84.** Avenida Jacinto Sá, Ourinhos, 1968.



Fonte: Autor desconhecido (1968). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A Figura 85, ao lado esquerdo, vê-se o edifício Bradesco e ao seu lado direito, o Hotel Comercial. Ao fundo, vê-se a avenida Antônio Prado, bem como a área pertencente ao cemitério municipal, no canto superior esquerdo da imagem. O espaço aberto, no canto superior direito, era o antigo campo do Clube Atlético Ourinhense, até os anos 1950.

**Figura 85.** Zona norte de Ourinhos, década de 1970.



Fonte: Lopes (1970).

No canto superior direito da Figura 86, é possível ver, ao fundo, a Vila Odilon. Em primeiro plano, está a rua Antônio Carlos Mori. No canto inferior esquerdo, vê-se o antigo Posto Central (atualmente funciona uma cafeteria e restaurante). Ao lado, estava a padaria Pão e Vinho, atual padaria Record. Ao lado direito, está o estabelecimento dos irmãos Mori, na esquina da rua Antônio Carlos Mori com a rua Paraná. A imagem foi feita a partir do edifício Brasul.

**Figura 86.** Zona sul de Ourinhos, década de 1970.



Fonte: Lopes (1970).

No início dos anos 1970, Ourinhos estava se aproximando dos 50.000 mil habitantes. Nessa imagem, vê-se a praça Mello Peixoto, próxima do centro da imagem. Em frente a ela, está o edifício Brasul (atual prédio do Itaú) e o edifício Bradesco (funciona atualmente a sorveteria Adorei, mas por muitos anos estava a conhecida Cristal).

Na parte superior da imagem, se vê a igreja Matriz terminada e ao seu lado direito, o grande prédio onde funcionou o Cine Peduti, que havia sido inaugurado em 15 de junho de 1967, com capacidade para 1315 pessoas. O prédio ficou ali até os primeiros anos do século XXI, quando foi demolido para a criação do Shopping Cine Marti (Figura 87).

**Figura 87.** Foto aérea, Ourinhos, década de 1970.



Fonte: Autor desconhecido (1970). Acervo de Francisco de Almeida Lopes.

O corpo de bombeiros de Ourinhos surgiu em 1969 (Figura 88). Também na segunda metade da década de 1960, surgiu o reservatório de água, situado nas

imediações do corpo de bombeiros, contribuindo para que se tornasse popularmente conhecido como “caixa d’água dos bombeiros”. Esse empreendimento marca a paisagem urbana da cidade até os dias atuais. Na época em que foi construída, a cidade estava se expandindo para a zona oeste, sendo necessário investimentos nesse setor.

**Figura 88.** Corpo de bombeiros, Ourinhos, início da década de 1970.



Fonte: Autor desconhecido (1970). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A foto da Figura 89 foi tirada a partir da praça Mello Peixoto. Tomando a cena, está o edifício Brasul que era o maior da cidade na época. Nessa imagem, é interessante o que está ao lado direito, onde vê-se o edifício da telesp (Telecomunicações de São Paulo S.A) ainda em construção.

**Figura 89.** Edifício Brasul, Ourinhos, 1973-1976.



Fonte: Takata (1973-1976). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

O novo edifício do fórum de Ourinhos foi inaugurado em 18 de setembro de 1977 (Figura 90).

**Figura 90.** Construção do novo fórum de Ourinhos, 1975-1976.



Fonte: Takata (1975-1976). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A Figura 91 mostra o edifício do antigo INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), atual INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), foi inaugurado em 1975 e até hoje está em funcionamento, em frente à Catedral do Senhor Bom Jesus.

**Figura 91.** Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) de Ourinhos, 1975.



Fonte: Takata (1975). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A Escola Técnica de Ourinhos, no atual local onde se encontra (Etec Jacinto Ferreira de Sá), foi inaugurada em janeiro de 1977 (Figura 92).

**Figura 92.** Escola Técnica Estadual (Etec) de Ourinhos, 1976.



Fonte: Takata (1976). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A Figura 93 mostra o hospital psiquiátrico de Ourinhos foi inaugurado em 1977. Foi uma obra realizada pela Associação Cultural Sociedade Espírita Fraternidade. Atualmente, não realiza mais atendimentos na área, sendo utilizado para outras finalidades, em conexão com a Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos.

**Figura 93.** Hospital psiquiátrico de Ourinhos, 1977.



Fonte: Takata (1977). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Até 1956, no local onde se encontra esse edifício da Figura 94, construído entre 1973-1976 para ser a sede da Telecomunicações São Paulo S.A (Telesp), estava a antiga Matriz do Senhor Bom Jesus. O terreno era da Diocese de Botucatu e em 1950 passou para a Prefeitura Municipal de Ourinhos, por meio de uma permuta. A Diocese ganhou o terreno para a construção da nova Matriz do Senhor Bom Jesus, onde atualmente se encontra, na praça Prefeito Camargo.

**Figura 94.** Telesp de Ourinhos, 1973-1976.



Fonte: Takata (1973-1976). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A avenida Altino Arantes é uma das mais antigas de Ourinhos. Foi criada logo após o surgimento da cidade, em 1918. O nome é resultado de uma homenagem ao governador do estado de São Paulo, Altino Arantes Marques, responsável por assinar a lei que criou o município de Ourinhos em 13 de dezembro de 1918. Até hoje é uma das principais avenidas da cidade (Figura 95).

**Figura 95.** Avenida Altino Arantes, 1976.



Fonte: Autor desconhecido (1976). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A Figura 96 mostra o centro comunitário da Vila Odilon (CCVO) foi um clube formado por moradores do bairro e inaugurado em 1978. Entre 1980 e 1990, muitos bailes ocorreram no local, inclusive o concurso “Rainha da telha”, já que a Vila Odilon surgiu em torno de olarias, chegando a ter uma centena delas. Atualmente, o local praticamente não existe mais e está em ruínas.

**Figura 96.** Centro comunitário da Vila Odilon, Ourinhos, 1978.



Fonte: Autor desconhecido (1978). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A Figura 97 mostra a avenida dos Expedicionários, antiga rua Piauí, recebeu esse nome em 1945, em missa realizada na Matriz do Senhor Bom Jesus, que naquela época estava em frente à praça Mello Peixoto. O nome “expedicionários” foi dado em homenagem às Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB), que lutaram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Nessa foto, tirada no final da década de 1970, vemos, ao lado esquerdo, o Ginásio Municipal de Esportes (Monstrinho), localizado no Jardim Estoril. No final da avenida, ao lado esquerdo, vê-se o fórum de Ourinhos e ao lado direito, o Jardim Matilde.

**Figura 97.** Avenida dos Expedicionários, Ourinhos, 1976-1978.



Fonte: Takata (1976-1978). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A avenida Antônio de Almeida Leite (Tonico Leite) era a antiga rua nº 10 do Jardim Paulista, até o dia 19 de outubro de 1963, quando recebeu o seu atual nome. Por muitos anos foi uma via tipicamente residencial. Por volta de 2005, teve uma mudança bastante profunda, passando a ser majoritariamente preenchida por estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços (Figura 98).

**Figura 98.** Avenida Antônio de Almeida Leite, 1977-1978.



Fonte: Takata (1977-1978). Acervo dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A Figura 99 mostra a vista do campo do Clube Atlético Ourinhense, criado em 1951. Observa-se a rodovia Raposo Tavares no centro da imagem, bem como a Vila Boa Esperança e a fazenda Furnas ao fundo.

**Figura 99.** Campo do Ourinhense, Ourinhos, década de 1970.



Fonte: Takata (1970).

Essa é uma das poucas fotos aéreas da Figura 100 que aparece a parte “de baixo da linha”. Observa-se que há uma diferença em relação aos edifícios da parte “de cima da linha”, onde estavam os únicos prédios da cidade, os bancos e principais lojas do comércio.

**Figura 100.** Foto aérea zona sul e norte, Ourinhos, final da década de 1970.



Fonte: Takata (1970). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

Talvez o ângulo mais explorado da cidade, por mostrar edifícios altos que simbolizam o progresso, embora na primeira metade do século XX, as “representações do desenvolvimento” de Ourinhos girassem em torno da ferrovia e de algumas indústrias (Figura 101).

**Figura 101.** Foto aérea da zona sul de Ourinhos, final da década de 1970.



Fonte: Takata (1970). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

No centro da foto da Figura 102, vemos o Ginásio Municipal de Esportes (Monstrinho) e no canto direito, próximo ao centro, o edifício do fórum que havia sido inaugurado em 1977. Vê-se ao fundo, com nitidez, o Jardim Estoril. Nas redondezas do Monstrinho, é possível observar o Jardim São Silvestre, atrás do Fórum, bem como o Jardim Matilde, no canto inferior direito da imagem.

**Figura 102.** Foto aérea (Monstrinho), Ourinhos, final da década de 1970.



Fonte: Autor desconhecido (1970).

O Centro Social e Urbano (CSU), obra realizada pelo governo do estado de São Paulo, no bairro da Barra Funda, foi inaugurado em Ourinhos no final de 1980. Na foto da Figura 103, vê-se o buraco onde posteriormente foi instalada a piscina do clube. Atualmente, a área pertence à Prefeitura Municipal de Ourinhos.

**Figura 103.** Construção do Centro Social e Urbano (CSU), Ourinhos, 1979-1980.



Fonte: Nagita (1979-1980). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

A atual rodoviária de Ourinhos foi construída no antigo campo de beisebol da colônia japonesa da cidade. A obra foi realizada pelo governo do estado de São Paulo e inaugurada em 1979 (Figura 104).

**Figura 104.** Rodoviária de Ourinhos, 1979.



Fonte: Autor desconhecido (1979).

# Ourinhos: 100 anos em imagens: de 1980 até a atualidade

*Ourinhos: 100 years in images: from 1980 to the present*

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA<sup>A</sup>

<sup>a</sup>Historiador. Especialista em Gestão Pública Municipal e Cultural e Gerente de Patrimônio e Memória da Secretaria Municipal de Cultura de Ourinhos.  
E-mail: [praxiscomtelos@gmail.com](mailto:praxiscomtelos@gmail.com)

O período que se inicia na década de 1980 e se expande até os dias de hoje é marcado e influenciado por um fenômeno que atingiu a todo o Brasil, conhecido por estudiosos como “reestruturação produtiva”. Esse episódio pode ser entendido como um processo em que o Brasil, bem como a cidade de Ourinhos, foi se ajustando a uma maior internacionalização da economia, gerada por um processo de abertura econômica. Podemos citar alguns casos locais, como os das fábricas da Castor, Injex, Tecnal e Marvi, que exportam produtos de diferentes características para diversos países.

Embora Ourinhos tenha ganhado seu primeiro distrito industrial em 1978, o segundo em 1995, o terceiro em 2008, o quarto em 2016 e o quinto em 2020, a maior parte do produto interno bruto (PIB) da cidade não é proveniente desses setores, mas sim do setor de serviços. A partir do final da década de 1970 e do início dos anos 1980, vários bairros surgiram pela cidade, bem como um fenômeno de crescimento vertical, com o aparecimento de inúmeros edifícios residenciais e comerciais entre 1980 e 2000. Nesse espaço de tempo, a cidade começou a década de 1980 com aproximadamente 60 mil habitantes, chegando em torno de 77 mil no início da década de 1990 e por volta dos 94 mil no início do século XXI, passando dos 100 mil habitantes nessa primeira década. Quase a totalidade dos edifícios que hoje despontam nos céus são dessa época, como ficará exemplificado por meio da análise fotográfica.

Cabe ressaltar que também houve um aumento da infraestrutura pública ligada à prestação de serviços à população, como escolas, creches, unidades básicas de saúde, hospitais, ambulatórios, esgotamento e outros mais, que aos poucos foram moldando a paisagem urbana ourinhense.

Se no início da cidade a principal avenida era a Jacinto Ferreira de Sá, onde se concentrava a maior parte dos estabelecimentos comerciais, junto com a rua Paraná, com o passar dos anos a concentração de capital passou para as avenidas Nove de Julho e Altino Arantes, indo atualmente para as avenidas Antônio de Almeida Leite e Luiz Saldanha Rodrigues. Cabe lembrar que em 2019 houve a inauguração do Ourinhos Plaza Shopping e em 2021 a abertura de uma grande unidade do supermercado Max Atacadista, ambos na Rua Cardoso Ribeiro. Hoje em dia, a cidade de Ourinhos caminha para ultrapassar os 115 mil habitantes, mais de 90% da população se encontra em área urbana e praticamente toda atividade agropecuária está parcialmente ou totalmente mecanizada.

Para alguns estudiosos, é difícil realizar previsões, entretanto, muito do que aqui está desenhado, poderá se aprofundar. As propostas neoliberais que foram postas em prática na década de 1980 estão em vigência até hoje, e é muito provável que por mais alguns anos, talvez décadas, continuem moldando o Brasil e a cidade de Ourinhos. A confirmação ou não disso, só o tempo dirá.

A foto da Figura 1, embora deixe em evidência um caminhão tombado, mostra a rodovia Raposo Tavares em processo de modificação. A imagem mostra, ao fundo, que a ponte que corta a avenida Jacinto Sá estava em processo de aumento. A matriz rodoviária estava em um processo acelerado de expansão. Ao lado esquerdo, observa-se o Clube Atlético Ourinhense.

**Figura 1.** Rodovia Raposo Tavares, SP – 270, Ourinhos.



Fonte: Takata (1980). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

A Figura 2 mostra a vista da estação de Ourinhos. Foto realizada desde o edifício Bradesco. Abaixo, vemos o Hotel Vieira, atual Hotel dos Viajantes.

**Figura 2.** Estação de Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1980). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

A TNL-Tecnal – Indústria Mecânica Ltda surgiu em 1976 e desde então vem atuando na cidade de Ourinhos, dirigida pela família Pocay. A empresa está localizada na entrada da cidade de Ourinhos, na rodovia Raposo Tavares SP-270 (Figura 3).

**Figura 3.** TNL-Tecnal – Indústria Mecânica Ltda.



Fonte: Autor desconhecido (1980).



A Figura 4 mostra uma foto aérea e no canto superior direito desta imagem, podemos ver o início da avenida Antônio de Almeida Leite a algumas casas do Jardim Paulista, que estava em ritmo acelerado de urbanização. Em primeiro plano, se encontra a rua Nove de Julho e a praça Mello Peixoto.

**Figura 4.** Foto aérea de Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1982). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

No início da década de 1980, como já mencionado, vários bairros estavam surgindo e crescendo pela cidade. No canto superior direito, vê-se parte do Jardim Paulista e do Jardim Ouro Verde que estavam recebendo as suas primeiras residências. Ao fundo, vê-se a Vila Odilon (Figura 5).

**Figura 5.** Foto aérea de Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1982). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

O Centro de Serviços da Prefeitura Municipal de Ourinhos, na Figura 6, foi inaugurado no início da década de 1980. Ao lado esquerdo, vê-se a rodovia

Raposo Tavares (SP-270). Acima dela está a igreja Nossa Senhora de Guadalupe e o Seminário. A área conhecida como “para baixo da pista” estava em processo de urbanização nessa época.

**Figura 6.** Centro de Serviços da Prefeitura Municipal de Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1982). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

O Ginásio Municipal de Esportes iria ganhar, em 1985, o nome Ginásio Municipal de Esportes José Maria Paschoalick, em homenagem ao prefeito de mesmo nome que foi o responsável pela sua construção em 1958. Ao lado, vê-se a Avenida dos Expedicionários, com algumas ruas adjacentes ainda em terra (Figura 7).

**Figura 7.** Ginásio Municipal de Esportes, Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1982). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

A Figura 8 mostra a rua Paraná é uma das mais antigas e principais da cidade de Ourinhos. Seu surgimento remonta ao início da cidade. O caminho para o estado do Paraná era feito através dela, fato que potencializou o seu nome na memória coletiva dos ourinhenses. Devido ao alto fluxo de pessoas que passavam por ela, vários comércios foram surgindo ao longo de sua história. Ainda da década de 1980, ela seria bastante alterada, quando fizeram posteriormente o calçamento da cidade.

**Figura 8.** Rua Paraná, Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1982). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

Nessa época, a avenida Conselheiro Rodrigues Alves era predominantemente residencial e com o passar dos anos e o aumento do setor de serviços, foi se tornando comercial. A imagem foi feita para enfatizar a arborização que recebeu entre 1977 e 1982 (Figura 9).

**Figura 9.** Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, esquina com a rua Sete de Setembro, Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1982). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

Na foto aérea da Figura 10, vê-se em primeiro plano a praça Presidente Kennedy, conhecida popularmente como “pracinha do seminário”. No canto superior direito, vê-se a urbanização do Jardim Paulista e Jardim Ouro Verde.

**Figura 10.** Imagem aérea de Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1982). Acervo dos Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Distrito Industrial de Ourinhos foi criado em 14/03/1978, próximo à rodovia BR-153 e à ferrovia, que na época era a Fepasa – Ferrovias Paulista SA, bem como do aeroporto (Figura 11). Segundo informativo da Prefeitura Municipal de Ourinhos de 1979, nesse local estava localizada a Zillo – indústria de extração de óleos vegetais (localizada no canto superior esquerdo da foto); a Ouribloc – tubos de concreto, com áreas reservadas à Niasi – produtos cosméticos; Nilo Refrigerações; Marvi e Unidoces – indústrias alimentícias; Universal Mecânica; Nobel Plast – plásticos; Friso – abate de suínos; Fuji – móveis para supermercados e Minami – implementos agrícolas.

**Figura 11.** Distrito industrial de Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1982). Acervo de Aldo Matachana Thomé.

Em 1983, a Vila Brasil da Figura 12 era constituída por meio de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Ourinhos e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo C.D.H. A segunda etapa do projeto, iniciada em março de 1984, contou com o sistema de mutirão em que as 74 famílias contempladas auxiliaram diretamente na construção dos imóveis.

**Figura 12.** Vila Brasil, Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1986). Acervo de Eunice Melillo Cury.

A Figura 13 mostra o terminal rodoviário foi criado em 1985, localizado na praça Henrique Tocalino, onde desde 1998 se encontra o Terminal Urbano de Integração de Passageiros – “Lúcio Manoel de Carvalho”. No início, a permissionária era a Companhia de Circulares – C.C.O, passando posteriormente para a Auto Viação Ourinhos-Assis (A.V.O.A.).

**Figura 13.** Terminal rodoviário, Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1986).

O antigo Cine Ourinhos, do Grupo Peduti, havia sido inaugurado em 1944, funcionando como cinema até meados da década de 1980. Em 1983, iniciou-se uma movimentação social e política para transformar o espaço em teatro. Em 1985, a Prefeitura Municipal de Ourinhos comprou o prédio, iniciando assim o seu processo de reforma. Foi inaugurado em 13 de dezembro de 1988 com o nome “Teatro Municipal Miguel Cury”. Na foto, vê-se o teatro em sua reta final, onde estavam sendo instalados os equipamentos de som e luz para, posteriormente, iniciar a instalação das poltronas, carpetes e cortinas (Figura 14).

**Figura 14.** Teatro Municipal Miguel Cury.



Fonte: Takata (1987-1988).

A Figura 15 mostra a avenida da Força Aérea Brasileira (F.A.B) estava em processo de pavimentação na década de 1980. Atualmente, essa via se chama avenida Luiz Saldanha Rodrigues. Ao fundo, vê-se o Distrito Industrial I e a ponte da rodovia BR-153.

**Figura 15.** Avenida da Força Aérea Brasileira (F.A.B).



Fonte: Autor desconhecido (1987-1988). Acervo de Eunice Melillo Cury.

A Câmara Municipal de Ourinhos, até 1986, funcionava em um sobrado na rua São Paulo. A partir de 1987, passou a ter como sede o atual endereço, localizado na Avenida dos Expedicionários (Figura 16).

**Figura 16.** Câmara Municipal de Ourinhos.



Fonte: Autor desconhecido (1987). Acervo de Eunice Melillo Cury.

O calçadão de Ourinhos foi inaugurado na rua Paraná em 1988, mudando a feição local. A princípio, havia quiosques, mas posteriormente foram retirados (Figura 17).

**Figura 17.** Calçadão da rua Paraná.



Fonte: Autor desconhecido (1988). Acervo de Eunice Melillo Cury.

Essa foto aérea (Figura 18) merece uma atenção especial. A cidade passou por um acelerado crescimento vertical devido às alterações jurídicas que possibilitaram esse tipo de empreendimento durante a década de

1980, surtindo impactos até a década de 1990. Mesmo assim, o crescimento horizontal, como se vê no canto superior direito da imagem com a construção da Cohab (Conjunto Habitacional Padre Eduardo Murante), também estava em processo de expansão. Em 1985, o condomínio Dávila Ribeiro, no Jardim Paulista, havia sido construído, seguido do edifício Alberto Uliana, localizado na Rua Arlindo Luz, em 1989.

Quando o fotógrafo Luiz Carlos Seixas disparou a sua câmera para capturar a imagem, alguns desses edifícios estavam em processo de construção: Roberto Abrahão Abujamra, conhecido popularmente como “prédio torto”, que foi concluído em 2000; o edifício Pinheiro, conhecido popularmente como “pinheirão”, que teve a sua conclusão em 1991; edifício Itaiuba, na rua Paraná, finalizado em 1996; edifício Miguel Cury, situado na avenida Altino Arantes e concluído em 1991; edifício Bárbara Abujamra, também localizado na avenida Altino Arantes, finalizado em 1992; edifício Portinari, situado à rua Arlindo Luz e concretizado em 1991; condomínio Benedita F. Cury, situado à rua Nove de Julho e concluído em 1991 e o edifício Shinji Kuniyoshi, radicado à rua Nove de Julho e concluído em 1997.

Ourinhos realmente teve um “boom” de verticalização nessa época. Embora não apareça nesta imagem, que é de 1990, em 1991, as obras do Centro Médico foram iniciadas na rua Dom Pedro I, Vila Moraes. No mesmo período também ocorreu a construção do edifício comercial J. J. Carvalho, na avenida Altino Arantes, no antigo terreno onde estava a residência de Henrique Tocalino, construtor argentino que erigiu grande parte das principais obras de Ourinhos até 1950.

**Figura 18.** Foto aérea de Ourinhos.



Fonte: Seixas (1990).

A Figura 19 mostra a vista aérea da construção do maior conjunto habitacional (Cohab) de Ourinhos, batizado como “Padre Eduardo Murante”. Foram edificadas em torno de 1.565 residências.

**Figura 19.** Maior conjunto habitacional de Ourinhos.



Fonte: Seixas (1992). Arquivo Z do Jornal Biz.

A Figura 20 mostra o final da rua Nove de julho e início da avenida Conselheiro Rodrigues Alves. Ao lado direito, vê-se o antigo clube dos ferroviários, onde atualmente está sendo construída uma área para estacionamento de veículos.

**Figura 20.** Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, Ourinhos, 1990.



Fonte: Seixas (1990). Arquivo Z do Jornal Biz.

A Figura 21 é uma imagem aérea da avenida Luiz Saldanha Rodrigues e do viaduto da rodovia

BR-153. Vê-se o condomínio Royal Park ainda em seu início, bem como grande parte dos terrenos ainda disponíveis na Nova Ourinhos. Algumas empresas também estavam realizando serviços de terraplenagem, no lugar em que, futuramente, iriam figurar alguns edifícios ligados ao setor de comércio de automóveis.

**Figura 21.** Avenida Luiz Saldanha Rodrigues, Ourinhos, 1993.



Fonte: Seixas (1993). Arquivo Z do Jornal Biz.

Vista aérea do Jardim Bandeirantes (Figura 22). No canto superior esquerdo, vê-se a Cohab – Conjunto Habitacional Padre Eduardo Murante.

**Figura 22.** Jardim Bandeirantes, Ourinhos, 1993-1996.



Fonte: Seixas (1993-1996).

Na primeira metade da década de 1990, surgiu o Distrito Industrial II, às margens da rodovia estadual Raposo Tavares SP-270. Esse empreendimento foi inaugurado em 1996 (Figura 23).

**Figura 23.** Distrito Industrial II, Ourinhos, 1994.



Fonte: Seixas (1994).

O Centro Integrado de Atendimento à Criança (Caiac) Ayrton Senna foi inaugurado em dezembro de 1994 (Figura 24). Em 1995, chegou a funcionar parte da escola Ary Correa, passando em 1996 para escola estadual Jardim Anchieta. Em dezembro de 1997, a estrutura passou para a rede municipal com o nome de Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Jardim Anchieta e em 4 de maio de 2009, através da Lei 5.316, foi batizada como EMEF Georgina Amaral Santos Lopes. Até hoje os prédios pertencem ao Governo Federal. Funcionam no estabelecimento uma escola de ensino fundamental, uma creche e um posto de saúde.

**Figura 24.** Centro Integrado de Atendimento à Criança (Ciac), Ourinhos, 1995.



Fonte: Seixas (1995).

A Figura 25 mostra a ampliação do Ginásio Municipal de Esportes – José Maria Paschoalick. A primeira alteração na sua fachada ocorreu entre 1983-1988, e a segunda entre 1993-1996, conforme a imagem.

**Figura 25.** Ginásio Municipal de Esportes – José Maria Paschoalick, Ourinhos, 1993-1996.



Fonte: Seixas (1993-1996).

O CAT do Sesi de Ourinhos começou a ser construído na primeira metade da década de 1990. As aulas começaram a ser oferecidas à comunidade em 1996, embora a inauguração oficial tenha sido realizada em 1998. A infraestrutura está localizada no Jardim Santa Fé. Ao fundo, vemos a A.A.B.B – Associação Atlética Banco do Brasil (Figura 26).

**Figura 26.** CAT – Sesi, Ourinhos, 1995.



Fonte: Seixas (1995).

A Faculdade de Tecnologia de Ourinhos (Fatec) começou a ser construída em 1991 (Figura 27). Inicialmente, era uma classe descentralizada da Fatec de São Paulo, ganhando sua autonomia administrativa em 1997. Em 1991, as aulas ocorreram na escola Miguel Farah. A partir de 1992, aconteciam no atual campus, na avenida Vitalina Marcusso, 1400.

**Figura 27.** Faculdade de Tecnologia de Ourinhos (Fatec), Ourinhos, 1995.



Fonte: Autor desconhecido (1995). Acervo da Fatec de Ourinhos.

Vista aérea de Ourinhos no final da primeira metade da década de 1990 (Figura 28). Em primeiro plano, vê-se a Vila Margarida e ao seu lado direito, o bairro Nova Ourinhos. No canto superior direito, vê-se o Jardim Estoril e Vila São Silvestre ainda com poucas residências.

**Figura 28.** Imagem aérea de Ourinhos, 1995.



Fonte: Seixas (1995).

Em 1996 foi inaugurado o Centro de Convivência Jornalista Benedito da Silva Eloy, onde vários imóveis da antiga Estrada de Ferro Sorocabana foram restaurados. A criação do Museu Municipal Histórico e Pedagógico de Ourinhos e do Núcleo de Arte Popular – Sérgio Nunes – também fez parte desse processo (Figura 29).

**Figura 29.** Centro de Convivência Jornalista Benedito da Silva Eloy, Ourinhos, 1996.



Fonte: Seixas (1996).

A Trilha Verde surgiu na cidade de Ourinhos em 1999. O projeto tinha como objetivo criar um espaço para que as pessoas pudessem caminhar e praticar exercícios físicos. Ela pode ser considerada a primeira pista de caminhada da cidade de Ourinhos (Figura 30).

**Figura 30.** Trilha Verde, Ourinhos, 1999.



Fonte: Rodrigues (1999). Acervo: Toshio Misato.

A Figura 31 mostra a Faeso – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos foi criada em 2002, em um terreno na avenida Luiz Saldanha Rodrigues, próximo à saída para a BR-153. O empreendimento, desde que surgiu, auxiliou no impulsionamento da urbanização daquela região da cidade. Atualmente, a instituição possui 12 cursos de graduação e outros em nível de especialização.

**Figura 31.** Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (Faeso), Ourinhos, 2003.



Fonte: Martins (2003).

A pista de caminhada da Cohab (Conjunto Habitacional Eduardo Murante) foi inaugurada no início do século XXI, sendo desde então utilizada pelos moradores do bairro cotidianamente. Essa política pública de criação de espaços para caminhada apareceu em Ourinhos no final da década de 1990 (Figura 32).

**Figura 32.** Pista da Cohab, Ourinhos, 2003.



Fonte: Silva (2003).

O parque ecológico bióloga Tânia Mara Netto da Silva possui aproximadamente 10,96 hectares. O espaço foi criado a partir do decreto 4884 de 1997. O local pertencia antigamente à fazenda Múrcia/Chumbeada e é cortado pelo córrego do Monjolinho. A foto em questão foi tirada quando a construção da nova guarita e da entrada do parque foram finalizadas (Figura 33).



**Figura 33.** Parque ecológico bióloga Tânia Mara Netto da Silva, Ourinhos, 2004.



Fonte: Silva (2004).

As escolas municipais de bailado e música foram criadas por lei em 1996, ano em que as obras do Centro Cultural Tom Jobim se iniciaram (Figura 34). O prédio, foi projetado para ter a sua própria biblioteca, indo além de sediar as escolas aqui citadas. A obra foi inaugurada apenas em 2003.

**Figura 34.** Centro Cultural Tom Jobim, Ourinhos, 2004.



Fonte: Silva (2004).

A Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho veio para a cidade de Ourinhos em 2003 como “unidade diferenciada” (Figura 35). A princípio, se localizava na Vila Perino, em frente ao Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe. A foto em questão é de um dos primeiros vestibulares da instituição na cidade de Ourinhos.

**Figura 35.** Unesp, Ourinhos, 2004.



Fonte: Silva (2004).

O Jardim Oriental surgiu em 2005 (Figura 36). No mesmo bairro se encontra o Seminário São Tomás de Vilanova. Ao fundo dessa imagem vê-se, do outro lado da rodovia, a Vila Nossa Senhora de Fátima, o Jardim Paris e o Jardim Itamaraty.

**Figura 36.** Jardim Oriental, Ourinhos, 2005.



Fonte: Rodrigues (2005).

A foto da Figura 37 mostra o novo campus das Faculdades Integradas de Ourinhos, em agosto de 2002, deixaram o edifício do Colégio Santo Antônio e mudaram-se para o seu novo campus. A área de 27 alqueires possibilitou que a instituição crescesse. Atualmente, conta com mais de 19 cursos de graduação e 12 de pós-graduação. Cabe ressaltar que há pouco tempo transformou-se em universidade (UniFIO).

**Figura 37.** Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO), 2005.



Fonte: Rodrigues (2005).

Em agosto de 2005, a Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – Unesp ganhou um novo campus para sediar o seu curso de Geografia, funcionando juntamente ao Cref – Centro de Referência do Ensino Fundamental, ligado à Secretaria Municipal de Educação (Figura 38). Atualmente, somente este último se encontra na edificação, já que a universidade ganhou um novo espaço em 2017. Nesta imagem, vê-se, em primeiro plano, parte do estacionamento externo da instituição, rente à avenida Vitalina Marcusso, nº1500. Nota-se a grama recém-plantada e o asfalto interno ainda secando. Ao lado direito, há algumas árvores e telhados do campus da Faculdade de Tecnologia (Fatec) de Ourinhos.

**Figura 38.** Unesp-Cref, Ourinhos, 2005.



Fonte: Rodrigues (2005).

A Figura 39 mostra o Terminal Urbano de Integração de Passageiros – Lúcio Manoel de Carvalho, obra do arquiteto Gustavo Gomes, foi inaugurado em 1998. O empreendimento foi construído exatamente no mesmo local onde ficava o antigo Terminal Integrado da cidade, projetado em 1985. O local de entrada, parada e saída dos ônibus, embora com algumas diferenças e ampliações, seguiram de maneira semelhante o fluxo logístico anterior.

**Figura 39.** Terminal Urbano de Integração de Passageiros – Lúcio Manoel de Carvalho.



Fonte: Rodrigues (2006).

A Figura 40 mostra a vista da Praça Mello Peixoto ainda em seu formato elaborado entre 1957-1958. Vê-se a existência de um coreto no centro da praça e de um lago artificial com fonte. O coreto era um espaço utilizado para comícios e apresentações musicais e teatrais. A partir da década de 1980, o seu uso foi reduzido, devido às transformações sociais e culturais que a sociedade passou.

**Figura 40.** Praça Mello Peixoto, Ourinhos, 2008.



Fonte: Rodrigues (2008).

A Figura 41 mostra o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de Ourinhos foi inaugurado em abril de 2010. O edifício está localizado na avenida Vítório Christoni, nº 1500, na Vila São Luiz. No local, são oferecidos diversos cursos técnicos e profissionalizantes.

**Figura 41.** Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Ourinhos, 2010.



Fonte: Rodrigues (2010).

Os córregos das Furnas, Furninhas, Monjolinho, Jacuzinho e Christoni foram canalizados na cidade de Ourinhos entre 2009 e 2012. Na imagem da Figura 42, vê-se o córrego Christoni e parte da SP-270 (Raposo Tavares). Ao lado esquerdo do córrego estão os bairros Jardim Colorado, Jardim Itajubi e Parque Valeriano Mercante. Ao lado direito do córrego, vê-se o Jardim Industrial, Jardim do Sol e Vila São Luiz. O Jardim Santa Catarina e Jardim Josefina estão ao lado esquerdo da rodovia, tendo mais à frente o Jardim Columbia e a Vila Brasil.

**Figura 42.** Córrego Christoni, Ourinhos, 2011.



Fonte: Rodrigues (2011).

Nessa foto da Figura 43, tirada a partir do Edifício Bradesco, vê-se a Praça Mello Peixoto após a sua última reforma ocorrida em 2011, por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Ourinhos e o curso de arquitetura das Faculdades Integradas de Ourinhos. Nota-se que não há mais o coreto, e sim um grande palco de concreto no centro. Onde havia o lago, atualmente há uma fonte.

**Figura 43.** Praça Mello Peixoto, Ourinhos, 2011.



Fonte: Rodrigues (2011).

O Distrito Industrial III surgiu, por lei, em 2008, no Jardim Guaporé (Figura 44). Na foto aérea de 2012, vê-se diversos barracões ainda em construção. Atualmente, não há quase nenhum terreno inutilizado. Em 2016, foi criado o Distrito Industrial IV, na estrada Guaraiuva. O local está passando por um processo de regularização e acredita-se que, em breve, será entregue aos proprietários para que iniciem as obras de suas respectivas empresas.

**Figura 44.** Distrito Industrial III, Ourinhos, 2012.



Fonte: Rodrigues (2012).

A Praça Santa Tereza Jornet, mais conhecida como Praça dos Skatistas, foi inaugurada em 1999, mas a sua última reforma ocorreu em 2012, adquirindo o seu formato atual (Figura 45). Em frente ao local, ou seja, do outro lado da avenida Horácio Soares, está a Praça da Bíblia, também criada em 2012.

**Figura 45.** Praça dos Skatistas, Ourinhos, 2012.



Fonte: Rodrigues (2012).

As residências do bairro Recanto dos Pássaros são obras do programa do Governo Federal “Minha casa, minha vida”. Na imagem da Figura 46, as construções ainda estão em curso. No canto direito, avista-se o Rio Pardo e no canto esquerdo, observa-se a Super Creche, batizada como NEI Álvaro Ribeiro de Moraes. No terreno que está ao lado dela, foi construído o C.E.U (Centro de Artes e Esportes Unificados), tendo a sua inauguração em 2015.

**Figura 46.** Recanto dos Pássaros, Ourinhos, 2012.



Fonte: Rodrigues (2012).

A Figura 47 mostra o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) é uma realização do Governo do Estado de São Paulo, situado na avenida Vitalina Marcusso, nº1550. Ele foi inaugurado em 2013, em um terreno, que entre 1989-1992, começou a ter suas estruturas edificadas para a construção de um grande hospital regional. A obra ficou parada por quase duas décadas, até que fosse dada uma destinação.

**Figura 47.** Ambulatório Médico de Especialidades (AME), Ourinhos, 2012.



Fonte: Rodrigues (2012).

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é uma obra do Governo Federal e foi inaugurada em 2013 (Figura 48). Em frente a ela, se encontra o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), também fornecido pelo Governo Federal.

**Figura 48.** Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Ourinhos, 2012.



Fonte: Rodrigues (2012)

Na foto aérea da Figura 49, vê-se o bairro Ville de France em processo de urbanização. Ao lado direito, encontra-se a sede da fazenda Santa Maria, uma das mais antigas de Ourinhos, onde se produzia muito café. No passado, a fazenda pertenceu à tradicional família paulista Pacheco e Chaves. Ao lado esquerdo, vê-se o Distrito Industrial II. Nesse mesmo bairro se encontra o novo campus da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), inaugurado em 2017.

**Figura 49.** Ville de France, Ourinhos, 2013.



Fonte: Rodrigues (2013).

A Figura 50 mostra o pátio da estação, era, até o começo da década de 1960, um dos locais mais fotografados da cidade, já que o trem representava o “progresso e desenvolvimento”. Com o passar dos anos, esse conceito foi se alterando. Atualmente, o local é pouco utilizado e muitos imóveis estão abandonados ou com pouca utilidade. Há vários projetos que contemplan a utilização futura dessa área para a construção de residências, parques e edifícios públicos, entretanto, no momento, a utilização só está sendo feita pela Rumo Logística SA.

**Figura 50.** Pátio da estação, Ourinhos, 2013.



Fonte: Rodrigues (2013).

A travessa Abrahão Abujamra é o endereço principal do edifício onde funciona o gabinete do prefeito ou prefeita, desde o início da década de 1980. Ao fundo, avista-se a zona norte da cidade (Figura 51).

**Figura 51.** Prefeitura Municipal de Ourinhos, Ourinhos, 2017.



Fonte: Archangelo (2017).

A Figura 52 mostra o término da Avenida dos Expedicionários. Em primeiro plano, vê-se a rodovia Mello Peixoto (SP-268).

**Figura 52.** Avenida dos Expedicionários, Ourinhos, 2017.



Fonte: Archangelo (2017).

A Figura 53 mostra que, ao fundo, avista-se o centro da cidade de Ourinhos. Em primeiro plano, ao lado esquerdo, observa-se a avenida Joaquim Luiz da Costa, e paralelamente, ao lado direito, a rua Dr. Alcebíades Ferreira Moraes. Posteriormente, essa rua se transforma em avenida Luiz Saldanha Rodrigues, que atualmente é uma das principais avenidas da cidade, devido à concentração de estabelecimentos comerciais ligados à prestação de serviços.

**Figura 53.** Centro da cidade de Ourinhos, 2017.



Fonte: Archangelo (2017).

A Figura 54 mostra vários elementos. Uma das principais pistas de caminhada da cidade, a Trilha Verde, está em evidência ao lado esquerdo da imagem. O Reservatório de Água, localizado junto ao Corpo de Bombeiros, tem ganhado destaque, devido ao seu valor como patrimônio cultural de Ourinhos. Ao fundo e ao centro da imagem, observa-se a Vila Margarida, uma das mais antigas de Ourinhos, criada por volta do final da década de 1930 e início dos anos 1940.

**Figura 54.** Vila Margarida, Ourinhos, 2017.



Fonte: Archangelo (2017).

A cidade, aos poucos, está passando por um processo de troca de lâmpadas convencionais por lâmpadas LED. Nesta imagem da Figura 55, as luzes brancas são oriundas das novas lâmpadas LED, que são mais econômicas. Observa-se, em evidência, a praça Mello Peixoto iluminada e a igreja Matriz do Senhor Bom Jesus ao lado direito.

**Figura 55.** Praça Mello Peixoto, Ourinhos, 2017.



Fonte: Archangelo (2017).

No canto superior direito da imagem da Figura 56, vê-se um terreno aberto entre dois bairros. Em 2019, o Ourinhos Plaza Shopping ocupou esse local. Em primeiro plano, vê-se a rua Rio de Janeiro, seguida paralelamente à rua Arlindo Luz e, nessa mesma ordem, pela Altino Arantes e a Avenida dos Expedicionários.

**Figura 56.** Panorâmica central, Ourinhos, 2017.



Fonte: Archangelo (2017).

Foto noturna da Figura 57 que mostra a avenida Horácio Soares em destaque, ao lado esquerdo. Ao lado direito, vê-se a avenida Luiz Saldanha Rodrigues, até a rotatória do supermercado Pão de Açúcar, como é conhecida popularmente.

**Figura 57.** Avenidas, Ourinhos, 2017.



Fonte: Archangelo (2017).

A avenida Miguel Cury foi a primeira a receber uma ciclofaixa na cidade, em 2015 (Figura 58). Após isso, a segunda ciclofaixa a aparecer foi a da rua José Bonifácio, em 2018. Posteriormente, houve um grande projeto de ciclovias que ligam os bairros Santos Dumont, Jardim Santa Fé e Nova Ourinhos, concluído também em 2018. A bicicleta é uma forma de transporte que está ganhando cada vez mais espaço na cidade.

**Figura 58.** Ciclofaixa da avenida Miguel Cury, Ourinhos, 2017.



Fonte: Archangelo (2017).

A ciclovia da linha Santa Fé-Santos Dumont foi inaugurada no dia 05 de setembro de 2018, como parte de um projeto de criação e implantação de ciclovias pela cidade. Ela é a primeira etapa e conta com 1.500 metros de extensão (Figura 59).

**Figura 59.** Ciclovia da linha Santa Fé-Santos Dumont, Ourinhos, 2018.



Fonte: Silva (2018).

A Figura 60 mostra a construção do Shopping de Ourinhos. A vontade de se criar um shopping na cidade de Ourinhos data de vários anos. O primeiro

edifício que ganhou esse nome foi o do supermercado Colossal, inaugurado no início da década de 1980, exatamente onde hoje é o supermercado Pão de Açúcar. Posteriormente, surgiu um espaço em frente à praça Mello Peixoto, no final da década de 1980, chamado shopping 159, onde hoje é a escola Super Ensino. Em 1997 foi inaugurado o Central Shopping, também em frente à praça Mello Peixoto, onde hoje se encontra a loja Sheng de produtos chineses. No início da década de 2000, surgiu o shopping Cine Marti, em frente à Matriz do Senhor Bom Jesus, na área onde funcionou, de 1967 até início do século XXI, o Cine Peduti.

Iniciativas para construir um shopping maior ocorreram na década de 1990, em terreno próximo à avenida Luiz Saldanha Rodrigues, e outra em 2014, em local próximo à BR-153, mas não chegaram a ser concluídas. A figura 60 refere-se à construção do Ourinhos Plaza Shopping, iniciada em 2017 e finalizada em 2019. O terreno dessa construção pertenceu, inicialmente, à fábrica do Moinho Santista e depois à Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil (Sanbra), que funcionou até a década de 1970, ficando a área abandonada até que o atual empreendimento fosse realizado.

**Figura 60.** Construção do Ourinhos Plaza Shopping, Ourinhos, 2018.



Fonte: Silva (2018).